



Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado do Planejamento

Relatório de Gestão do Exercício de 2021

Macapá-2022



Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado do Planejamento

Relatório de Gestão do Exercício de 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 111, § 2º, da Constituição do Estadual, elaborado de acordo com as disposições da IN TCE/AP nº 01/2017 e da DN TCE/AP nº 018/2021.

Consolidação do Relatório : Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS/SEPLAN

Macapá-2022

Sumário

1.	Identificação e Atributos da Unidade	9
1.1	Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
1.2	Finalidade e Competências Institucionais.....	9
1.3	Apresentação do Organograma Funcional	10
1.4.	Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada	20
1.5.	Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades.....	22
1.6.	Principais Parceiros Externos Relacionados à Atividade-fim da Unidade.....	23
2.	Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.....	23
2.1.	Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade	23
2.2	Informações sobre as Estratégias Adotadas para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão	26
2.3	Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações	27
2.4	Informações sobre Indicadores Utilizados.....	34
2.5	Indicação dos Sítios Eletrônicos	35
2.6	Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações em cumprimento ao PPA 2020-2023.....	35
3.	Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.....	36
3.1	Estrutura Orgânica de controle e 3.2 Sistema de Controle Interno	36
3.3	Informações sobre Remuneração/Subsídio dos Administradores, Gestores e Membros de Mesa Diretora, Membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	37
3.4	Informações sobre a Estrutura e Atividade do Sistema de Correição	37
3.5	Informações quanto ao Cumprimento da Ordem Cronológica de Pagamentos	38
3.6	Informações quanto à Publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Ordem Cronológica de Pagamento.....	38
3.7	Informações sobre Indicadores de Transparência entre Outros Indicadores de Gestão	38
3.8	Informações sobre a Implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa-SIGA	38
4.	Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	39
4.1.	Relação dos Programas do Plano Plurianual – PPA	39
4.2.	Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual - LOA	44
4.3.	Demonstração e Análise do Desempenho na Execução Orçamentária e Financeira	47
5.	Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	51
5.1	Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	51
5.2	Informações sobre os saldos de Restos a Pagar e de Despesas de Exercícios Anteriores.....	51
5.3	Transferências de Recurso Mediante Convênios, Contrato de Repasse, Contrato de Gestão e outros ajustes ou Instrumentos Congêneres	52
5.4	Utilização de Contas Bancárias e Concessão de Suprimento de Fundos.....	53
5.5	Relação de Contratos de Operações de Crédito	54
5.6	Informações sobre a Gestão de Precatórios.....	54

6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados	54
6.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal	54
6.2. Contratos Administrativos, Terceirização de mão de obra e Estagiários	60
6.3. Informações sobre a Necessidade de Realização de Concurso Público	60
7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	60
7.1. Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos	60
7.2. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	62
7.3. Relação de Prédios Alugados	62
7.4. Relação de Controle de Aquisição dos Bens Patrimoniais	62
7.5. Relação de Bens de Natureza Permanente.....	62
8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento	62
8.1 Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	62
9. Gestão dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	66
9.1. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras.....	66
9.2 Informações Sobre Medidas Adotadas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água	67
9.3. Informações Sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).....	68
10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	69
10.1 Cumprimento das Deliberações do TCE e do Controle Interno	69
10.2 Tratamento das Recomendações pelo Controle Interno.....	69
10.3 Cumprimento da Lei Complementar 010/1995 (art. 97)	69
10.4 Relação de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades Iniciadas Durante o Exercício	69
10.5 Relação de Contratos e Convênios	72
10.6 Relação de Obras e Serviços de Engenharia	74
10.7 Indicação de Sítio Eletrônico oficial em obediência a Lei Federal nº 12.527/11	74
10.8 Indicação de Sítio Eletrônico oficial em obediência a Lei Federal nº 12.527/11 (Art. 8º, parágrafo 1º)....	74
10.9 Informações sobre a Constituição das Comissões Permanentes e Especiais de Licitação	75
10.10 Cumprimento ao Tratamento Diferenciado das ME e EPP.....	75
11. Informações Contábeis	75
12. Outras Informações Sobre a Gestão	75
12.1 Informações Sobre os Impactos Decorrentes da Pandemia Causada pelo Corona Vírus.....	75
12.2 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade	77
13. Análise Crítica, Destacando Pontos Positivos e Negativos, das Atividades Relacionadas a Coordenação de Planejamento e Monitoramento/Avaliação de Resultados das Políticas Públicas Estaduais.	79
14. Informações Sobre o Controle da Execução Orçamentária, Destacando a Política de Liberação de Cotas Orçamentárias para o Exercício de 2021.	80

15- Informações sobre a gestão das operações de crédito, esclarecendo as medidas adotadas para reduzir os impactos nas contas estaduais.	82
16-Ações Promovidas para Modernização Administrativa do Estado, Racionalização dos Gastos e Monitoramento da Regularidade	82
17. Estatísticas e Indicadores que Demonstrem o Desenvolvimento Institucional, Econômico, Social e Ambiental do Estado do Amapá.	84
18. Informações Sobre a Integração Orçamentária e Financeira dos Poderes e Administração Direta e Indireta do Estado, Bem como a Implantação e Implementação do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá – SIAFE:	86

Listas de Figuras, Quadros e Tabelas

Figura 1- Organograma Funcional.....	10
Figura 2- Identidade Organizacional da SEPLAN	25
Figura 3- Resumo dos Programas e Ações desenvolvidas em 2021.....	26
Figura 4 – Montante Captado em 2021	33
Figura 5 - Alocação de montantes captados por Eixo GEA em 2021	33
Figura 6 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa /2021.....	42
Figura 7 – Gráfico comparativo do consumo em Kwh nos anos de 2020 e 2021	68
Figura 8 – Projeto Coworking	74
Figura 9 – Índice de Transparência COVID- 19.....	76
Figura 10 – Implantação SIAFE TJ	88
Figura 11 – Implantação SIAFE DPE.....	88
Figura 12 – Implantação SIAFE TCE.....	89
Figura 13 – Implantação SIAFE ALAP.....	89
Figura 14 – Implantação SIAFE MPE	90
Figura 15 – Implantação SIAFE AMPREV	91
Figura 16 – Objetivos e Metas SIAFE.....	92
Figura 17 – Visão Atual do Projeto SIAFE-AP.....	93
Figura 18 – Visão Futura do Planejamento Estratégico SIAFE-AP	94
Quadro 1 - Identificação da SEPLAN	9
Quadro 2 - Titulares, Cargos e Produtos da SEPLAN.....	20
Quadro 3 – Indicadores de Resultados - SEPLAN	35
Quadro 4- Identificação dos Programas.....	39
Quadro 5 - Descrição da Unidade Orçamentária	47
Quadro 6 – Decretos de Pandemia.....	59
Quadro 7 – Planejamento da área	62
Quadro 8 – Perfil dos recursos humanos envolvidos.....	63
Quadro 9 - Sistema de outros órgãos do Estado em funcionamento na SEPLAN	64
Quadro 10 - Desenvolvimento e produção de sistemas na SEPLAN ou de sua responsabilidade	64
Tabela 1–Programação Orçamentária.....	40
Tabela 2 – Execução Orçamentária e Financeira.....	41
Tabela 3 – Resumo sobre a Execução Orçamentária e Financeira	42
Tabela 4 - Restos a Pagar por Programa.....	43
Tabela 5 – Despesa por Função e Subfunção	44
Tabela 6 – Meta e Desempenho Físico e Financeiro	45
Tabela 7 - Reflexos dos Restos a Pagar na Execução das Ações	46
Tabela 8 – Relação de Restos a pagar por Credor	47
Tabela 9 – Programação de Despesa	48
Tabela 10- Execução das despesas por modalidade de licitação e elementos de despesa.....	50
Tabela 11- Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores	51
Tabela 12 – Relação de Suprimento de Fundos.....	53
Tabela 13 - Demonstrativo dos Encargos com Sentenças Judiciais/Precatórios	54
Tabela 14 – Estrutura Organizacional Básica.....	54

Tabela 15 – Demonstrativo da Estrutura de Pessoal.....	56
Tabela 16 - Evolução das Despesas com pessoal nos últimos 3 anos	57
Tabela 17 – Retenções Previdenciárias e Fiscais.....	60
Tabela 18 – Frota de Veículos Automotores	61
Tabela 19 – Consumo de Combustível	61
Tabela 20 – Despesa com Combustível em 2021	61
Tabela 21 – Consumo de Energia – CEA	67
Tabela 22 – Relação de Aditivos em 2021	69
Tabela 23 – Adesão de Ata de Registro de Preço	70
Tabela 24 - Relação de contratos firmados durante o exercício	72
Tabela 25 – Ordem Cronológica de Pagamento	96
Tabela 26 – Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial	101
Tabela 27 - Quadro de Detalhamento de Despesa Final.....	104
Tabela 28 – Balancete 12.....	108
Tabela 29 – Balancete 13	125
Tabela 30 – Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	137
Tabela 31 - Relação referentes a Contratos e Convênios executados durante o exercício	151

Lista de siglas

ADINS – Assessoria de Desenvolvimento Institucional
AEA – Anuário Estatístico do Amapá
AFAP – Agência de Fomento do Amapá
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CADIN – Cadastro de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias
CEGF – Conselho Estadual de Gestão Fiscal
CFX – Software Comercial
CGE – Controladoria Geral do Estado
CGEO -2º Centro de Geoinformação
CGO – Coordenadoria de Gestão Orçamentária
CMG – Coordenadoria de Modernização da Gestão
CMRE - Coordenadoria de Monitoramento da Regularidade do Estado
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONSEPLAN - Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento
COPESEF – Coordenadoria de Pesquisa e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais
CQG – Comitê de Controle e de Qualificação do Gasto Público
DOE – Diário Oficial do Estado
DOU – Diário Oficial da União
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GCF - Governor’s Task Force
GEA – Governo do Estado do Amapá

GECAP – Gerência de Gestão da Captação de Recursos
GRH - Gerência de Gestão de Recursos Humanos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV – Índice de Custo de Vida
IPC – Índice de Preço ao Consumidor
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOGUS – Sistemas de Gestão Pública Ltda
MD GEFIS - Metodologia para Avaliação da. Maturidade e Desempenho da. Gestão Fiscal
MSC- Matriz de Saldos Contábeis
NAF – Núcleo de Administração Financeira
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ONG – Organização não Governamental
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAT – Plano Anual de Trabalho
PEF - Programa de Promoção do Equilíbrio Fiscal
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PIB – Produto Interno Bruto
POF – Pesquisas de Orçamentos Familiares
PPA – Plano Plurianual
PRODAP – Centro de Processamento de Dados do Amapá
PROFISCO – Programa de Apoio aos Fiscos do Brasil
RGF – Relatório de Gestão Fiscal
RH – Recursos Humanos
RREO – Relatório de Execução Orçamentária
SEAD – Secretaria de Estado de Administração
SIAFE – Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira Federal
SICONV – Sistema Integrado de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse Federal
SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIPLAG – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão
STCP – Engenharia de Projeto Ltda
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE- Tribunal de Contas do Estado do Amapá
TI – Tecnologia da Informação
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
WEB – Rede Mundial de Computadores
WI-FI – Wireless Fidelity (Fidelidade sem fio)

Introdução

A apresentação deste Relatório de Gestão referente ao Exercício de 2021 obedecerá aos preceitos da Decisão Normativa nº. 018/2021 – TCE/AP e Instrução Normativa nº. 001/2017 – TCE/AP, onde a Secretaria de Estado do Planejamento -SEPLAN discorrerá acerca de sua gestão, incluindo aspectos de seu planejamento, principais programas e ações desenvolvidos no decorrer do exercício, os resultados alcançados, bem como as informações da execução financeira e orçamentária dos recursos sob sua administração.

Os subitens 11.1,11.2 e 11.3 relacionados as informações contábeis apesar de se aplicarem a esta Unidade, atualmente, são funções exercidas de forma centralizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, por determinação de Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013.

Quanto aos subitens 11.4,11.5 e 11.6 não serão apresentados por esta Unidade Jurisdicionada, pois não estão relacionados entre os conteúdos gerais que devem ser discorridos pela SEPLAN, conforme Quadro A1 da Instrução Normativa 018/2021 – TCE/AP.

Em observância à legislação vigente e reiterando o compromisso de apoio ao Controle Externo, o relatório busca evidenciar a atuação da SEPLAN nas respectivas atividades finalísticas – a exemplo dos instrumentos de planejamento – e nas principais iniciativas transversais e estruturantes – como os projetos de concessão realizados em conjunto com o BNDES – como contribuição para a gestão fiscal, desenvolvimento socioeconômico e atendimento à população do Estado do Amapá.

1. Identificação e Atributos da Unidade

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da SEPLAN

Poder	Executivo
Órgão de Vinculação	-
Denominação	Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN
Código na LOA	15101
Situação Operacional	Ativa
Natureza Jurídica	Administração Direta CNPJ: 04.355.075/0001-46
Principal atividade	Coordenar o Planejamento, monitorar e avaliar as políticas públicas, controlar a execução orçamentária, promover a modernização administrativa do Estado, racionalizar os gastos e monitorar a regularidade do Estado, produzir estatística e indicadores para o desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental, e outras atribuições correlatas conforme regulamento.
Telefones de contato	(96)2101-4607 / 2101-4609
Endereço Postal	Av. FAB, 0083 – Central – CEP 68.906-360
Endereço Eletrônico	www.seplan.portal@ap.gov.br
Site/Instagram	www.seplan.portal.ap.gov.br / @Seplan.ap
Normas de criação	Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013
Regulamento da UJ	Decreto nº 5695, de 22 de dezembro de 2015
Publicações das atividades	Mensagem do Governo, Relatório de Acompanhamento do PPA, Relatório Anual de Atividades do Governo, PPA, PAT, LDO, LOA, ICV, POF, PIB, AEA, Elaboração de Estruturas de Governo, Regulamento Interno de Instituições Governamentais, Relatório e Prestação anuais de contas da SEPLAN.
Manuais e Publicações	Manuais: de Elaboração do PPA, LDO e LOA no Siafe-AP, Manual de Consultas no Flexvison do Siafe-AP, Manual de Execução Financeira, Patrimônio e Contábil do Siafe-AP, Manual de utilização do PO 000829 – Emergência em Saúde Pública – COVID 19 – SIAFE, Manual de elaboração de regulamentos e estatutos do Poder Executivo, Manuais para Elaboração de Regulamentos e Estatutos, Guia Metodológico para a Elaboração de Indicadores de Programas Governamentais – PPA 2020-2023, Manual de Elaboração de Programas PPA 2020-2023. Manual Técnico de Revisão do PPA 2020-2023. Manual de Elaboração de Indicadores de Resultado de Programas do PPA 2020-2023. Publicações: Síntese Avaliativa dos Resultados do PPA 2016 - 2019 por Eixo de Desenvolvimento; Indicadores de Resultados de Programas Governamentais com foco no PPA 2020 – 2023; Políticas públicas estaduais- materialização no PPA-LDO-LOA; Alinhamento do PPA AP aos ODS ONU IBGE.
Unidade Gestora no SIAFE	Código: 150101 – Secretária de Estado do Planejamento

Fonte: CMG/SEPLAN

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A Secretaria de Estado do Planejamento tem como base legal a Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013, que alterou dispositivos da Lei nº 0811, de 20 de fevereiro de 2004, relativos à denominação,

finalidade e à estrutura organizacional e de cargos da Secretaria e o Decreto nº 5.695 de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta a Secretaria de Estado do Planejamento e dá outras providências.

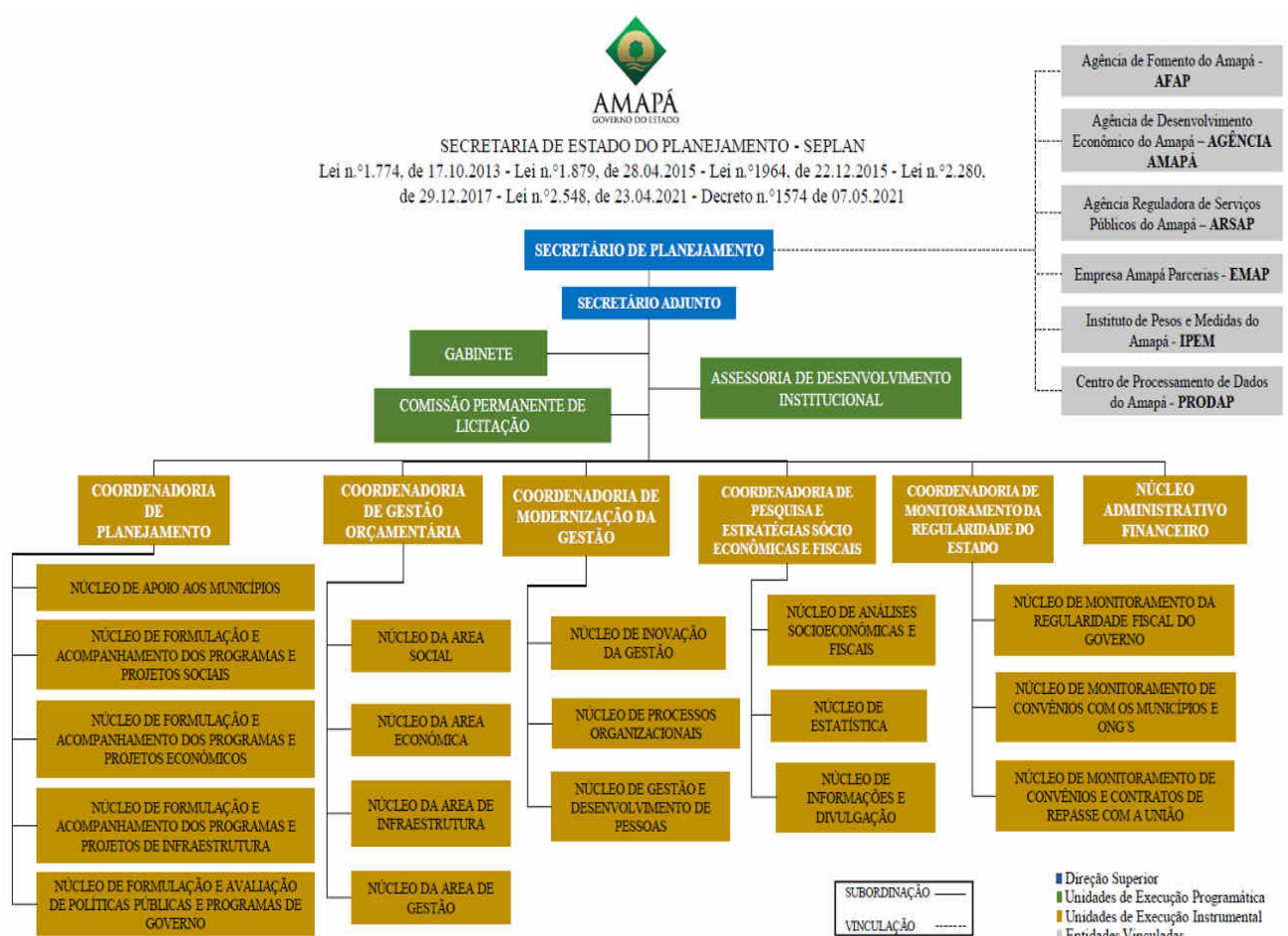
Finalidade: Definida pelo Art. 4º da Lei 1.774, de 17 de outubro de 2013, que altera, entre outros, o Artigo 35 da Lei nº 0811, de 20 de fevereiro de 2004.

Art. 35 - A Secretaria de Estado do Planejamento tem por finalidade, coordenar o planejamento, monitorar e avaliar os resultados das políticas públicas estaduais, controlar a execução orçamentária, promover a modernização administrativa do Estado, a racionalização dos gastos, monitoramento da regularidade do Estado, produzir estatísticas e indicadores para o desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental, e exercer outras atribuições correlatas na forma do regulamento.

1.3 Apresentação do Organograma Funcional

A estrutura organizacional, competências, organogramas estão regulamentados na Lei da SEPLAN de nº 1.774 de 17 de outubro de 2013, Lei nº 1.879, de 28.04.2015, Lei 1.964 de 22.12.2015, o Decreto de regulamentação de nº 5.695 de 22 de dezembro de 2015, Lei nº. 2.280, de 29 de Dezembro de 2017, Lei nº. 2.548, de 23 de abril de 2021 e Decreto nº 1.574, de 7 de Maio de 2021.

Figura 1- Organograma Funcional



Fonte: CMG/SEPLAN

A composição e as competências das unidades integrantes da Secretaria de Estado do Planejamento são:

I - Unidade de Deliberação Superior: Desenvolver a coordenação estratégica da unidade

II - Unidades de Assessoramento:

- **Gabinete – GAB:** I – Distribuir, orientar, dirigir e controlar os trabalhos do Gabinete; II – Supervisionar o recebimento, a redação, a tramitação, a expedição, o controle da correspondência oficial do Gabinete, bem como a organização, a manutenção e a atualização do arquivo de correspondências; III – Preparar e avaliar a agenda diária do Secretário e coordenar o roteiro de suas audiências; IV- Promover contatos com entidades públicas e privadas e esclarecer sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria; V- Exercer a supervisão sobre o controle dos processos e atos administrativos; VI- Dar encaminhamento, transmitir ordens e mensagens, emanadas do Secretário, bem como divulgar atos, portarias, circulares, ordens de serviço e instruções baixadas pelo Secretário; VII- Executar em conjunto com o órgão central de comunicação do governo, as estratégias de comunicação com o público interno e externo, assessorando a instituição junto aos órgãos de imprensa; VIII- Acompanhar as matérias de interesse da Secretaria divulgadas nos meios de comunicação e organizá-las em arquivo; IX- Coordenar a promoção de eventos e organizá-las, elaborando as apresentações institucionais a serem realizadas pelo Secretário, nos diversos eventos; X- Desempenhar quaisquer outras tarefas ou atribuições, que direta ou indiretamente, concorram para a regularidade e eficiência dos serviços do Gabinete.

- **Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS:** Coordenar e consolidar o planejamento, a elaboração da proposta orçamentária, o controle orçamentário, a modernização da gestão, o uso de tecnologia da informação e promover o desenvolvimento de competências e habilidades das pessoas no âmbito da Secretaria e: I- Observar e fazer cumprir as diretrizes e metodologias estabelecidas pela Secretaria de Planejamento; II- Desenvolver programas, coordenar projetos e equipes na implementação de metodologias, técnicas e ferramentas no aperfeiçoamento dos processos, disseminando os conceitos de gestão por resultados e a aplicação de tecnologias inovadoras necessárias à eficiência e à eficácia da administração; III- Articular parcerias com órgãos e instituições para compartilhar informações, experiências, conhecimento, participando de grupos de interesse da Secretaria; IV- Prestar assessoramento técnico às demais unidades da Secretaria na elaboração e na execução dos planos e atividades; V- Coordenar a elaboração de relatórios trimestrais, relatório anual de atividades e regulamentos da Secretaria; VI- Coletar, tratar e fornecer ao órgão central do Sistema de Planejamento, as informações necessárias à composição das estatísticas estaduais; VII- Gerar informações gerenciais para subsidiar o processo decisório da Secretaria; VIII- Promover a utilização de novos modelos, métodos e técnicas de gestão, objetivando o aperfeiçoamento da administração da Secretaria, buscando a efetividade das ações governamentais e a qualidade dos serviços prestados; IX- Elaborar estudos e fornecer informações à Secretaria de Estado da Administração, necessários à formulação da política de recursos humanos; X- Promover o desenvolvimento dos servidores, priorizando e identificando oportunidades de capacitação e qualificação, articulando a execução com a Escola de Administração Pública do Amapá; XI- Promover estudos, pesquisas, avaliação e difusão de novas tecnologias da informação, propor especificações técnicas e definir necessidades de alocação de recursos tecnológicos de acordo com as diretrizes da área de TI do Estado; XII- Contribuir com a produção de sistemas informatizados e

solicitar os suportes aos softwares utilizados pela Secretaria; XIII– Participar da racionalização e da automação dos processos, da inserção de novas tecnologias, da documentação de sistemas e da elaboração de manuais de procedimentos; XIV– Dar suporte aos usuários e providenciar a manutenção dos sistemas informatizados; XV– Propor critérios de implementação para auditoria de sistemas informatizados e definir mecanismos de controle de qualidade dos sistemas informatizados e infraestrutura de TI no Estado; XVI– Propor estratégias e procedimentos necessários à otimização de recursos públicos utilizados pela Secretaria, para o cumprimento de sua missão e melhoria dos serviços prestados; XVII–Executar o acompanhamento e controle orçamentário; XVIII– Responsabilizar-se pelo planejamento e pela elaboração da proposta orçamentária da Secretaria; XIX– Formular política, em conjunto com a Escola de Administração Pública do Amapá, para a formação sistemática e continuada de recursos humanos nas áreas de atuação da Secretaria; XX– Propor estratégias e procedimentos necessários à otimização dos recursos públicos utilizados pela Secretaria, de forma a alcançar níveis mais elevados de eficiência e eficácia para o cumprimento de sua missão e melhoria dos serviços postos à disposição da sociedade.

- **Comissão Permanente de Licitação – CPL:** I- Elaborar e manter atualizado o cadastro de fornecedores, a fim de oferecer maior opção no processo de seleção; II-Realizar através de processo licitatório, compras e prestação de serviços em estrito cumprimento à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública; III-Realizar periodicamente pesquisa de preços, com vistas a adotar na administração pública, melhores procedimentos para aquisição de bens e serviços; IV-Cumprir e fazer cumprir a demais exigências constantes da Legislação pertinente à matéria; V-Conduzir os procedimentos licitatórios, após a fase preparatória, visando ao alcance do interesse público pretendido com a licitação; VI – Executar todos os tipos de modalidades de licitação, para a aquisição de bens e serviços comuns e alienações; VII- Organizar e processar a montagem dos processos de licitação; VIII-Elaborar editais e extratos para publicações relativas às licitações; IX-Responder os questionamentos referentes aos processos licitatórios; X– Manter quadro demonstrativo atualizado das licitações realizadas e em andamento, disponibilizando-o *on-line*; XI-Elaborar relatório de suas atividades.

III – Unidades de Execução Programática

- **Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado – CMG:** Elaborar programas e projetos de modernização da gestão através da implementação de metodologias, técnicas e ferramentas no aperfeiçoamento de estruturas organizacionais, processos e desenvolvimento de pessoas visando à efetividade, à eficiência e à eficácia da Administração Pública Estadual. Suas subunidades são:

- ✓ - **Núcleo da Inovação da Gestão:** I- Orientar na elaboração e atualização de regulamentos e estatutos dos órgãos e entidades do Poder Executivo; II-Realizar estudos técnicos e emitir parecer sobre proposta de criação, extinção, fusão, organização, reorganização, expansão e incorporação de unidades e órgãos da administração pública do Governo do Estado; III- Organizar, manter e atualizar cadastro da legislação e demais atos normativos relativos à estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado; IV-Assessorar na elaboração de anteprojeto de lei de estrutura organizacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo; V- Analisar e emitir parecer técnico sobre leis e decretos de estrutura organizacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

- ✓ **Núcleo de Processos Organizacionais:** I-Pesquisar, desenvolver novas metodologias relacionadas a processos organizacionais; II-Orientar as instituições quando da elaboração e do gerenciamento de projetos de processos organizacionais; III-Orientar as instituições quanto à utilização de métodos e técnicas no aperfeiçoamento dos processos; IV-Promover, em parceria com as instituições, projetos de melhorias de processos, ambientes e atendimento; V- Promover sistematicamente a análise e racionalização dos processos de gestão do Estado do Amapá; VI- Orientar a padronização dos processos; VII-Acompanhar o quantitativo dos cargos comissionados e os respectivos valores, para subsidiar análises das propostas de estruturas organizacionais do Poder Executivo.

- ✓ **Núcleo de Gestão do desenvolvimento de pessoas:** I- Identificar em conjunto com os setoriais de planejamento, as necessidades de treinamento, capacitação e desenvolvimento para sua equipe nas áreas de planejamento, orçamento, modernização administrativa e informação; II- Elaborar o plano de capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, nas áreas de planejamento, orçamento, modernização administrativa e informação para os setoriais de planejamento do Poder Executivo, em parceria com a Escola de Administração Pública do Amapá; III- Avaliar as sugestões nas avaliações das ações de formação dos servidores dos setoriais de planejamento do Poder Executivo para subsidiar novos planos de capacitação; IV- Realizar diagnóstico junto aos Setoriais de Planejamento das Instituições do Poder executivo, com o objetivo de identificar ameaças e oportunidades relacionadas às atividades de planejamento, orçamento, informações estatísticas e de modernização, propondo orientações para melhoria das atividades.

• **Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais – COPESEF:** Produzir e divulgar estatísticas e indicadores consolidados de forma a atender estudos socioeconômicos sobre o Estado e assessorar os tomadores de decisão para que a políticas públicas alcancem o interesse da função do Estado, através do instrumento de planejamento. Suas subunidades são:

- ✓ **Núcleo de Análises Socioeconômicas e Fiscais:** I-Elaborar, orientar e acompanhar a construção de indicadores voltados ao planejamento do Estado e a execução de suas políticas públicas; II- Subsidiar o Estado com diagnósticos, estudos de cenários macroeconômicos e informações setoriais e espaciais da economia em nível local, regional e nacional; III-Produzir estatísticas sobre os setores e agregados macroeconômicos através da Contabilidade Social Regional e dos Municípios; IV-Elaborar e consolidar estudos tributários e de riscos fiscais para nortear regulamentos e leis de interesse do governo do Estado; V-Acompanhar as estatísticas fiscais do Estado e assessorar no cálculo de índices econômicos e fiscais para atender o interesse do Estado.

- ✓ **Núcleo de Estatística:** I-Realizar o tratamento das informações para produção de estudos e pesquisas secundárias nos âmbitos social, econômico, emprego e renda, ciência e tecnologia, infraestrutura básica, urbana e meio ambiente, organizando-as para divulgações periódicas, formando um acervo documental estatístico. II-Coletar e organizar estatísticas produzidas pelas instituições oficiais do governo e das demais instituições que gerem informações estatísticas

nas diversas áreas de conhecimento e das políticas públicas de interesse do Estado; III- Fazer a gestão das informações estatísticas produzidas pelos órgãos de Governo com referenciais espaciais, mediante o uso de ferramentas de tecnologia apropriadas.

- ✓ **Núcleo de Informação e Divulgação:** I-Produzir pesquisas primárias de temáticas socioeconômicas atendendo o interesse do Estado para decisão de políticas públicas; II-Acompanhar mensalmente a variação de preços no Estado, em especial na cidade de Macapá, produzindo indicadores de política econômica, assim como, realizar pesquisas que tenham interesses sobre a economia do Estado; III- Fazer o atendimento sobre informações estatísticas, de indicadores do Estado e material produzidos na COPESEF; IV-Controlar e normatizar os diversos materiais estatísticos produzidos pela COPESEF, seguindo as etapas necessárias que possa ter o registro da produção intelectual até a sua publicação, com isso manter um acervo bibliográfico sobre as estatísticas socioeconômicas do Estado.

- **Coordenadoria de Planejamento – COPLAN:** Coordenar o processo de elaboração do Plano de Governo, de Políticas Públicas, do Plano Plurianual, dos Programas Governamentais e do Relatório Anual de Atividades, em conjunto com os órgãos estaduais, além de acompanhar e monitorar a execução das ações governamentais, avaliando os impactos físicos e qualitativos e a promoção do fortalecimento e desenvolvimento municipal. Suas subunidades são:

- ✓ **Núcleo de Apoio aos Municípios:** I- Programar, coordenar e controlar a execução de atividades pertinentes à cooperação e assessoramento técnico às prefeituras municipais; II- Prestar assistência às instituições municipais na elaboração de planos, programas e projetos, compatibilizando-os com as diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento do Estado, de acordo com as normas do Sistema de Planejamento Estadual; III-Programar, coordenar e fiscalizar a execução das ações governamentais para a municipalização, sistematizando estudos e análises que visem a sua implementação; IV-Coordenar a divulgação de programas, projetos e atividades do Governo Estadual voltadas ao Desenvolvimento Municipal.
- ✓ **Núcleo de Formulação Acompanhamento dos Programas Projetos Sociais:** I-Coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II-Conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III-Desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV-Acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V- Definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI-Coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos,

programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.

- ✓ **Núcleo de Formulação de Acompanhamento dos Programas e Projetos Econômicos:** I- Coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II-Conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III-Desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV-Acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V-Definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI-Coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.
- ✓ **Núcleo Formulação de Acompanhamento dos Programas e Projetos de Infraestrutura:** I- Coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II- Conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III- Desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV- Acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V- Definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI- Coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.
- ✓ **Núcleo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e Programas de Governo:** I- Coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II- Conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III- Desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento

governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV– Acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V– Definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI– Coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.

- **Coordenadoria de Monitoramento da Regularidade do Estado – CMRE:** Coordenar e monitorar a situação de regularidade do Poder Executivo e demais poderes relacionados à Comprovação de Adimplência Financeira, Comprovação de Adimplência na Prestação de Contas de Convênios, Comprovação quanto ao Atendimento do Cumprimento das Obrigações de Transparência e Comprovação de Adimplência das Obrigações Constitucionais decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal visando evitar a negatização do governo, através de seu CNPJ e/ou demais CNPJS, junto ao Cadastro Único de Convenientes – CAUC/SIAFI, assim como monitorar, em conjunto com as instituições concedentes de recursos, convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios e, Organizações não Governamentais. Suas Subunidades são:

- ✓ **Núcleo de Monitoramento Regularidade Fiscal do Governo:** I- Disponibilizar documentação institucional necessária à celebração de convênios, em consonância com o que estabelece a Instrução Normativa nº 01/97- STN, Portaria 507/2011 e leis complementares. II– Monitorar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistemas Específicos, situação de Adimplência Financeira do Poder Executivo e Demais Poderes, referentes à Pagamento de Empréstimos e Financiamentos, Cadastro de Créditos não Quitados – CADIN, Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Contribuições Previdenciárias e Contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; III– Monitorar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistemas Específicos a Comprovação de Adimplência das Obrigações Constitucionais relacionadas à regularidade quanto a regularidade previdenciária e às aplicações constitucionais na área da educação e saúde; IV– Monitorar, junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistemas Específicos, o cumprimento das Obrigações de Transparência referentes a Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, Publicação do Relatório de Execução Orçamentária – RREO e Encaminhamento das Contas Anuais.
- ✓ **Núcleo de Monitoramento de Convênios com os Municípios e ONG's:** I – monitorar, através do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira – SIAFE a celebração de convênios entre o governo do Estado com municípios e Organizações Não Governamentais; II – acompanhar através do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira – SIAFE o desembolso de contrapartida de convênios e contratos de repasse celebrados com os municípios; III – acompanhar através do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira – SIAFE o desembolso de recursos de convênios celebrados com os municípios; IV – orientar os municípios e Organizações Não Governamentais quanto à aplicação da legislação

específica de convênios; V – efetuar análise documental dos pedidos de parcerias com o Governo do Estado, a fim de habilitar os Municípios ao processo de captação de recursos.

✓ **Núcleo de Monitoramento de Convênios e Contratos de Repasse com a União:** I – monitorar junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC e Plataforma +Brasil, a Adimplência na Prestação de Contas de Convênios; II – monitorar, através do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC, Plataforma +Brasil, Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá– SIAFE, em articulação com os demais órgãos, a execução de convênios e contratos de repasse celebrados entre o governo do Estado e o governo Federal; III – acompanhar, através do monitorar junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, Plataforma +Brasil e Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI, em articulação com os demais órgãos, vigência de convênios e contratos de repasse; IV – acompanhar, através da Plataforma +Brasil, em articulação com os demais órgãos, a elaboração de prestação de contas de convênios celebrados entre o governo do Estado e o governo Federal; V – acompanhar através do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá– SIAFE o desembolso de contrapartida de convênios e contratos de repasse celebrados com a União; VII – orientar os órgãos de governo quanto à aplicação da legislação específica de convênios; VIII – acompanhar, em articulação com os demais órgãos, a elaboração de prestação de contas e atendimento tempestivo de diligências de convênios celebrados entre o governo do Estado e o governo Federal, com vigências encerradas.

• **Coordenadoria de Gestão Orçamentária – CGO:** Programar, coordenar, orientar e executar as atividades de orçamento do Estado, observando a legislação específica. Suas subunidades são:

✓ **Núcleo da Área Social; Núcleo da Área Econômica; Núcleo da Área de Infraestrutura:** I– Analisar e compatibilizar as propostas orçamentárias dos Poderes e dos Órgãos da administração direta e indireta do Estado; II– Orientar, coordenar e supervisionar, tecnicamente, os órgãos setoriais de orçamento; III– Consolidar os orçamentos do Estado (Fiscal, Seguridade Social e de Investimentos); IV– Realizar a liberação de quotas orçamentárias para todos os órgãos da administração estadual; e V– Monitorar, avaliar e emitir relatórios trimestrais de acompanhamentos das cotas.

✓ **Núcleo da Área de Gestão:** I– Propor e atender à abertura de Créditos Adicionais; II– Elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária; III– Estabelecer normas e procedimentos para a elaboração de propostas orçamentárias setoriais; IV– Administrar, analisar, controlar e acompanhar a execução orçamentária da Administração Pública Estadual, estabelecendo normas e procedimentos para os órgãos executores; V– Efetuar o acompanhamento dos limites estabelecidos na Lei do Orçamento, que autoriza o Governo do Estado a abrir Créditos Suplementar.

IV – Unidades de Execução Instrumental

• **Núcleo Administrativo-Financeiro - NAF:** Programar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar a execução das atividades setoriais nas áreas de pessoal, comunicações administrativas,

material e patrimônio, serviços gerais, transportes, finanças, contratos e convênios, de acordo com as normas estabelecidas pelos sistemas organizados.

- **Unidade de Administração:** Coordenar e supervisionar as atividades de pessoal, comunicações administrativas, material, patrimônio, serviços gerais e transportes. Suas subunidades são:

- ✓ **Atividade de Comunicações Administrativas:** I– Observar e fazer observar as diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Governo, bem como, assistir a Secretaria nas matérias a ela referente; II– Controlar a tramitação interna e externa de documentos oficiais; III – manter sob sua guarda e coordenação, o arquivo geral de documentos e executar tarefas relacionadas ao arquivamento e registro, bem como, atender a solicitação de desarquivamento de documentos para pesquisas, propor e realizar a desativação de documentos inservíveis à Secretaria, mediante a análise efetuada por comissão constituída; IV– Prestar informações aos usuários sobre a tramitação de processos administrativos no âmbito da Secretaria; V- Propor medidas de melhoria na recepção, identificação e registro de visitantes e acesso de servidores.
- ✓ **Atividade de Material e Patrimônio:** I– Observar e fazer observar diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Material e Patrimônio, bem como, assistir a Instituição nas matérias a ela referentes; II– Proceder à aquisição de material de consumo permanente com base nos projetos e atividades programadas; III– Organizar, controlar e estabelecer os níveis de estoque e equipamentos, material permanente e de consumo para o controle do processo de suprimento; IV– Controlar o uso, efetuar a manutenção, a conservação e a guarda dos bens patrimoniais da instituição; V– Propor recolhimento dos materiais inservíveis; VI– Manter atualizado o acervo de bens patrimoniais móveis e imóveis, verificando através do processo de tombamento, cadastrando e registrando em mapas de inventário do Sistema; VII– Solicitar aquisição de material, no caso de dispensa de licitação; VIII– zelar pelo arquivo de documentos relativos a projetos, registros, contratos e escrituras de móveis e imóveis; IX– Acompanhar, fiscalizar e receber obras e serviços de engenharia, contratados pela instituição, em conjunto com a Secretaria de Estado da Infraestrutura. X– Proceder ao levantamento da necessidade de reforma, recuperação e manutenção de imóveis, móveis e equipamentos e definir as especificações técnicas dos produtos a serem adquiridos; XI– Coletar e fornecer em nível setorial, as informações necessárias a composição das estatísticas estaduais do Sistema. XII– Realizar periodicamente pesquisa de preços, com vistas a adotar na Administração Pública, melhores procedimentos para aquisição de bens e serviços.
- ✓ **Atividade de Serviços Gerais e Transportes:** I– Observar e fazer observar diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Serviços Gerais e Transportes, bem como, assistir à Instituição nas matérias a ela referentes; II– Controlar e disciplinar o uso de veículos a serviço da secretaria, bem como, os das prestadoras de serviços; III– Manter registro funcional dos condutores dos veículos a serviço da Secretaria; IV– Propor supervisionar a manutenção dos veículos oficiais, bem como, solicitar a aquisição de peças e acessórios quando necessários; V– Coordenar a limpeza e conservação dos prédios pertencentes a Secretaria; VI– Coordenar e supervisionar as atividades de zeladoria, vigilância e copa; VII– Efetuar as despesas de pequeno vulto, por intermédio de suprimento de fundos e a contratação de serviços no caso de dispensa de licitação; VIII – Programar a renovação, a manutenção

preventiva e corretiva e gerenciar a utilização da frota de veículos, fazer a previsão e o controle do consumo de combustível.

- ✓ **Atividade de Pessoal:** I- Observar e fazer cumprir diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Recursos Humanos, bem como, assistir a Secretaria nas matérias a ela referentes; II- Organizar e manter atualizado o cadastro de pessoal, registrando a documentação funcional referente à nomeação, exoneração, afastamento e outros atos administrativos; III- Organizar, controlar e expedir informações sobre a frequência de servidores; IV- Coletar e fornecer em nível setorial, as informações necessárias à composição das estatísticas estaduais do Sistema; V- Elaborar atos de concessão de diárias para os servidores autorizados a viajar a serviço; VI- Elaborar e encaminhar expediente necessário à concessão de direitos e vantagens do servidor, tais como: férias, licenças, salário-família, quinquênios, aposentadorias e outros; VII- Preparar boletim de alteração de cadastro, manter a tabela de salários e gratificações atualizadas, solicitar sempre que necessário, as rubricas para a indicação de pagamentos diversos, bem como, efetivar a inclusão de nomes de bancos e agências não cadastrados; VIII- Fornecer subsídios na área de pessoal à instância superior para o planejamento de ações; IX- Controlar o processo de lotação e movimentação de servidores; X- Proceder ao acompanhamento de estagiários; XI- Informar e controlar processos de aposentadoria dos servidores, expedir declarações e certidões relativas à situação funcional, implementar promoções e progressões de servidores, conforme legislação vigente; XII- Efetivar as alterações mensais da folha de pagamento referente aos servidores efetivos, cargos comissionados, contratos administrativos, estagiários e outros na forma da lei.
- ✓ **Unidade de Contratos e Convênios:** I- Analisar sob o ponto de vista administrativo e financeiro todas as propostas para a execução de serviços por terceiros, sob regime de contratos e convênios; II- Elaborar termo de convênios, acordos e contratos nos quais a Secretaria seja interveniente, observando as normas legais em vigor; III - Efetuar o registro e controle de convênios, acordos e contratos firmados; IV- Acompanhar e fiscalizar a execução físico-financeira de contratos e convênios celebrados pelo Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria; V- Orientar os executores de convênios, acordos e contratos, quanto à disponibilidade de recursos e cumprimento dos prazos, fornecendo as informações necessárias; VI- Prestar conta de recursos recebidos através de convênios; VII- Receber a prestação de conta de convênios e examinar a juntada de documentos antes de encaminhá-la aos órgãos competentes.
- ✓ **Unidade de Finanças:** I- Observar e fazer observar diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Administração Financeira, bem como assistir à Instituição nas matérias a ela referentes; II- Proceder ao controle financeiro da instituição, observando os preceitos legais; III- Processar notas de empenho e o respectivo lançamento contábil; IV- Elaborar programação de desembolso mensal; V- Preparar os dados necessários ao acompanhamento orçamentário; VI - Acolher, verificar, acompanhar e liberar a prestação de contas dos suprimentos de fundos; VII - Manter sob guarda, o arquivo dos processos de pagamentos.

- **Unidade Vinculadas:** Centro de Gestão da Tecnologia da Informação do Estado – PRODAP; Agência de Fomento do Amapá – AFAP; Instituto de Pesos e Medidas do Amapá – IPEM; Agência de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amapá – AGÊNCIA AMAPÁ; Agência Reguladora de Serviços Públicos do Amapá – ARSAP; Empresa Amapá Parcerias – EMAP.

1.4. Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria de Estado do Planejamento é o órgão governamental encarregado da coordenação e consolidação dos Planos de Governo do Estado do Amapá, acompanhando e orientando as unidades da estrutura da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo.

Além de assessorar as negociações econômico-financeiras com entidades nacionais e internacionais, a Seplan também é responsável por conduzir as relações do Estado com outras Unidade da Federação e com a União.

Sua responsabilidade é macro e visa aumentar a eficiência e a eficácia dos recursos aplicados e das políticas públicas, promovendo a transparência nas ações e a participação da sociedade. Seus principais processos macros (produtos) são:

Quadro 2 - Titulares, Cargos e Produtos da SEPLAN

TITULARES	CARGO	PRODUTO
Eduardo Corrêa Tavares	Secretário	- Suporte ao CEGF, COESP, gabinetes de crise, projetos de desestatização (BNDES), Tesouro Verde e Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento – CONSEPLAN, apoio à adesão ao Programa de Promoção do Equilíbrio Fiscal - PEF (STN)
Rodrigo Sebastiani	Secretário Adjunto	- Governo Digital, - Planejamento Estratégico, - Laboratório de Inovação
Izabella Sales de Souza	Assessora de Desenvolvimento Institucional	- Consolidação do PPA, LOA, -Relatório de Gestão Anual da UJ, -Consolidação da Revisão PPA da UJ.
Antônia Nascimento da Silva	Coordenadora de Gestão Orçamentária	- Lei de Diretrizes Orçamentárias. - Lei Orçamentária Anual. - Decretos de Alteração Orçamentária.

Melissa Isacksson Vieira Portal	Coordenadora de Modernização da Gestão - CMG	- Lei de Organização da Estrutura Organizacional do Estado; - Manual de Elaboração de Regulamentos e Estatutos; - Minutas de Projetos de Leis que organizam os órgãos e as instituições do Poder Executivo Estadual; - Minutas de Decretos que Regulamentam os órgãos e as instituições do Poder Executivo Estadual; - Cadastro de Leis de Estruturas Organizacionais e Decretos de Regulamentação do Poder Executivo Estadual; - Relatórios de Atualização e Acompanhamento dos Cargos Comissionados e Gerências de Projetos do Poder Executivo Estadual. - Projetos de Desenvolvimento de Pessoas, Processos Organizacionais e de Inovação da Gestão.
Jacilene Melo Nogueira	Coordenadora de Monitoramento da Regularidade do Estado - CMRE	-Certidões monitoradas: CRF/FGTS, Tributária e Previdenciária, Trabalhista. -Convênios e contratos de repasse Federal, monitorados. - Pedidos, dos municípios, de contrapartida de convênios federais analisados/habilitados. -Assessoramento aos órgãos da administração direta e indireta, e demais poderes (regularidade fiscal)
Oneide da Cruz Pinheiro	Coordenadora de Pesquisas Sócio Econômica e Fiscais - COPESEF	- Produto Interno Bruto – Estados - Produto Interno Bruto – Municípios - Cálculo ICMS aos Municípios - Índice de Preço ao Consumidor. - Cesta básica - Cesta básica regional - Anuário Estatístico - Folder dos Municípios - Folder de Estado - Carta geodésia - Georreferenciamento - Análise Conjunturais Econômicas. -Indicadores socioeconômicos - Estatísticas dos municípios. - Indicadores do Plano Plurianual.
Alberto Jorge de Oliveira	Coordenador de Planejamento - COPLAN	-Mensagens de Governo - Plano Anual de Trabalho - Plano Plurianual - PPA -Relatório Anual de Atividades Governamentais - Relatório de Acompanhamento do PPA -Revisão anual do PPA - Relatório anual de avaliação do PPA

Marilene dos Santos Nascimento	Gerente Geral da Gerência de Gestão da Captação de Recursos do Estado - GECAP	- CAPTA+ (Sistema de Planejamento e Gestão das Transferências da União ao Amapá); -Portfólio de projetos/propostas às emendas parlamentares e outras fontes de recursos; -Relatórios situacional das propostas em análise pelos ministérios – Concedentes – e dos Repasses de recursos efetivados; -Trilha de Conhecimentos às equipes estaduais de captação; -Rede colaborativa entre interessados nas Transferências de Recursos da União; -Relatório dos instrumentos assinados e volume de recursos captados anualmente; - Modelagem de Excelência da Gestão – MEG-Tr implantado nos órgãos estaduais;
Ana Francelina dos Santos Lobato	Chefe da Unidade de Finanças	- Execução de despesa - Relatórios Concernentes à execução orçamentária
Fortunato Macedo Trindade	Responsável Ativ. Material e Patrimônio	- Inventário de bens móveis e imóveis
Aline Suzy França Trindade	Coordenador do Projeto “Acompanhamento, Controle e Prestação de Contas dos Programas Apoiados pelo BNDES-NEGEP”	- Relatórios de Acompanhamento, monitoramento e Controle da Operação de Crédito/BNDES
Sileno Silva dos Santos	Gerente do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão	- Sistema de Administração financeira e controle do Estado (SIAFE) - Orientação dos usuários do Sistema de Administração financeira e controle do Estado (SIAFE)

Fonte: SEPLAN

1.5. Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades

- **Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado – CMG**

Elaborar programas e projetos de modernização da gestão através da implementação de metodologias, técnicas e ferramentas no aperfeiçoamento de estruturas organizacionais, processos e desenvolvimento de pessoas visando à efetividade, à eficiência e à eficácia da Administração Pública Estadual.

- **Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais – COPESEF**

Produzir e divulgar estatísticas e indicadores consolidados de forma a atender estudos socioeconômicos sobre o Estado e assessorar os tomadores de decisão para que a políticas públicas alcancem o interesse da função do Estado, através do instrumento de planejamento.

- **Coordenadoria de Planejamento – COPLAN**

Coordenar o processo de elaboração de todos os produtos da unidade em conjunto com os órgãos estaduais, além de acompanhar e monitorar a execução das ações governamentais, avaliando os impactos físicos e qualitativos e a promoção do fortalecimento e desenvolvimento municipal.

- **Coordenadoria de Monitoramento da Regularidade do Estado – CMRE**

Coordenar e monitorar a situação de regularidade do Poder Executivo e demais poderes relacionados à Comprovação de Adimplência Financeira, Comprovação de Adimplência na Prestação de Contas de Convênios, Comprovação quanta ao Atendimento do Cumprimento das Obrigações de Transparência e Comprovação da Adimplência da Obrigações Constitucionais decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal visando evitar a negatificação do governo, através de seu CNPJ e/ou demais CNPJS, junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferência Voluntárias – CAUC/SIAFI, assim como monitorar, em conjunto com as instituições concedentes de recursos, convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios e, Organizações não Governamentais.

- **Coordenadoria de Gestão Orçamentária – CGO**

Programar, coordenar, orientar e executar as atividades de orçamento do Estado, observando a legislação específica.

1.6. Principais Parceiros Externos Relacionados à Atividade-fim da Unidade

Os principais parceiros relacionados à atividade fim da SEPLAN são:

- a) Governo do Estado do Amapá (administração Direta e Indireta)
- b) O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE
- c) Exército Brasileiro
- d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
- e) Banco da Amazônia - BASA
- f) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
- g) Ministério da Economia
- h) Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
- i) Governor's Task Force – GCF
- j) Under2 Coalition
- k) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM
- l) Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
- m) Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento – CONSEPLAN

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade

No intuito de modernização da gestão, bem como contemplar as informações gerais sobre a gestão, previsto na Parte A do anexo III da Decisão Normativa TCE-AP nº 018/2021, destaca-se a aprovação do Planejamento Estratégico da Secretaria de Estado do Planejamento/ SEPLAN para o

período de 2021-2030, conforme Portaria 022/2021 – SEPLAN, de 05 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial nº 7.458, de 12 de julho de 2021, disponível em: (<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/institucional/planejamento-estrategico>).

O planejamento consolida ações para atuar no cenário de 10 anos, com rigor alinhado a um conjunto de medidas, orientadas por objetivos, metas e indicadores. A SEPLAN, ao visualizar este plano de longo prazo, entende que precisa direcionar suas decisões em ações mais ousadas para se manter de forma moderna e inovadora, acompanhando as mudanças conjunturais e estruturais que os instrumentos de planejamento e a tecnologia da informação exigem.

Na organização administrativa do Poder Executivo do Estado do Amapá, as competências legais para coordenar o planejamento, monitorar e avaliar os resultados das políticas públicas estaduais, promover a modernização administrativa do Estado, a racionalização dos gastos, monitoramento da regularidade do Estado, produzir estatísticas e indicadores para o desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental são atribuições da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN.

O momento atual – classificado como “VUCA” (acrônimo mundial para volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade) – demanda cada vez mais um planejamento dinâmico, adaptado aos desafios socioeconômicos e à escassez de recursos. Como resposta, a SEPLAN escolheu como ferramenta o planejamento estratégico, aderente não apenas às diretrizes dos instrumentos de planejamento e órgãos de controle, mas um instrumento atual para as organizações que buscam aprimoramento, eficiência e efetividade.

Nessa direção, identificamos a necessidade de um **pacto de gestão pelas políticas públicas no Estado do Amapá**, para utilizar o planejamento estratégico como diretriz de governo, na busca de resultados. Nossa proposta prevê o investimento em inovação, tecnologia, infraestrutura, comunicação, modernização da gestão e, principalmente, nas pessoas. Diretrizes aderentes ao processo de transformação voltado para o Governo Digital que consta como uma das prioridades no PPA vigente.

Para isso, além das sinergias entre os órgãos do GEA, a exemplo do CQG (equilíbrio fiscal) e *coworking* (realizado durante o apagão 2020), e oportunidades que vem sendo acessadas pelo Amapá (Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, Tesouro Verde, entre outros), vamos buscar parcerias estratégicas para viabilizar a execução do plano proposto.

Outro direcionamento deste plano está nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, da Organização das Nações Unidas – ONU, com a formação de uma agenda estruturada em que prioriza o respeito à vida valorizando o tripé da sustentabilidade – Economia, Sociedade e Meio Ambiente. Neste plano estão as metas dos ODS que tratam da EXCELENCIA DA GESTÃO como: desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes; garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa; fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional; e reforçar o apoio à capacitação para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis.

Consolidado nos 12 (doze) objetivos estratégicos e nas 39 (trinta e nove) estratégias, a organização do plano tem a responsabilidade social de entregar resultados das políticas públicas à

população do Amapá, onde a SEPLAN apresenta como Visão: **“Ser uma Secretaria inovadora na gestão do planejamento do Estado, visando transformar a vida da população amapaense.”**, tendo como Missão **“Coordenar o planejamento das políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Amapá”** e com os seguintes Valores: **Ética, Colaboração, Compromisso com a sociedade, Transparência e Sustentabilidade**, conforme figura a seguir.

Figura 2- Identidade Organizacional da SEPLAN



Fonte: Planejamento Estratégico/SEPLAN (2021).

Os objetivos do plano estratégico para a unidade jurisdicionada estão relacionados com as competências legais dispostas no Decreto nº 5695 de 22 de dezembro de 2015, concernente ao regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, conforme elencado abaixo:

- **Perspectiva Sociedade**

Objetivo 1 - Fortalecer a SEPLAN enquanto órgão estratégico, para planejar o desenvolvimento do Estado.

Objetivo 2 - Promover a continuidade das políticas públicas com qualidade, focadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Objetivo 3 - Melhorar o monitoramento das políticas públicas com resultados para a sociedade.

- **Perspectiva Processos Internos**

Objetivo 4 - Promover a modernização da gestão da SEPLAN, estimulando a modernização da gestão do Estado.

Objetivo 5 - Aperfeiçoar a comunicação interna e externa.

Objetivo 6 - Investir no desenvolvimento da tecnologia da informação.

Objetivo 7 - Modernizar a infraestrutura física institucional.

- **Perspectiva Aprendizagem e Crescimento**

Objetivo 8 - Promover a gestão estratégica de pessoas.

Objetivo 9 - Investir em inovação.

- **Perspectiva Financeira**

Objetivo 10 - Atrair novos investimentos e captar recursos.

Objetivo 11 - Aperfeiçoar a gestão orçamentaria para uma boa aplicação dos recursos públicos.

Objetivo 12 - Promover ações sustentáveis.

O Plano Estratégico da SEPLAN 2021 – 2030 tem um recorte temporal dividido em três momentos de decisão, o primeiro acontece de **2021 a 2023**, o segundo de **2024 a 2027**, e o terceiro de **2028 a 2030**. Essa distribuição atende a inclusão do planejamento público segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, no ciclo do planejamento, considerando o tempo do atual governo e dos dois governos futuros.

Desta forma, para o ano de 2021, foram planejadas os seguintes programas e ações:

Figura 3- Resumo dos Programas e Ações desenvolvidas em 2021

Unidade Orçamentária	Programa	Ação
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento	0005 - Gerenciamento Administrativo - Eixo Gestão e Finanças	2300 - Manutenção de Serviços Administrativos - SEPLAN
	0007 - Amapá Empreendedor	0004 - Subscrição de Ações da AFAP
		2014 - Elaboração de Estudos e Cenários Macroeconômicos do Estado do Amapá
		2015 - Realizar Pesquisas Socioeconômicas e Fiscais
		2016 - Modernização da Gestão do Poder Executivo Estadual
	0048 - Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual	2017 - Gestão de Contratos e Convênios
		2018 - Gestão de Transferências Voluntárias da União para o Amapá
		2073 - Gestão da Tecnologia da Informação
		2296 - Gestão e Elaboração dos Instrumentos de Planejamento
	0049 - Zoneamento Econômico e Ecológico no Estado do Amapá	2703 - Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Amapá
	0071 - Tesouro Verde - Eixo Gestão e Finanças	2000 - Operacionalização do Programa Tesouro Verde - SEPLAN
	0072 - Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	2032 - Apoio ao Programa Consórcio Interestadual da Amazônia Legal
	0073 - Gestão de Informações Especializadas	2033 - Atualização de Informações da Base Cartográfica do Amapá

Fonte: SIAFE/AP

2.2 Informações sobre as Estratégias Adotadas para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão

O cenário atual com a continuidade da pandemia causada pelo COVID-19 que assola o mundo, além de se mostrar um risco ao cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, continua exigindo o engajamento de todos, ensejando uma atuação com maior cooperação e articulação, na busca por resultados mais efetivos para a sociedade amapaense, tendo como referência os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS**.

Nesse sentido, tornou-se primordial um **pacto de gestão pelas políticas públicas no Estado do Amapá**, para utilizar o planejamento estratégico como diretriz de governo, na busca de resultados. Nossa proposta prevê o investimento em inovação, tecnologia, infraestrutura, comunicação,

modernização da gestão e, principalmente, nas pessoas. Diretrizes aderentes ao processo de transformação voltado para o Governo Digital que consta como uma das prioridades no PPA vigente.

Apesar das dificuldades enfrentadas com a manutenção do cenário epidêmico, durante o exercício de 2021 a SEPLAN – como parte integrante do GEA – contribuiu para o desenvolvimento do Estado do Amapá realizando algumas entregas como o Planejamento Estratégico, aprovado no Diário Oficial nº 7.458 de 12 de Julho de 2021 e amplamente divulgado site da SEPLAN.

Ademais, manteve-se o esforço fiscal para o equilíbrio das contas públicas com a regularidade e subsequente captação de recursos, trabalhando para maior transversalidade entre as unidades gestoras, maior integração entre o PPA, LDO e LOA, aperfeiçoada pela Revisão do PPA 2020-2023 realizada pela SEPLAN.

2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações

A ação **2296 - Gestão e Elaboração dos Instrumentos de Planejamento** atua de forma transversal na SEPLAN, elaborando e consolidando todos os produtos do órgão colocados à disposição da Sociedade Amapaense, bem como a orientação de técnicos (as) de todos os Poderes constituídos, no ciclo de Planejamento do Governo do Estado do Amapá.

Em 2021, além de sua missão interna, prestou orientação à 780 (setecentos e oitenta) técnicos (as) dentre chefes de ADINS/Núcleos de Planejamento, envolvendo todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, nos ciclos de Planejamento, Execução, Acompanhamento e Revisão do PPA 2020-2023, bem como a elaboração e consolidação da Mensagem de Governo, Plano Anual de Trabalho do Governo do Estado do Amapá, Relatório de Acompanhamento da Execução Trimestral do PPA, Relatório Anual de Atividades do Governo do Estado do Amapá, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, consolidação do Relatório de Prestação de Contas/SEPLAN, realização de Estudos de Reorganização Administrativa, elaboração e divulgação de Anuários Estatísticos, Captação de Recursos e Controle e retirada de órgãos estaduais em restrições federais.

Na construção do PPA 2020-2023 as ações de monitoramento e captação de recursos por Transferências da União passaram a constar como ação estratégica do Governo Estadual.

Em relação à ação acima mencionada, o impacto nos objetivos estratégicos da SEPLAN foi de 100 % de efetividade haja vista que entregou no prazo estabelecido todos os produtos planejados na ação.

No que concerne à Unidade de Gestão de Programas Estratégicos – UGPE, vinculada a SEPLAN, foi criada por meio do Decreto nº 2042, de 10 de maio de 2019, em razão da necessidade de haver uma unidade com perfil para gerenciar o Convênio nº 001/2018, celebrado entre o **Governo do Estado** através da **Secretaria de Estado de Planejamento** com o **Exército Brasileiro**, que tem por objetivo de realizar serviços de Georreferenciamento que viabilizassem a efetiva transferência, ao domínio do Estado do Amapá, de terras anteriormente pertencentes à União, conforme dispõe o

Decreto Federal nº 8.713, de 15 de abril de 2016, além do Georreferenciamento das Glebas Estaduais e de parcelas urbanas e rurais em todo o Estado do Amapá.

Destaca-se, ainda, que a criação da UGPE possibilitou a elaboração de um Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre os Órgãos do Executivo Estadual e outras instituições parceiras envolvidos na construção e aprovação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), e ainda, na reestruturação do Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Amapá (PEZEE/AP) e suas Comissões Coordenadora e Executiva.

Em consonância a sua finalidade que é promover, acompanhar, executar e fiscalizar as ações relativas a programas estratégicos executados pelo governo, a fim de alavancar o desenvolvimento social e econômico do Estado do Amapá, a UGPE desenvolve duas importantes atividades: A Gestão das Transferências Voluntárias da União para o Estado do Amapá e o Zoneamento Ecológico e Econômico no Estado do Amapá, ambas previstas no Plano Plurianual 2020-2023, a seguir detalhadas:

No ano de 2021, com a retomada das atividades conforme o avanço (mesmo que lento) da vacinação houve uma flexibilização em alguns segmentos do setor público. A saída gradativa do isolamento causado pela pandemia do Corona Vírus, possibilitou a realizações de algumas atividades referentes aos programas, como exemplo, as atividades realizadas em campo. Listamos, a seguir, o que foi passível de realização:

- **No âmbito da ação 2017 - Gestão das Transferências Voluntárias da União para o Amapá:**

- ✓ **Reuniões presenciais e por videoconferência**

07/04/2021 – Reunião por videoconferência entre os militares do 4º CGEO, representantes da Seplan, do Instituto de Terras do Amapá e da Superintendência Regional do Incra no Estado do Amapá com a finalidade de Apresentação do planejamento para os trabalhos das equipes em 2021

08/04/2021 – Assinatura do 1º Termo aditivo de Convênio nº 001/2018 – Seplan/AP, com o objetivo de ajustar vigência e prorrogação, cronograma de execução, plano de aplicação, cronograma de desembolso, cronograma de entrega de produtos.

18/05/2021 - Assinatura da 1ª OS/2021, que contempla os Perímetros dos Projetos de Assentamento Matão do Piaçacá, Corre Água e Itaubal, em conjunto com Amapá Terras e o Exército Brasileiro de Ordem de Serviço para o georreferenciamento das glebas e áreas de exclusão para a transferência de terras da União e a regularização fundiária no Amapá, tão relevante para a governança territorial e ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável.

23/08/2021 – Assinatura da OS nº 002/2021-SEPLAN com os Perímetros dos Projetos de Assentamento Piquiazal, Cujubim e São Benedito do Aporema, para que Exército Brasileiro execute o georreferenciamento das glebas e áreas de exclusão para a transferência de terras da União e a regularização fundiária no Amapá, tão relevante para a governança territorial e ambiental e promoção

do desenvolvimento sustentável. Uma parceria federativa que garantirá mais oportunidades para a economia e população amapaense.

01/10/2021 – Assinatura da OS nº 003/2021-SEPLAN, que contempla o Perímetro do Projeto de Assentamento Governador Janary, em conjunto com Amapá Terras e o Exército Brasileiro de Ordem de Serviço para o georreferenciamento das glebas e áreas de exclusão para a transferência de terras da União e a regularização fundiária no Amapá, tão relevante para a governança territorial e ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável.

22/10/2021 - Entrega da 4ª Ordem de Serviço de 2021 que deverá encerrar as atividades estabelecidas pelo Convênio nº. 001/2018, celebrado entre o Governo do Estado, através da SEPLAN e Amapá Terras, e o Exército, que tem por objetivo o georreferenciamento fundiário das glebas e áreas de exclusão federais. A nova OS entregue ao 4º. CGEO se refere aos perímetros de assentamento de Cedro e Bom Jesus Fernandes, prosseguindo com o objetivo de alcançar todo o território do Estado do Amapá.

✓ Viagens Realizadas:

Período: 16 a 27 de Novembro de 2021.

Local Visitado: Tartarugalzinho – Governador Janary, Bom Jesus e Cedro.

Objetivo da viagem: Fiscalização dos serviços de georreferenciamento nos PA's Governador Janary, Bom Jesus e Cedro, localizados no município de Tartarugalzinho. Foram feitas averiguações dos trabalhos realizados pelo 4º CGEO, como: coleta das coordenadas geográficas dos marcos implantados, para comparação com o arquivo de base disponibilizado pelo exército.

Equipe: Anderson Maycon Tavares Lameira (Fiscal / Esp. em Geoprocessamento / Amapá Terras), Milene Miranda Luz Técnica em Infraestrutura/Agrimensura e Lariana Têka Barra de Medeiros – Eng. Ambiental.

Período: 10 a 14 de Agosto de 2021.

Local visitado: Itaubal

Objetivo da Viagem: Fiscalização do serviço de georreferenciamento do perímetro da área de exclusão na qual consta o Projeto de Assentamento Itaubal, com um perímetro de 63 (sessenta e três) quilômetros para averiguação dos trabalhos realizados pelo 4º CGEO, como: implantação dos marcos nos vértices correspondentes aos limites das áreas objetos de ordens de serviços.

Equipe: Anderson Maycon Tavares Lameira – Geógrafo; Tailane Kely Costa Drago – Eng. Cartografa; Lariana Têka Barra de Medeiros – Eng. Ambiental.

Período: 31 de Agosto a 4 de Setembro de 2021.

Local visitado: Itaubal – Assentamento Corre Água

Objetivo da Viagem: Fiscalização do serviço de georreferenciamento do perímetro da área de exclusão na qual consta o Projeto de Assentamento corre água, com um perímetro aproximado de 40 (quarenta) quilômetros para averiguação dos trabalhos realizados pelo 4º CGEO, como: implantação dos marcos nos vértices correspondentes aos limites das áreas objetos de ordens de serviços.

Equipe: Anderson Maycon Tavares Lameira – Geógrafo; Syanne Baia da Costa – Eng. Cartografa; Lariana Têka Barra de Medeiros – Eng. Ambiental.

Período: 14 a 21 de Setembro de 2021.

Local Visitado: Tartarugalzinho – Cujubim e São Benedito do Aporema.

Objetivo da Viagem: Fiscalização do serviço de georreferenciamento do perímetro da área de exclusão na qual consta o Projeto de Assentamento Cujubim e São Benedito do Aporema com um perímetro aproximado de 33,3 e 57,5 quilômetros respectivamente para averiguação dos trabalhos realizados pelo 4º CGEO, como implantação dos marcos nos vértices correspondentes aos limites das áreas objetos de ordens de serviços.

Equipe: Anderson Maycon Tavares Lameira – Geógrafo; Tailane Kely Costa Drago – Eng. Cartografa; Syanne Baia da Costa – Eng. Cartografa.

Período: 28 de Setembro a 1 de Outubro de 2021.

Local Visitado: Mazagão – Matão do Piaçacá e Piquiazal.

Objetivo da Viagem: Fiscalização do serviço de georreferenciamento do perímetro da área de exclusão na qual consta o Projeto de Assentamento Matão do Piaçacá e Piquiazal, com um perímetro aproximado de 98,1 e 54,1 quilômetros respectivamente para averiguação dos trabalhos realizados pelo 4º CGEO, como implantação dos marcos nos vértices correspondentes aos limites das áreas objetos de ordens de serviços.

Equipe: Anderson Maycon Tavares Lameira – Geógrafo; Milene Miranda Luz – Técnica em Infraestrutura/Agrimensura; Lariana Têka Barra de Medeiros – Eng. Ambiental.

- **No âmbito da ação 2703 - Zoneamento Ecológico e Econômico No Estado do Amapá**

- ✓ **Reuniões presenciais e por videoconferência**

12/01/2021 - Reunião do Grupo ZEE (Vídeo Conferência) – Esclarecimentos e sugestões para planejamento de retomada das atividades.

02/02/2021 - (Vídeo Conferência) – Apresentação das pautas discutidas em reunião com Secretário da SEPLAN.

27/04/2021 - Pauta: Buscar alternativas para a composição e conclusão do Projeto ZEE.

21/05/2021 – Reunião do ZEE por videoconferência, com a força tarefa da SEPLAN, Governo do Estado e EMBRAPA, sobre o ZEE, um dos principais instrumentos de planejamento ambiental e territorial para o desenvolvimento sustentável do Amapá.

04/06/2021 - Pauta: (Vídeo Conferência) – Ajuste de contrato e plano de trabalho.

02/07/2021 - Reunião por videoconferência, entre SEPLAN, EMBRAPA/AP, IEPA e UNIFAP, com o objetivo de discutir acerca da atualização do Plano de Trabalho, recursos financeiros e prazo de execução.

07/07/2021 - Pauta: (Vídeo Conferência) – Encaminhamentos em relação à Fundação Elizeu Alves.

10/08/2021 – Reunião por videoconferência. Seguimos focados em um dos projetos mais importantes para o planejamento socioeconômico, ambiental e territorial do Amapá: o ZEE, em conjunto com a força-tarefa da EMBRAPA.

19/08/2021 – SEPLAN e o Governo do Estado, iniciou nesta data o treinamento do GeoInfo. Uma plataforma nacional utilizada pela EMBRAPA para dados georreferenciados, uma ferramenta essencial para o ZEE/AP. Contamos com a participação dos parceiros do projeto - a exemplo do IEPA/AP, UNIFAP e UEAP - para que as equipes possam aproveitar ao máximo o potencial da solução.

06/09/2021 - Pauta: Apresentação da pesquisadora Ana Euler e atualizações referentes à divulgação do ZEE.

21/09/2021 - Pauta: (Vídeo Conferência) Atualizações sobre tratativas com a Fundação Elizeu Alves.

20/10/2021 - Reunião com EMBRAPA e FUNARB para tratar do ZEE, e com a AGU sobre o FNDE, duas agendas importantes para o atendimento à população amapaense. A construção de entendimentos para superação de obstáculos e impasses é uma das missões para uma gestão pública que busca eficiência, eficácia e efetividade das Políticas Públicas.

É importante destacar que mesmo em meio ao isolamento social imposto pela situação de pandemia, a UGPE buscou manter-se ativa e dar prosseguimento, mesmo que parcialmente, readequando seu programa de trabalho elaborado para 2021, principalmente no que se refere ao acompanhamento da execução do Convênio **n.º 001/2018 - 4ºGEO**, firmado com o exército Brasileiro, que retomou as atividades de campo já no segundo semestre de 2021. Destaca-se a previsão da entrega do Termo de Cessão de Direitos e Doação das primeiras terras da União para o Estado do Amapá já no primeiro semestre de 2022, sendo uma grande conquista para o Estado.

Destaca-se, também, como prioridade da SEPLAN, enquanto Órgão Central do Sistema de Planejamento Estadual, a segurança jurídica que o processo requer em relação a execução do ZEE/AP e da Regularização Fundiária no Estado do Amapá, que conforme diretrizes do atual Governo devem caminhar lado a lado.

A SEPLAN por meio das competências atribuídas à GECAP realizou as seguintes ações:

- Criação de um sistema on-line CAPTA+ - integrando todos os órgãos estaduais e acessado pelos parlamentares com Qr Code (Código de resposta rápida);
- Gestão das Transferências da União por meio do CAPTA+
- Capacitação das equipes de captação de recursos sobre ‘Transferências de recursos da União’;
- Treinamento dos técnicos para uso do CAPTA+
- Elaboração de um Portfólio de Projetos para orientar os parlamentares na definição das emendas parlamentares;
- Controle do acesso de servidores estaduais na Plataforma +Brasil e no CAPTA+ para inclusão de propostas e execução de convênios com a União.

- Assessoria continuada e Articulação institucional em favor do fortalecimento da #Rede +brasil Amapá e da captação de recursos da União;
- Cumprimento dos termos do Acordo de Cooperação Técnica #Rede +brasil, ENAP em Rede, e MEG-Tr;
- Modelagem de Excelência da Gestão – MEG-Tr implantado nos órgãos estaduais;
- Articulação para uma atuação parlamentar em benefício dos projetos estratégicos do Estado;
- Indução à inovação e à efetividade do planejamento e da gestão dos recursos federais;
- Assessoramento ao Chefe do Gabinete do Governador para elaboração e orientações de envio dos ofícios para solicitar recursos de emendas de relatoria.

Outras estratégias consideradas relevantes para o atingimento dos objetivos da GECAP/SEPLAN foram:

- Gestão de repasses de recursos por outros sistemas:
 - SIGTV/SIMS (Sistema de Gestão das Transferência Voluntária do Sistema Único de Assistência Social),
 - SIMEC/SEED (Sistema do Fundo Nacional do Ministério da Educação)
 - FNS/SESA (Fundo Nacional de Saúde)
- Assessoria aos órgãos estaduais beneficiários de ‘Transferências Especiais’ (modalidade iniciada no ano de 2020);
- Gestão junto ao Gabinete do Governador para assinatura de aditivos e instrumentos no SEI
- Tratativas com SEFAZ e TCE para disponibilizar as Certidões e Declarações necessárias à celebração de convênios;
- Reuniões com CGE para elaboração da Minuta Normativa sobre ‘Transferências Especiais’ ao Amapá
- Tratativas com Gabinete do Governador para elaboração e envio de ofícios para solicitar recursos de emendas de relatoria
- Realização de webinars, lives e reuniões online com técnicos dos Ministérios, Órgãos de Controle Fiscal, Gestores e Servidores Estaduais sobre captação de recursos.
- Elaboração de uma trilha de conhecimento para capacitação dos responsáveis por captação de recursos da União ao Amapá.

Os resultados alcançados concernentes as ações planejadas por meio da GECAP/SEPLAN foram:

- Gestão eficaz das pendências do Governo do Estado no CADIN, realização de negociações para que o extrato do CAUC pudesse ser extraído para celebração de convênios;
- Agilidade na entrega de declarações com a assinatura do Governador, assim como com os protocolos dos tribunais que foram disponibilizados na plataforma CAPTA+ no dia 21/12.
- Gestão ágil para garantir a assinatura de 10 Emendas de Relatoria Geral para o Fundo Estadual de Saúde e 01 para execução da SIMS.
- Gestão eficiente para garantir ao Estado que 47 (quarenta e sete) Transferências de Recursos da União ao Amapá fossem consolidadas no ano de 2021. Em um montante de R\$281.506.631,00 (duzentos e oitenta e um milhões, quinhentos e seis mil, seiscentos e trinta

e um reais) a serem executados a partir de 2022 pelos seguintes órgãos estaduais: SEDEL (800.000,00), SETEC (195.000,00), UEAP (3.980.000,00), FCRIA (910.000,00), HEMOAP (350.000,00), SIMS (1.000.000,00), TJAP (500.000,00), Casa da Hospitalidade (100.000,00), IEPA (1.774.986,00), SEJUSP (240.000,00), SETRAP (103.000.000,00), SDC (63.500.000,00), PM (850.000,00) SINSEPEAP (100.000,00).

Figura 4 – Montante Captado em 2021

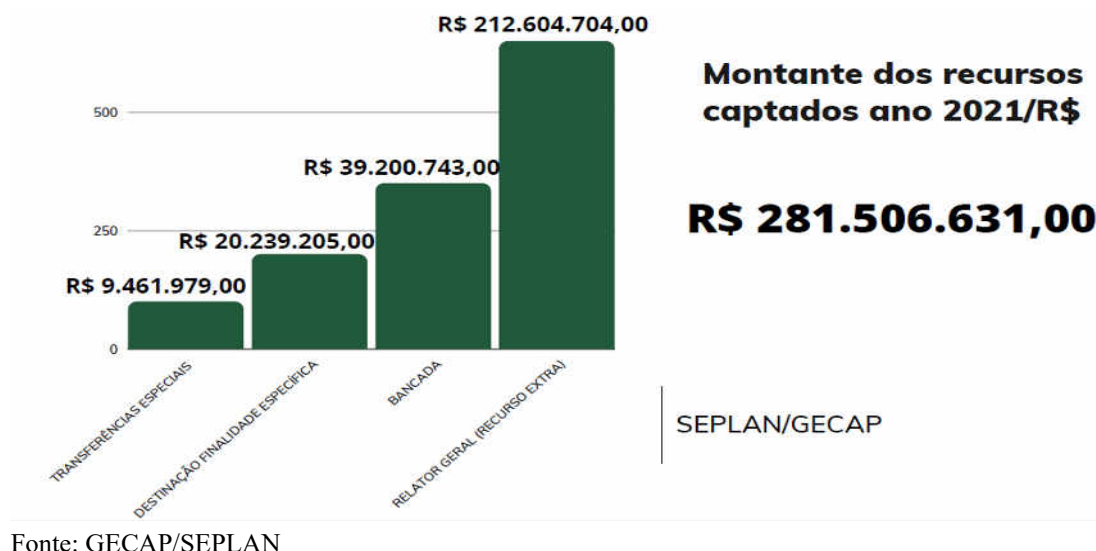
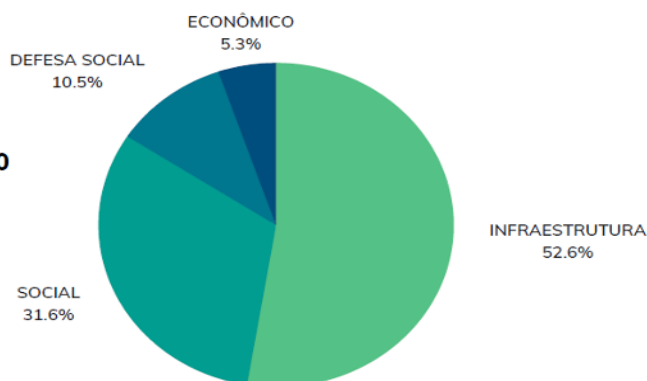


Figura 5 - Alocação de montantes captados por Eixo GEA em 2021

Alocação dos recursos por Eixo Gea

- INFRAESTRUTURA R\$ 166.500.000,00
- SOCIAL R\$ 108.086.652,00
- DEFESA SOCIAL R\$ 4.299.993,00
- ECONÔMICO R\$ 2.619.986,00

SEPLAN/GECAP



Fonte: GECAP/SEPLAN

- Transparência quanto ao detalhamento das transferências de recursos da União 2021, que consta no Relatório de Gestão das Transferências da União 2021, encaminhado ao Secretário da SEPLAN, ao Governador do Estado e aos Parlamentares.

Quanto ao Programa de trabalho 1.04.121. 0072. 2032 - Apoio ao Programa Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, registra-se, além das informações a serem prestadas especificamente pela Secretaria Executiva do Consórcio, registra-se que a SEPLAN atuou na coordenação da Câmara de Planejamento Estratégico.

Sobre o tema, cada reunião do Consórcio é sintetizada através de carta (<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/programas-estrategicos/consorcio-interestadual>), além de projetos específicos como o planejamento estratégico (https://gestor.amapa.gov.br/edamapa/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_29581bc786edb1392d786b1b21ba920a.pdf), a elaboração de projetos prioritários no âmbito de cada câmara, e o Plano de Recuperação Verde (consorcioamazonialegal.portal.ap.gov.br/), lançado em 2021 para a retomada econômica pós-pandemia no bioma amazônico.

No caso da Câmara de Planejamento, o projeto voltado ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis (<https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/programas-estrategicos/consorcio-interestadual-projetos-prioritarios>) prossegue avançando, já com a obtenção do aval junto ao Ministério da Economia ainda no primeiro semestre de 2021 e a apresentação formal ao Green Climate Fund – GCF antes da COP26.

2.4 Informações sobre Indicadores Utilizados

Indicadores em termos numéricos (unidades/ quantidades):

Em 2021, foram elaborados e consolidados pela SEPLAN: 02 pesquisas socio econômicas (Cesta Básica Oficial e Cesta Básica Regional, Índice de Produto do Consumidor - IPC), 01 estudo macroeconômico (Produto Interno Bruto - PIB/2020), 01 projeto de lei de Revisão do PPA, 01 Mensagem de Governo à ALAP, 01 Plano Anual de Trabalho do Governo do Estado do Amapá – PAT), 04 Relatórios de Acompanhamento da Execução Trimestral do PPA, 01 Relatório Anual de Atividades do Governo do Estado do Amapá, 02 leis - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, 01 Relatório de Prestação de Contas da SEPLAN.

Indicadores em termos percentuais (%):

O Plano Plurianual - PPA/AP 2020 2023, contém 72 (setenta e dois) programas de governo, sendo 14 (quatorze) pertencentes aos Outros Poderes Constituídos do Estado (ALAP, TJAP, MPE e TCE) e 58 (cinquenta e oito) executados pelo Poder Executivo Estadual.

No exercício de 2021, 60,3% dos programas de governo do Poder Executivo foram acompanhados e apurados os seus indicadores de resultados pelos gerentes nomeados para tal fim, pelo gestor (a) do órgão, ao qual o programa está vinculado. Em virtude da pandemia do COVID 19, que teve seu ápice até o primeiro semestre de 2021, por conseguinte, ocasionaram os decretos governamentais de isolamento social, suspendendo atividades não essenciais em favor das essenciais, a apuração dos indicadores de resultados dos programas/impactos foi bastante prejudicada.

Desde 2017, com a implantação do módulo de Acompanhamento de Programas e Ações diretamente no SIAFE/GEA, esta jurisdicionada tem buscado o aperfeiçoamento desses indicadores, visando clarificar, cada vez mais, os resultados efetivos na apuração desses programas. Quanto as ações (atividades ou projetos), que totalizam 361 (trezentos e sessenta e uma), pelos motivos expostos acima, registramos o Acompanhamento/SIAFE/GEA de 261(duzentas e sessenta e uma),totalizando 72,3%.

Ademais, de acordo com a Lei Estadual n. 2.474/2020, que instituiu o PPA AP 2020-2023, com as novas alterações preconizadas no Projeto de Lei de Revisão do PPA, até o final de 2022, a SEPLAN publicará um documento denominado Relatório de Avaliação do PPA 2020 2023 compreendendo os três anos de sua execução.

Quadro 3 – Indicadores de Resultados - SEPLAN

Indicadores De Resultados/Seplan	2021
Órgãos de Governo Orientados na Elaboração de Instrumentos de Planejamento/Ano	100%
Índice de Programas Governamentais Acompanhados/Ano	100%
Índice de Ações Governamentais Acompanhadas/Ano	72,6%
Índice de Programas Governamentais com Indicadores/Ano	100%
Índice de Programas Governamentais com Indicadores Apurados/Ano	60,3%
Regulamentos Institucionais Concluídos/Ano	02
Pesquisas/IPCC/ Realizadas/Ano	02
Estudos Macroeconômicos Realizados/Ano	01
Anuários Estatísticos Divulgados/Ano	01
Índice de Aproveitamento de Projetos Aprovados Para Captação De Recursos Federais/Ano	98,7%
Volume de Recursos Federais Captados/ Ano	281,5*
Projetos Aprovados Em Emendas Federais/Ano	47
Órgãos Estaduais Retirados de Restrições Federais/Ano	24
Percentual da Estrutura de Ti/Implementada/Ano	**

Fonte: SEPLAN/2021.

*Em milhões de reais

**Não informado pela Unidade/SEPLAN

2.5 Indicação dos Sítios Eletrônicos

Os sítios eletrônicos onde estão disponibilizados os instrumentos de planejamento e orçamento, bem como o acompanhamento da execução dos programas e ações são:

- LOA: <https://seplan.portal.ap.gov.br/contas/loa>
- LDO: <https://seplan.portal.ap.gov.br/contas/ldo>
- PPA: <https://seplan.portal.ap.gov.br/contas/ppa>
- Acompanhamento - execução de programas:
<https://seplan.portal.ap.gov.br/contas/acompanhamento>

2.6 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações em cumprimento ao PPA 2020-2023

Ação 2296 – Gestão e Elaboração dos Instrumentos de Planejamento

Esta ação planejou como meta no PPA 2020-2023, a entrega de 10 (dez) produtos. Em 2021, segundo ano de execução do PPA vigente, entregou os seguintes produtos, pela ordem de entrega:

- Mensagem de Governo do exercício de 2021, por ocasião da abertura do ano legislativo na Assembleia Legislativa do Estado;
- Plano Anual de Trabalho do Governo do Estado do Amapá – PAT/2021;

- Relatórios de Acompanhamento da Execução Trimestral/PPA 2020-2023 (I, II e III IV trimestres de 2020);
- Relatório Anual de Atividades do Governo do Estado do Amapá/2020;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021;
- Lei Orçamentária Anual – LOA/2021;
- Relatório de Gestão da SEPLAN/2020.

Estes instrumentos de planejamento são de vital importância na missão institucional da SEPLAN, haja vista que uns representam o direcionamento regular da aplicação dos recursos públicos arrecadados da sociedade amapaense, enquanto outros demonstram a prestação de contas do Poder Executivo, na entrega de bens e serviços.

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura Orgânica de controle e 3.2 Sistema de Controle Interno

Discorrendo acerca dos subitens 3.1 e 3.2, como já informados em relatórios anteriores, ainda não há uma unidade de controle interno formalmente prevista na estrutura organizacional dessa Secretaria. Ademais, a Controladoria Geral do Estado - CGE é o órgão responsável pelo Controle Interno no âmbito do Governo do Estado, abrangendo a SEPLAN e demais órgãos da administração direta e indireta, ainda que de forma eminentemente incidental, a exemplo da análise do relatório de gestão e da auditoria de contas. Um contexto que tem sido afetado por externalidades, a exemplo das restrições impostas pela LC nº 173/20, apesar de todos os esforços do GEA.

A CGE encaminhou minuta de projeto de lei para estruturar o controle interno em cada um dos órgãos e unidades do Poder Executivo, estabelecendo uma gratificação específica. No entanto, na análise preliminar da Coordenadoria de Modernização Administrativa, verificou-se que o projeto não contemplava a totalidade de órgãos – das 62 unidades, apenas 28 seriam atendidas – entre outras questões (indicação do regime jurídico para remuneração, se seria por cargo comissionado, função etc.). Além do mais, a CMG concluiu que se considerássemos uma gratificação a nível de CDS3 ocasionaria um impacto financeiro anual, na folha de pagamento do GEA, no montante de R\$ 2.165.965,23 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e três centavos).

O estudo para formalização do controle interno nos órgãos do Executivo foi realizado no primeiro ano do atual mandato, em um cenário de forte frustração do Fundo de Participação dos Estados - FPE, principal receita do Amapá, e do ICMS (principalmente por conta da interligação do Linhão do Tucuruí, com queda da arrecadação relativa ao diesel das termoeletricas). Por conseguinte, desencadeou o parcelamento do pagamento da folha do funcionalismo em duas parcelas, entre outras medidas de ajuste fiscal, incompatíveis com aumento de despesas de pessoal. Contexto que só se agravou com a pandemia.

Ainda assim, foi encaminhado o estudo da SEPLAN para discussão no âmbito do GEA, com a participação da CGE e demais órgãos interessados. Como desdobramento das tratativas, foi

encaminhada e aprovada a Lei nº 2.148, de 14 de março de 2017, que dispõe acerca do Sistema de Controle Interno do Estado do Amapá. No art. 15 da referida Lei ficou estabelecido o prazo máximo de 2 (dois) anos para organização de carreira específica, objetivando a efetivação do quadro de pessoal do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, o que vem sendo impactado pelos fatores supramencionados. Importante salientar que os analistas do concurso público realizado para a área de gestão, que ingressaram no serviço público estadual estão sendo treinados para reforço do Controle Interno, contabilidade, entre outras áreas críticas.

Pelos motivos expostos acima, a falta de previsão de um responsável específico pelo Controle Interno na estrutura organizacional da SEPLAN é uma dificuldade compartilhada pelos órgãos do GEA. Há projeto de lei reestruturando a SEFAZ e a SEPLAN, que contempla uma unidade de controle interno em cada um dos órgãos.

Há que se considerar ainda que além das medidas que estão sendo adotadas, como por exemplo o Plano de Melhoria dos Processos de Trabalho da SEPLAN iniciados no exercício de 2021, Portaria nº 044/2021 – SEPLAN, esta unidade jurisdicionada preza pela observância dos princípios da eficiência, boa-fé e reserva do possível, da existência do desempenho do controle interno, ainda que não formalmente estruturado. A observância da legislação e normativas procedimentais pelas coordenadorias e núcleos da SEPLAN, o planejamento e estruturação do monitoramento por indicadores (não apenas no relatório anual de atividades, como em pilotos no SIPLAG), a preocupação com a existência de parecer jurídico favorável para contratações, são exemplos da existência de controle interno.

3.3 Informações sobre Remuneração/Subsídio dos Administradores, Gestores e Membros de Mesa Diretora, Membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

A SEPLAN, na condição de órgão da Administração Direta com competências relacionadas ao planejamento, estatística e modernização, não possui em sua estrutura organizacional mesa diretora, diretoria e conselhos de administração e/ou fiscal, comumente presentes na Administração Indireta, a exemplo da AFAP, Agência Amapá, JUCAP, entre outros.

A SEPLAN participa ainda de conselhos e comissões coordenados por outras unidades, a exemplo da SESA e SIMS, sem pagamento de remuneração para este fim. E ainda em grupos de trabalho específicos, como o apoio ao Conselho Estadual de Gestão Fiscal – CEGF, igualmente não remunerado.

A remuneração dos gestores segue o padrão do GEA, com a presença de cargos comissionados (CDS 1 a CDS 5) e funções gratificadas (CDI 1 a CDI 3).

3.4 Informações sobre a Estrutura e Atividade do Sistema de Correição

Há processo para reestruturação da SEPLAN, com a previsão de uma posição para Auditoria Interna, o que ainda não foi aprovado pelo Poder Legislativo. Neste caso, enquanto perdurar a atual estrutura, casos que demandem providências além da sindicância e PAD (realizados atualmente através

de servidores da SEPLAN, designados por portaria), são encaminhados à Controladoria Geral – CGE, órgão central de Controle Interno do GEA, conforme Decreto nº 7549, de 11 dezembro de 2013, que regulamenta o art. 38 da Lei nº 0811, de 20 de fevereiro de 2004, alterado pela Lei nº 1774, de 17 de outubro de 2013, que organiza a Controladoria-Geral do Estado.

3.5 Informações quanto ao Cumprimento da Ordem Cronológica de Pagamentos

A ordem cronológica de pagamentos do exercício de 2021, seguiu os preceitos do cumprimento do art. 5º. Lei nº 8666/93 e da Instrução Normativa nº 0001/CGE/AP, de 02 de maio de 2016, concernentes as normas gerais para execução orçamentária, financeira e liquidação, como pagamentos das despesas públicas e outras providências, obedecendo as rotinas de pagamentos e eficiência na gestão de recursos públicos.

Todos os pagamentos desta unidade jurisdicionada foram realizados pela ordem cronológica, com exceção das despesas com diárias estabelecido no art. 6º, inciso VI da Instrução Normativa nº. 0001/CGE/AP, de 02 de maio de 2016, conforme Tabela 25, Anexo I.

3.6 Informações quanto à Publicação em Sítio Eletrônico Oficial da Ordem Cronológica de Pagamento

Durante o exercício de 2021 todos os pagamentos foram efetuados conforme ordem Cronológica de acordo Instrução Normativa nº 0001, de 02 de maio de 2016, portanto não houve nenhum pagamento por justificativa. Todos os pagamentos realizados desta Unidade Jurisdicionada estão disponíveis no Portal de Transparência do Estado do Amapá (<http://www.transparencia.ap.gov.br/>).

3.7 Informações sobre Indicadores de Transparência entre Outros Indicadores de Gestão

Em 2021, a atividade de acompanhamento de programas e ações (atividades ou projetos), teve prosseguimento, no SIAFE/GEA, sendo que anteriormente, era realizada no SIPLAG/GEA.

Considerando as dificuldades atuais, em virtude da pandemia do COVID, esta atividade obteve a adesão de 40 (quarenta) dos 58 órgãos do Poder Executivo, ou seja 68,9%.

Quanto à transparência, há uma avaliação do GEA, de forma coordenada pela CGE, inclusive através de verificações externas, a exemplo da Transparência Internacional (<https://transparenciainternacional.org.br/ranking/>) e a Escala Brasil Transparente da CGU (<https://mbt.cgu.gov.br>).

3.8 Informações sobre a Implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa-SIGA

Desde a publicação do Decreto nº 3.184, de 02 de setembro de 2016, os processos de aquisição de bens e contratações de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual devem

tramitar em todas as suas fases, por meio eletrônico, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA. O Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, foi instituído pelo Decreto Estadual nº 3.313, de 15 de setembro de 2016, é um sistema de informações que possibilita o controle e a gestão centralizada de todas as atividades administrativas dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Amapá, através de estrutura de fluxos de tramitação de processos, para dar total transparência e segurança ao processo licitatório.

O Processamento de Dados do Estado do Amapá – PRODAP é o responsável técnico pelo suporte e manutenção do SIGA, bem como pelo gerenciamento de cadastros gerais, senhas de acesso e segurança desse sistema que é composto pelos módulos e submódulos:

I. Termo de Referência: Compras e Licitações, Banco de Preços, Compra Direta, Pregão eletrônico, Pregão, Presencial, Concorrência, Tomada de preço, Convite, Registro de preço, Cadastro de fornecedores Catálogo de materiais e serviços.

II. Contratos

III. Almoxarifado

IV. Patrimônio

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa — SIGA está implantado na SEPLAN nos Módulos Compras, Módulo Almoxarifado (Material e Patrimônio) e Módulo Contrato e Convênio.

4. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

4.1. Relação dos Programas do Plano Plurianual – PPA

a) Identificação dos programas:

Durante o exercício financeiro de 2021, os programas de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada foram:

Quadro 4- Identificação dos Programas

PROGRAMA	FINALIDADE
0005 – Gerenciamento Administrativo – Eixo Gestão e Finanças	Prover os Órgãos de Governo dos meios administrativos para a implementação e gestão dos seus programas finalísticos e outros.
0007 – Amapá Empreendedor	Promover a gestão da política do empreendedorismo, com o objetivo de subsidiar o planejamento, formulação, monitoramento e avaliação dos programas voltados para a geração de emprego, trabalho, ocupação e renda e concessão de crédito formal e informal.
0048 – Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual	Promover a gestão do sistema de planejamento do estado, por meio dos instrumentos de planejamento, sintonizados com o planejamento estratégico do estado, observando-se diretrizes de governo, desafios e metas contidas nos programas, apurando indicadores de resultados e alcance de ações inerentes, visando uma melhor aplicação dos recursos públicos na maximização de resultados.

0049 – Zoneamento Econômico e Ecológico do Amapá	Promover o fortalecimento por meio do zoneamento econômico, o aprimoramento do estado do amapá, objetivando garantir a integração das políticas públicas e o aperfeiçoamento da gestão da governança, utilizando-se do zoneamento econômico.
0071 – Tesouro Verde – Gestão e Finanças	Estimular a expansão da base econômica em consonância com a dinâmica da economia verde, baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos e busca pela inclusão social.
0072 – Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	Integrar esforços em cinco (05) eixos de desenvolvimento, sendo economia verde e competitividade, integração regional, ciência, tecnologia e inovação, governança territorial e ambiental e governança pública, gestão e serviços prioritários, comuns aos estados amazônicos, objetivando acelerar o desenvolvimento econômico, ambiental e social dessas unidades federadas, tornando a região amazônica, mais competitiva e sustentável.
0073 – Gestão de Informações Espacializadas do Amapá	Oferecer a sociedade amapaense, órgãos e entidades públicos, iniciativa privada e demais interessados, um conjunto de dados aeroespaciais digitais, georreferenciados, estruturados, contínuos e atualizados do território geográfico amapaense, contendo informações econômicas, ambientais, sociais e de gestão da economia do amapá.

Fonte: SIAFE/AP

Nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO nº 2.514, de 03 de novembro de 2020, e Lei Orçamentária Anual – LOA nº 2.536, de 08 de janeiro de 2021, o orçamento aprovado para a SEPLAN para o exercício de 2021 foi de **R\$ 21.204.021,00** (vinte e um milhões duzentos e quatro mil e vinte um real), entretanto no decorrer do exercício foram realizadas atualizações orçamentária em virtude de excesso de arrecadação e superávit financeiro, atualizando a dotação orçamentária de R\$ **22.149.784,00** (vinte dois milhões, cento quarenta nove mil, setecentos e oitenta quatro reais), cuja programação está demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1–Programação Orçamentária

Unidade orçamentária / programa	Dotação inicial	Dotação atualizada
15101 - Secretaria de Estado do Planejamento	21.204.021,00	22.149.784,00
0005 - Gerenciamento Administrativo-eixo Gestão e Finanças	2.099.003,00	334.149,00
0007 - Amapá Empreendedor	5.874.264,00	8.746.881,00
0048 - Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual	11.139.500,00	11.531.192,00
0049 - Zoneamento Econômico e Ecológico do Amapá	430.000,00	6.308,00
0071 - Tesouro Verde - Eixo Gestão e Finanças	1.031.254,00	1.031.254,00
0072 - Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	500.000,00	500.000,00
0073 - Gestão de Informações Espacializadas do Amapá	130.000,00	0,00

Fonte: SIAFE/NAF/UF

b) Informações sobre a Programação e a Execução Orçamentária e Financeira relativa ao Programa

Tabela 2 – Execução Orçamentária e Financeira

Unidade Gestora / Programa / Ação	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas do Exercício Pagas
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento	22.149.784,00	11.482.322,90	10.277.061,50	3.077.061,50
0005 - Gerenciamento Administrativo-Eixo Gestão e Finanças	334.149,00	244.826,69	244.826,69	244.826,69
2300 – Manutenção de Serviços Administrativos - SEPLAN	334.149,00	244.826,69	244.826,69	244.826,69
0007 - Amapá Empreendedor	8.746.881,00	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00
0004 - Subscrição de Ações da AFAP	8.746.881,00	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00
0048 - Gestão Da Política De Planejamento e Orçamento Estadual	11.531.192,00	3.531.189,01	2.325.927,61	2.325.927,61
2014 - Elaboração de Estudos de Cenários Macroeconômicos do Estado do Amapá	1.072,00	1.071,68	1.071,68	1.071,68
2015 - Realizar Pesquisas Socioeconômicas e Fiscais.	0,00	0,00	0,00	0,00
2016 - Modernização da Gestão do Poder Executivo Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
2017 - Gestão de Contratos e Convênios	11.440.539,00	3.440.538,31	2.315.818,31	2.315.818,31
2018 - Gestão das Transferências Voluntárias da União Para o Amapá	5.028,00	5.027,90	5.027,90	5.027,90
2073 - Gestão da Tecnologia da Informação	83.320,00	83.319,04	2.777,64	2.777,64
2296 - Gestão e Elaboração dos Instrumentos de Planejamento	1.233,00	1.232,08	1.232,08	1.232,08
0049 - Zoneamento Econômico e Ecológico do Amapá	6.308,00	6.307,20	6.307,20	6.307,20
2703 - Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Amapá	6.308,00	6.307,20	6.307,20	6.307,20
0071 - Tesouro Verde - Eixo Gestão e Finanças	1.031.254,00	0,00	0,00	0,00
2000 - Operacionalização do Programa Tesouro Verde - SEPLAN	1.031.254,00	0,00	0,00	0,00
0072 - Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
2032 - Apoio ao Programa Consórcio Interestadual da Amazônia Legal	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00
0073 - Gestão de Informações Especializadas do Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
2033 - Atualização de Informações da Base Cartográfica do Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00

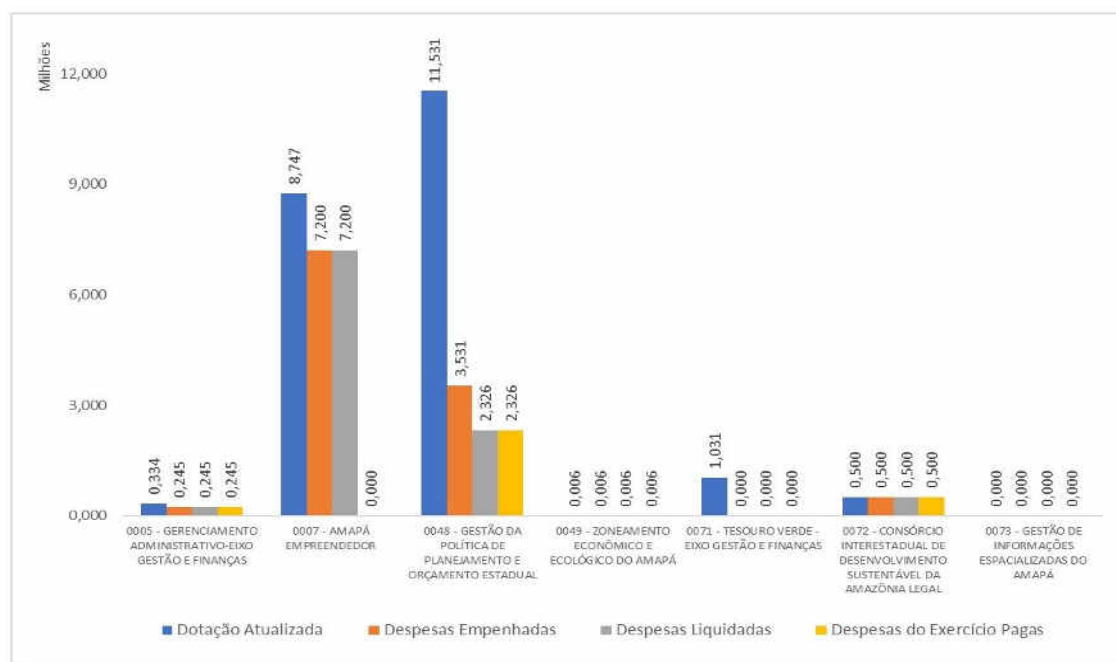
Fonte: SIAFE /NAF/UF

Tabela 3 – Resumo sobre a Execução Orçamentária e Financeira

Ano	Orçamento				Empenhado / Orçamento Total (%)
	LOA+Créditos-Débitos	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp. Empenhada a Liquidar	
2021	22.149.784,00	11.482.322,90	10.277.061,50	1.205.261,40	51,84

Fonte: SIAFE /NAF/UF

Figura 6 - Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira por Programa /2021



Fonte: NAF/UF

Da dotação orçamentária fixada no exercício de 2021, foram empenhadas as despesas no valor de **R\$ 11.482.322,90** (onze milhões quatrocentos e oitenta dois mil, trezentos e vinte dois reais e noventa centavos), comprometendo 51,84% do orçamento atualizado correspondente a primeira fase da despesa. As despesas liquidadas totalizaram **R\$ 10.277.061,50** (dez milhões, duzentos e setenta e sete mil, sessenta um real e cinquenta centavos), referente à despesa processada, cujo empenho foi entregue ao credor, que por sua vez forneceu o material, prestou o serviço ou executou a obra. Restando o valor de **R\$ 1.205.261,40** (um milhão, duzentos e cinco mil, duzentos e sessenta um real e quarenta centavos) a liquidar das despesas empenhadas de contratos firmados e convênios concedidos que ainda estão em processos de execução.

c) Avaliação dos Resultados dos Indicadores Associados ao Programa

O indicador de resultado do programa mede, afere, apura se o programa foi capaz de resolver um problema para o qual foi criado.

Para que o indicador atinja os resultados esperados de forma positiva, faz-se necessário que a ação (atividade ou projeto), vinculados (as) ao programa, sejam executados, cumprindo fielmente os seus atributos, como finalidade, metas físicas e financeiras e produtos e/ou serviços a serem entregues.

Em relação aos indicadores de resultados dos programas desta jurisdicionada, tivemos:

- Programa 0048 - Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual:
Total de Indicadores: 14 (quatorze).
Apurados: 14.
- Programa 0049 - Zoneamento Econômico, Ecológico e Ordenamento Territorial
Total de indicadores: 01 (um);
Apurados: 01
- Programa - 0073 – Gestão de Informações Especializadas do Amapá
Total de indicadores: 01 (um)
Apurado: 01
- Programa 0072 – Consórcio Interestadual da Amazônia Legal
Total de indicadores: 01
Apurado: Foi prejudicado pela pandemia do COVID 19, dificultado a continuidade de operacionalização do programa no referido exercício.

d) Reflexos de Contingenciamentos sobre os Resultados dos Programas

No exercício de 2021, apesar da possibilidade de contingenciamento em virtude do comportamento da arrecadação, previsto no art. 3º do Decreto 0073, de 12 de Janeiro de 2021, não houve a necessidade de contingenciar o orçamento.

e) Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas.

Tabela 4 - Restos a Pagar por Programa

Unidade Gestora / Programa	Restos a Pagar Processados			
	Inscritos Até 31/12/2020	Pagos	Cancelados	A Pagar
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00
0005 - Gerenciamento Administrativo-Eixo Gestão e Finanças	1,00	0,00	0,00	1,00
0007 - Amapá Empreendedor	4.650.000,00	3.650.000,00	0,00	1.000.000,00
Unidade Gestora / Programa	Restos a Pagar Não Processados			
	Inscritos Até 31/12/2020	Pagos	Cancelados	A Pagar
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento	571.582,92	544.125,64	27.457,28	0,00
0005 - Gerenciamento Administrativo-Eixo Gestão e Finanças	27.457,28	0,00	27.457,28	0,00

0048 - Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual	324.125,64	324.125,64	0,00	0,00
0072 - Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFE /NAF/UF

A unidade jurisdicionada recebeu de inscrição de restos a Pagar Processados no valor de R\$ 4.650.001,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil e um reais), nos respectivos programas 0005 - Gerenciamento Administrativo-Eixo Gestão e Finanças e 0007 - Amapá Empreendedor, tendo um reflexo positivo, pois, foram pagos R\$ 3.650.000,00 (três milhões seiscentos e cinquenta mil reais), ficando o saldo a pagar R\$ 1.000.001,00 (um milhão e um real) para o exercício subsequente.

Com relação aos restos a pagar não processados dos saldos inscritos no exercício de 2020 no valor de R\$ 571.582,92 (quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta dois reais e noventa e dois centavos), do qual foram liquidados, processados e pagos o valor de R\$ 544.125,64 (quinhentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte cinco reais e sessenta e quatro centavos), e foram cancelados o valor de R\$ 27.457,28 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte oito centavos), não restando saldos remanescentes a pagar.

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual - LOA

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação;

Nos termos da Lei Orçamentária Anual – LOA, nº. 2.536 de 08 de janeiro de 2021, o orçamento aprovado para a SEPLAN para o exercício de 2021 foi de **R\$ 21.204.021,00** (vinte e um milhões, duzentos e quatro mil e vinte um real), programadas para articular um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos preestabelecidos na função 04 – Administração, com percentual de 72,30 % e na função 23-Comércio e Serviços o percentual de 27,70%, cuja programação está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 5 – Despesa por Função e Subfunção

Unidade Orçamentária /Programa /Ação /Função	Sub-Função	Previsão Loa
15101 - Secretaria De Estado Do Planejamento		21.204.021,00
0005 - Gerenciamento Administrativo-Eixo Gestão E Finanças		2.099.003,00
2300 - Manutenção De Serviços Administrativos - Seplan		2.099.003,00
04 - Administração	122 - Administração Geral	2.099.003,00
0007 - Amapá Empreendedor		5.874.264,00
0004 - Subscrição De Ações Da AFAP		5.874.264,00
23 - Comércio e Serviços	694 - Serviços Financeiros	5.874.264,00
0048 - Gestão Da Política De Planejamento E Orçamento Estadual		11.139.500,00
2014 - Elaboração De Estudos De Cenários Macroeconômicos Do Estado Do Amapá		60.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	60.000,00
2015 - Realizar Pesquisas Socioeconômicas E Fiscais.		60.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	60.000,00
2016 - Modernização Da Gestão Do Poder Executivo Estadual		60.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	60.000,00

2017 - Gestão De Contratos E Convênios		10.300.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	10.300.000,00
2018 - Gestão Das Transferências Voluntárias Da União Para O Amapá		60.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	60.000,00
2073 - Gestão Da Tecnologia Da Informação		190.000,00
04 - Administração	126 - Tecnologia Da Informação	190.000,00
2296 - Gestão E Elaboração Dos Instrumentos De Planejamento		409.500,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	409.500,00
0049 - Zoneamento Econômico E Ecológico Do Amapá		430.000,00
2703 - Zoneamento Ecológico Econômico No Estado Do Amapá		430.000,00
04 - Administração	127 - Ordenamento Territorial	430.000,00
0071 - Tesouro Verde - Eixo Gestão E Finanças		1.031.254,00
2000 - Operacionalização Do Programa Tesouro Verde - Seplan		1.031.254,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	1.031.254,00
0072 - Consórcio Interestadual De Desenvolvimento Sustentável Da Amazônia Legal		500.000,00
2032 - Apoio Ao Programa Consórcio Interestadual Da Amazônia Legal		500.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	500.000,00
0073 - Gestão De Informações Especializadas Do Amapá		130.000,00
2033 - Atualização De Informações Da Base Cartográfica Do Amapá		130.000,00
04 - Administração	121 - Planejamento E Orçamento	130.000,00

Fonte: SIAFE /LOA/NAF/UF

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros

Tabela 6 – Meta e Desempenho Físico e Financeiro

Ação	Metas Físicas	Desempenho Físico	Desempenho Financeiro
2300 - Manutenção de Serviços Administrativos - SEPLAN	1	1	244.826,69
0004 - Subscrição de Ações da AFAP	12	12	7.200.000,00
2014 - Elaboração de Estudos e Cenários Macroeconômicos do Estado do Amapá	3	3	1.071,68
2015 - Realizar Pesquisas Socioeconômicas e Fiscais	12	12	-
2016 - Modernização da Gestão do Poder Executivo Estadual	7	7	-
2017 - Gestão de Contratos e Convênios	1	1	2.315.818,31
2018 - Gestão de Transferências Voluntárias da União para o Amapá	7	7	5.027,90
2073 - Gestão da Tecnologia da Informação	1	0	2.777,64
2296 - Gestão e Elaboração dos Instrumentos de Planejamento	13	13	1.232,08
2703 - Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Amapá	1	1	6.307,20
2000 - Operacionalização do Programa Tesouro Verde - SEPLAN	1	0	-
2032 - Apoio ao Programa Consórcio Interestadual da Amazônia Legal	1	1	500.000,00
2033 - Atualização de Informações da Base Cartográfica do Amapá	1	1	-
Total	61	59	10.277.061,50

Fonte: COPLAN/SEPLAN

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações;

No exercício de 2021, apesar da possibilidade de contingenciamento em virtude do comportamento da arrecadação, previsto no art. 3º do Decreto 0073, de 12 de Janeiro de 2021, não houve a necessidade de contingenciamento do orçamento, não afetando os resultados das ações.

No entanto, com a permanência da pandemia do Covid-19, e por forças dos Decretos de Isolamento Social, algumas atividades, como capacitações em outros estados da Federação, trabalhos realizados com outros municípios quando se necessitava a presença de técnicos, foram impactados, porém, no geral, não impediram a SEPLAN de entregar produtos e serviços de alta relevância para o desenvolvimento do Estado do Amapá.

d) Reflexos dos Restos a Pagar na Execução das Ações

A unidade jurisdicionada recebeu de inscrição de restos a Pagar Processados no valor de R\$ 4.650.001,00 (quatro milhões, seiscientos e cinquenta mil e um real), nas respectivas ações 0004 - Subscrição de Ações da AFAP e 2303 - Gestão de Contratos e Convênios da SEPLAN, tendo um reflexo positivo, pois, foi pago o valor de R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscientos e cinquenta mil reais), ficando o saldo a pagar R\$ 1.000.001,00 (um milhão e um real) para o exercício subsequente.

Com relação aos restos a pagar não processados dos saldos inscritos no exercício de 2020 no valor de R\$ 571.582,92 (quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), do qual foram liquidados, processados e pagos o valor de R\$ 544.125,64 (quinhentos e quarenta quatro mil cento vinte cinco reais sessenta e quatro centavos), e foram cancelados o valor de R\$ 27.457,28 (vinte sete mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte oito centavos), em virtude da supressão de 20% do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2019-SEPLAN, firmado com a empresa DIGIMAQ Informática LTDA, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Nona do Contrato de prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais monocromáticas, a fim de atender às necessidades da SEPLAN, conforme condições especificações e quantitativos constantes no Processo nº 28810.0004/2020-SEPLAN. Não ficando saldo remanescentes a pagar.

Tabela 7 - Reflexos dos Restos a Pagar na Execução das Ações

Unidade Gestora / Ação	Restos A Pagar Processados			
	Inscritos Até 31/12/2020	Pagos	Cancelados	A Pagar
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00
0004 - Subscrição de Ações da AFAP	4.650.000,00	3.650.000,00	0,00	1.000.000,00
2303 - Gestão De Contratos E Convênios Da Seplan	1,00	0,00	0,00	1,00
Unidade Gestora / Ação	Restos A Pagar Não Processados			
	Inscritos Até 31/12/2020	Pagos	Cancelados	A Pagar
150101 - Secretaria De Estado Do Planejamento	571.582,92	544.125,64	27.457,28	0,00
2017 - Gestão De Contratos E Convênios	324.125,64	324.125,64	0,00	0,00
2032 - Apoio Ao Programa Consórcio Interestadual Da Amazônia Legal	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00
2300 - Manutenção De Serviços Administrativos - Seplan	27.457,28	0,00	27.457,28	0,00

Fonte: SIAFE/NAF/UF

e) Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial e Final

Os Quadros de Detalhamento de Despesa Inicial e Final dessa Unidade Jurisdicionada constam no Tabela 26 e Tabela 27, Anexo I.

f) Relação de Restos a Pagar

No Exercício Financeiro de 2021 foram realizadas as seguintes inscrições de Restos a pagar processado e não processado, conforme relação abaixo.

Tabela 8 – Relação de Restos a pagar por Credor

Unidade Gestora / Credor	Nota De Empenho	Restos A Pagar Processados	Restos A Pagar Não Processados
		Inscritos	Inscritos
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento		8.200.001,00	1.205.261,40
02929977000113 - Agência de Fomento Do Amapá S/A AFAP	2020NE00041	1.000.000,00	0,00
	2021NE00015	7.200.000,00	0,00
09539549000123 - 4ª DIVISÃO DE LEVANTAMENTO (4ª DL)	2021NE00052	0,00	354.000,00
	2021NE00053	0,00	583.970,00
27778168000189 - K2 IT LTDA	2021NE00060	0,00	52.122,00
	2021NE00061	0,00	12.619,40
	2021NE00062	0,00	15.800,00
72624679000109 - Logus Sistemas de Gestão Pública Ltda.	2021NE00001	0,00	186.750,00
81188542000131 - STCP Engenharia De Projetos Ltda	2015NE00053	1,00	0,00

Fonte: SIAFE /NAF/UF

g) Balancete Analítico do Encerramento do Exercício

As informações de encerramento do exercício de 2021 estão na Tabela 28 e Tabela 29, Anexo I. O balancete do mês 12 acumulado está consolidado com a execução das despesas do exercício e a execução de restos a pagar processados e não processados, pagos e cancelados. Enquanto o balancete do mês 13 de encerramento registra a inscrição dos restos a pagar do exercício de 2021.

4.3. Demonstração e Análise do Desempenho na Execução Orçamentária e Financeira

a) Identificação das Unidades Orçamentária (UO) consideradas no relatório de gestão

Quadro 5 - Descrição da Unidade Orçamentária

Código	Descrição
15101	Unidade Orçamentária
150101	Unidade Gestora

Fonte: NAF/Financeiro

b) Programação Orçamentária das Despesas Correntes, de Capital e da Reserva de Contingência;

Tabela 9 – Programação de Despesa

Categoria Econômica	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
3 - Despesas Correntes	6.250.754,00	4.204.191,00	3.583.611,50	3.027.061,50	3.027.061,50
Pessoal e Encargos Sociais	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.125.754,00	4.079.191,00	3.458.611,50	2.902.061,50	2.902.061,50
4 - Despesas de Capital	14.953.267,00	17.945.593,00	7.898.711,40	7.250.000,00	50.000,00
Investimentos	9.079.003,00	9.198.712,00	698.711,40	50.000,00	50.000,00
Inversões Financeiras	5.874.264,00	8.746.881,00	7.200.000,00	7.200.000,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	21.204.021,00	22.149.784,00	11.482.322,90	10.277.061,50	3.077.061,50

Fonte: SIAFE /NAF/UF

As despesas orçamentárias iniciaram com uma dotação de R\$ 21.204.021,00 (vinte e um milhões, duzentos e quatro mil e vinte um reais), classificadas em categoria econômica 3-Despesa Corrente no valor de R\$ 6.250.754,00 (seis milhões, duzentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta quatro reais), e classificada na categoria 4-Despesa de capital no valor de R\$ 14.953.267,00 (quatorze milhões, novecentos e cinquenta três mil, duzentos e sessenta sete reais).

No decorrer do exercício de 2021, verificou-se que a dotação atualizada das despesas gerou um montante de R\$ 22.149.784,00 (vinte e dois milhões, cento e quarenta nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais), em virtude de excesso de arrecadação e superávit financeiro, tendo um ajuste nos valores das categorias econômicas das despesas.

O valor de R\$ 4.204.191,00 (quatro milhões, duzentos e quatro mil, cento e noventa um reais) na categoria econômica de despesa corrente e o valor de R\$ 17.945.593,00 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e três reais), na categoria econômica de despesa de capital.

No exercício foi formalizado mediante a emissão do empenho o montante de R\$ 11.482.322,90 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa centavos), sendo R\$ 3.583.611,50 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e onze reais e cinquenta centavos) oriundos de despesas realizadas com o rateio pela participação em Consórcio Público e outras despesas corrente. O valor de R\$ 7.898.711,40 (sete milhões, oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e onze reais e quarenta centavos), referente a despesa de capital.

Constatou-se que, as despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 10.277.061,50 (dez milhões, duzentos e setenta e sete mil, sessenta e um reais e cinquenta centavos), consistente a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e o valor de R\$ 3.077.061,50 (três milhões, setenta e sete mil, sessenta e um reais e cinquenta centavos) referente às despesas pagas mediante crédito na conta do credor, ficando o restante dos valores liquidados e não pagos em restos a pagar processados.

Ademais, a reserva de contingência possui uma Unidade Gestora própria, portanto, esta Unidade Jurisdicionada não tem orçamento de reserva.

- c) Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso definido pelos órgãos competentes, explicitando o impacto das limitações na execução das ações de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada.

Resgatando as discussões sobre o PROFISCO II/BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, que avaliou a maturidade da gestão fiscal do Estado do Amapá através do MD-GEFIS (<https://web01.sefaz.ap.gov.br/noticia/0107/secretaria-de-estado-da-fazenda-recebe-equipe-do-bid-para-jornada-da-ultima-missao-de-analise-do-projeto-profisco-ii->), áreas como a do Tesouro Estadual, especialmente quanto à programação financeira, necessitam de modernização.

Assim, apesar da atual utilização de um sistema considerado de 4ª geração – um dos mais avançados do país (SIPLAG/SIAFE) – são necessários avanços nesta área, o que pode ser objeto de auditoria operacional por este egrégio TCE.

Em 2021, o Estado do Amapá aderiu ainda ao Programa de Promoção do Equilíbrio Fiscal – PEF, conforme alinhamento no âmbito do Conselho Estadual de Gestão Fiscal – CEGF, tendo como resultado o estabelecimento de agenda com a STN e BID para apoio neste processo de evolução (https://www.instagram.com/p/CaCfYaALJie/?utm_source=ig_web_copy_link). Uma das metas é a integração de todos os Poderes em um sistema único, o que trará integralidade e mais fidedignidade para análises desta natureza.

Feitas as ressalvas, no caso específico da SEPLAN, conforme descrito nos itens anteriores, o cronograma não impactou a execução.

- d) Movimentação de Créditos Interna e Externa;

A movimentação orçamentária interna e externa durante o exercício de 2021, referente a UG 150101, ocorreu conforme dados da Tabela 30, Anexo I.

e) Execução das Despesas por Modalidade de licitação e por Elemento de Despesa;

Tabela 10- Execução das despesas por modalidade de licitação e elementos de despesa

Modalidade de Contratação	Despesas Executadas		Despesas Pagas	
	2021	%	2021	%
1. Modalidades de Licitação (a+b)	181.307,23	1,76	181.307,23	5,89
a) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Pregão	181.307,23	1,76	181.307,23	5,89
30 - Material de Consumo	104.731,00	1,02	104.731,00	3,40
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	10.678,71	0,10	10.678,71	0,35
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	65.897,52	0,64	65.897,52	2,14
2. Contratações Diretas (c+d)	2.288.699,00	22,27	2.288.699,00	74,38
c) Dispensa de Licitação	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Inexigibilidade	2.288.699,00	22,27	2.288.699,00	74,38
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.288.699,00	22,27	2.288.699,00	74,38
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Pagamentos sem licitação	7.807.055,27	75,97	607.055,27	19,73
e) Diárias	74.055,27	0,72	74.055,27	2,41
14 - Diárias - Civil	74.055,27	0,72	74.055,27	2,41
f) Outros / Não aplicáveis	7.733.000,00	75,25	533.000,00	17,32
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	8.000,00	0,08	8.000,00	0,26
41 - Contribuições	25.000,00	0,24	25.000,00	0,81
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	7.200.000,00	70,06	0,00	0,00
70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	500.000,00	4,87	500.000,00	16,25
Total das Despesas	10.277.061,50	100,00	3.077.061,50	100,00

Fonte: SIAFE /NAF/UF

A unidade jurisdicionada no ano de 2021 teve como despesas executada o valor de R\$ 10.277.061,50 (dez milhões, duzentos e setenta e sete mil, sessenta e um reais e cinquenta centavos) distribuídos por modalidade de licitação e elemento de despesa conforme tabela acima.

Entretanto vale ressaltar o valor relevante de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), referente apropriação de despesa no elemento - 65, classificado em outros / não aplicáveis, destinado a atender subscrição de ações referente ao Aporte para a Agência de Fomento do Amapá – AFAP, solicitado no ofício nº 150101.0077.0531.0844/2021 Gabinete - SEPLAN, processo nº 0011.0332.0531.0001/2021 - Gabinete /SEPLAN.

Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade.

No momento a UJ não possui indicadores de desempenho orçamentário e financeiro.

5. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 Informações sobre o Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

No exercício financeiro de 2021 não houve reconhecimentos de passivos por insuficiência de créditos ou de recursos nesta Unidade Jurisdicionada.

5.2 Informações sobre os saldos de Restos a Pagar e de Despesas de Exercícios Anteriores

Tabela 11- Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processado						
Unidade Gestora / Credor	Ano de Inscrição	Ação	Montante 01/01/2021 (A)	Pagos (B)	Cancelados (C)	Saldo a Pagar 31/12/2021 (D)=(A-B-C)
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento			4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00
STCP Engenharia de Projetos Ltda	2015	2303	1,00	0,00	0,00	1,00
Agência de Fomento do Amapá	2020	0004	4.650.000,00	3.650.000,00	0,00	1.000.000,00
Restos a Pagar Não Processados						
Unidade Gestora / Credor	Ano de Inscrição	Ação	Montante 01/01/2021 (A)	Pagos (B)	Cancelados (C)	Saldo a Pagar 31/12/2021 (D)=(A-B-C)
150101 - Secretaria de Estado do Planejamento			571.582,92	544.125,64	27.457,28	0,00
Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	2020	2032	220.000,00	220.000,00	0,00	0,00
Digimaq Informática Ltda	2020	2300	27.457,28	0,00	27.457,28	0,00
Logus Sistemas de Gestão Pública Ltda	2020	2017	324.125,64	324.125,64	0,00	0,00

Fonte: SIAFE /NAF/UF

O Saldo inicial em 2021 de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores é de R\$ 4.650.001,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta mil, e um real), foram pagos o valor de R\$ 3.650.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), ficando o saldo a pagar 1.000.001,00 (um milhão e uma real) para o exercício subsequente.

Quanto à análise de Restos a Pagar Não Processados, tem-se no início do exercício 2021, o valor de R\$ 571.582,92 (quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos), do qual foram liquidado, processados e pagos o valor de R\$ 544.125,64 (quinhentos e quarenta quatro mil, cento e vinte e cinco reais, sessenta e quatro centavos), e foram cancelados o valor de R\$ 27.457,28 (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos), em

virtude da supressão de 20% do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2019-SEPLAN, firmado com a empresa DIGIMAQ Informática LTDA, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Nona do Contrato de prestação de serviços de locação de impressoras multifuncionais monocromáticas, a fim de atender as necessidades da SEPLAN, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Processo nº. 28810.0004/2020-SEPLAN, sem saldos remanescentes a pagar.

5.3 Transferências de Recurso Mediante Convênios, Contrato de Repasse, Contrato de Gestão e outros ajustes ou Instrumentos Congêneres

a) Classificação quanto à Origem e Destinação dos Recursos;

Esta Unidade Jurisdicionada celebrou um Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2018-SEPLAN-AP/4º CGEO, respeitada a legislação vigente, cujos recursos oriundos das transferências voluntárias deveriam ser empregados pelo Executor para o custeio de despesas para a execução do objeto do convênio resultante do Plano de Trabalho nas naturezas de despesas públicas, seguindo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O presente Termo Aditivo tem como objeto promover as modificações acordadas previamente entre as partes: a Cláusula Quarta – Da vigência e Prorrogação e do Plano de Trabalho.

A Comissão de Fiscalização, instituída pela Portaria Interinstitucional 001/2019-SEPLAN/AMAPÁ TERRAS, acompanha e fiscaliza a execução física do referido instrumento de Convênio (001/2018-SEPLAN/AP-4º CGEO), através da interlocução com os demais órgãos do governo estadual em conjunto com os entes da União e instituições envolvidas nas atividades a serem realizadas, com o fim de subsidiar a efetiva transferência do remanescente das Glebas Federais ao domínio do Estado do Amapá.

As despesas com o Terceiro Termo Aditivo do Convênio nº 001/2018-SEPLAN-AP/4º CGEO, durante o exercício financeiro de 2021, foram executadas no montante de R\$ 937.970,00 (novecentos e trinta e sete mil, novecentos e setenta reais), no Programa: 0048 – Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual, Ação: 2017 – Gestão de Contratos e Convênios, Elementos de Despesa: 332041e 442041- Contribuições, Fonte de Recursos: 107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT).

Ademais, informamos que há um Acordo de Cooperação Técnica com o IBGE nº 3/2019, com prazo de execução de 5 anos a contar de 20 de setembro de 2019, objetivando a Consolidação da Divisão Político-Administrativa dos municípios do Estado do Amapá, sem previsão de repasse de recursos entre os partícipes. As eventuais despesas a serem efetuadas serão custeadas pelos pactuantes, de acordo com as disponibilidades previstas em seu orçamento.

b) Adoção de Sistemas de Informação para a Gestão de Transferências Voluntárias;

Quanto a adoção de Sistema de Informação para Gestão de Transferências Voluntárias, algumas ferramentas continuam sendo desenvolvidas para melhor controle das transferências voluntárias, em conjunto com a Controladoria Geral do Estado – CGE. Com a migração do Sistema SIPLAG para o

SIAFE, há um Módulo de Contratos e Convênios, que permite conectar a execução orçamentária e financeira com dados mais detalhados a respeito dos instrumentos firmados.

c) Identificação dos Convênios que tiveram Prestação de Contas Rejeitada ou não prestadas

Durante o exercício de 2021 esta Unidade Jurisdicionada não teve convênios pendentes de prestações de conta e nem rejeitadas, ressalvando-se o Convênio nº 001/2018-SEPLAN/4º CGEO que encaminhou sua prestação de contas parcial em tempo hábil e continua aguardando análise e parecer da Controladoria Geral do Estado-CGE.

d) informações, com indicação de valores, de despesas não executadas em decorrência de problemas gerenciais, destacando ausências ou falhas no planejamento, projeto e fiscalização.

Existem gargalos que vem impedindo o atendimento de demandas como a manutenção predial, ante as limitações da CPL. Registra-se ainda que questões como limpeza e serviços gerais foram resolvidas através da inserção da SEPLAN na solução corporativa da SEAD, com maior vantajosidade e economicidade para administração pública.

5.4 Utilização de Contas Bancárias e Concessão de Suprimento de Fundos

Foi concedido através de Portaria os seguintes suprimentos de fundo, através de cartão corporativo do GEA , conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 12 – Relação de Suprimento de Fundos

Nome	Nota de Empenho	Portaria	Processo	Natureza	Valor
Eduardo Corrêa Tavares	2021NE00003	023/2020-SEPLAN	0011.0128.0531.0002/2020	339039	4.000,00
	2021NE00014	026/2021-SEPLAN	0011.0127.0531.0001/2021	339039	4.000,00

Fonte: NAF/SEPLAN

Registrando-se a conclusão dos procedimentos relativos ao 2021NE00003 e o suprimento relativo ao 2021NE00014 deu-se de forma parcial (R\$ 2.280,00), conforme relação de pagamento e notas fiscais que integraram a regular prestação de contas.

No entanto, conforme extratos juntados ao processo, realizou-se uma execução piloto através de cartão corporativo, através de conta bancária centralizada e administrada pela SEFAZ, restando pendentes os ajustes que serão realizados durante o fechamento do balanço para que o sistema evidencie a execução parcial, sem a necessidade de realização de devolução (R\$ 1.720,00), em função da sistemática adotada.

5.5 Relação de Contratos de Operações de Crédito

No ano de 2021 não houve novas contrações de crédito. Sob a responsabilidade da SEPLAN está em vigência o Contrato nº 12.2.1443.1 – Programa de Desenvolvimento Humano Regional Integrado – PDRI, assinado pelo Estado com o BNDES, em 2013.

5.6 Informações sobre a Gestão de Precatórios

A Coordenação de Gestão Orçamentária é responsável pela orçamentação dos recursos destinados aos precatórios, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal. A informação sobre a gestão dos referidos precatórios é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme quadro a seguir detalhado:

Tabela 13 - Demonstrativo dos Encargos com Sentenças Judiciais/Precatórios

Unidade Gestora / Ação	Natureza	Dotação Inicial
140101- Secretaria de Estado da Fazenda	319091	19.420.239,00
0023 - Encargos Com Sentenças Judiciais		19.420.239,00

Fonte: NAF/Financeiro

6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados

6.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal

a) Demonstração da Estrutura de Pessoal

A Secretaria de Estado do Planejamento, regulamentada pelo Decreto nº 5695 de 22.12.2015, possui uma estrutura organizacional básica descrita a seguir:

Tabela 14 – Estrutura Organizacional Básica

Setor	Cargo	Quantidade
GABINETE	Secretário de Estado	01
	Secretário Adjunto	01
	Chefe de Gabinete	01
	Secretário Executivo	02
	Motorista do Secretário	02
	Assessor Técnico Nível III - Gerente do SIPLAG	01
ADINS (Assessoria de Desenvolvimento Institucional)	Assessor de Desenvolvimento Institucional	01
	Assessor Técnico Nível I	02
CPL (Comissão Permanente de Licitação)	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	01
	Secretário Administrativo da Comissão Permanente de Licitação	01
CMG (Coordenadoria da Modernização da Gestão do Estado)	Coordenador	01
	Gerente do Núcleo de Inovação da Gestão	01
	Gerente do Núcleo de Processos Organizacionais	01

	Gerente do Núcleo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas	01
COPESEF (Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais)	Coordenador	01
	Responsável por Atividade Nível III - Biblioteca	01
	Gerente do Núcleo de Análises Socioeconômicas e Fiscais	01
	Gerente do Núcleo de Estatística	01
	Gerente do Núcleo de Informação e Divulgação	01
COPLAN (Coordenadoria de Planejamento)	Coordenador	01
	Gerente do Núcleo de Apoio aos Municípios	01
	Gerente do Núcleo de Formulação e Acompanhamento dos Programas e Projetos Sociais	01
	Gerente do Núcleo de Formulação e Acompanhamento dos Programas e Projetos Econômicos	01
	Gerente do Núcleo de Formulação e Acompanhamento dos Programas e Projetos de Infraestrutura	01
	Gerente do Núcleo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e Programas de Governo	01
CMRE (Coordenadoria de Monitoramento e Regularidade do Estado)	Coordenador	01
	Gerente do Núcleo de Monitoramento e Regularidade Fiscal do Governo	01
	Gerente do Núcleo de Monitoramento de Convênios dos Municípios e ONG's	01
	Gerente do Núcleo de Monitoramento de Convênios e Contratos de Repasses com a União	01
CGO (Coordenadoria de Gestão Orçamentária)	Coordenador	01
	Gerente do Núcleo da Área Social	01
	Gerente do Núcleo da Área Econômica	01
	Gerente do Núcleo da Área de Infraestrutura	01
	Gerente do Núcleo da Área de Gestão	01
Núcleo Administrativo Financeiro	Gerente	01
	Chefe da Unidade Administrativa	01
	Responsável por Atividade de Comunicações Administrativas	01
	Responsável por Atividade de Material e Patrimônio	01
	Responsável por Atividade de Serviços Gerais e Transporte	01
	Responsável por Atividade de Pessoal	01
	Chefe da Unidade de Contratos e Convênios	01
	Chefe da Unidade de Finanças	01
GECAP (Gerência de Gestão de Captação de Recursos)	Gerente Geral	01
	Gerente da Unidade de Planos e Projetos Estratégicos	01
	Gerente de Análise e Planejamento de Proposta	01
	Gerente de Acompanhamento das Propostas	01
NEGEP (Gerência do Projeto "Acompanhamento, Controle e Prestação de Contas dos Programas Apoiados pelo BNDES")	Coordenador do Projeto	01
	Subcoordenador do Projeto	01
	Gerente de Subgrupo de Atividades	01
UGPE (Gerência do Projeto "Unidade de Gestão de Programas Estratégicos")	Coordenador Geral	01
	Gerente de Titulação	01

ODS (Gerência de Projetos Integração ODS e Projetos Estratégicos)	Gerente Administrativo	01
	Gerente Técnico de Projetos	01
	Coordenador do Projeto	01
	Subcoordenador do Projeto	01
	Gerente de Subgrupo de Atividades	04

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

A secretaria possui um total de 62 cargos em comissão, sendo distribuídos em: 20 ocupados por servidores estaduais, 13 ocupados por servidores federais e 29 por servidores sem vínculo e 01 cargo vago, o de Secretário Executivo. O cargo de Motorista era ocupado por um funcionário federal, mas foi exonerado em agosto e ficou vago.

Quanto a servidores requisitados de outros órgãos, podemos mencionar a ocorrência de 01 (um) Servidor lotado na SEINF e que exerce suas atividades na SEPLAN desde 2017, mas não ocupa um cargo comissionado, está apenas à disposição. Como também de 03 (três) servidores nomeados pela PGE que exercem suas atividades na secretaria como assessores jurídicos, sem ônus para folha de pagamento.

Em relação a servidores cedidos para outros órgãos, ocorreu a remoção de 01 (um) servidor Estadual para a SEJUSP (Secretaria de Justiça e Segurança Pública) no mês de agosto, conforme a Portaria 1250/2021-SEAD de 05/08/2021. Bem como 44 (quarenta e quatro) servidores cedidos a outros órgãos e outros poderes à: sendo 01 servidor federal e 01 servidor estadual no TJAP, 01 servidor federal no TCE, 01 servidor federal na ALAP e 01 servidor estadual no Senado Federal sem ônus para a folha de pagamento desta secretaria; 09 servidores estaduais e 30 federais à disposição a outros órgãos.

No tocante à vacância, destacamos, lamentavelmente, 02 (dois) casos de falecimentos de servidores federais que não eram ocupantes de cargos em comissão. Além de 02 (dois) casos de vacância de cargos em comissão: 01(um) de Motorista do Secretário e 01(um) de Secretário Executivo.

Tabela 15 – Demonstrativo da Estrutura de Pessoal

Tipologia do Cargo	Ingresso no Exercício
1. - Servidores em Cargos Efetivos (Estaduais) lotados na SEPLAN	72
1.1 - Servidores Estaduais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos	10
1.2 - Servidores Estaduais de Outros órgãos a disposição da SEPLAN ocupante de cargo comissionado	07
1.3 - Servidores Estaduais lotados na SEPLAN à disposição de Outros Poderes	02
1.4 - Servidores Estaduais efetivos, com cargos comissionados na SEPLAN	13
1.5 - Servidores Estaduais efetivos da SEPLAN, que não ocupam cargos comissionados	40
2. - Servidores Temporários Sem Vínculos	29

2.1– Servidores sem vínculo (cargos) com a Administração Pública	29
2.2- Contrato Administrativo	00
3. – Servidores Federais (4.1+4.2+4.3+4.4)	86
3.1 – Servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos	26
3.2 – Servidores Federais de outros órgãos à disposição da SEPLAN	02
3.3 – Servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros Poderes	04
3.4 - Servidores Federais lotados e exercendo cargo comissionado na SEPLAN	13
3.5 – Servidores Federais que não ocupam cargo comissionado	41
4. – Total Geral de Servidores (1+2+3+4)	187

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

A carga horária dos Servidores Estaduais está disposta no Art. 35 da Lei 066 de 03 de maio de 1993, dos servidores federais encontram-se no Art. 19 da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990. Em ambos os casos, os servidores cumprem jornada de trabalho máxima de 40 (quarenta) horas semanais. Ressalta-se que em virtude da Portaria Interinstitucional nº 01 de Julho de 2020 a SEPLAN está realizando suas atividades funcionais em regime híbrido (presencial/teletrabalho).

A alocação dos servidores nos setoriais é definida pelo Gabinete desta secretaria e encaminhada à Unidade de Pessoal para emissão de folha de ponto, inclusão à folha de pagamento e demais providências.

b) Discriminação em valores globais da despesa de pessoal da unidade e sua evolução nos últimos 3 anos, classificados de acordo com a natureza dos vínculos jurídicos previstos na estrutura;

A manutenção dos recursos humanos no ano de 2021 foi gerenciada pela Secretaria de Estado da Administração – SEAD, uma vez, que a SEPLAN, alimenta as informações no sistema SIGRH e a SEAD processa e encaminha para os demais procedimentos.

No exercício de 2021, a SEPLAN, teve um custo com o pagamento dos recursos humanos no montante de R\$ 9.823.581,93 (Nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos), um aumento de 2,72% em relação ao ano anterior, conforme discriminado na tabela abaixo:

Tabela 16 - Evolução das Despesas com pessoal nos últimos 3 anos

Natureza do Vínculo	Anos de Referência		
	2019	2020	2021
	Total de Proventos	Total de Proventos	Total de Proventos
CARGO	R\$ 695.106,84	R\$ 933.348,15	R\$ 910.897,90
CONTRATO	R\$ 995.908,06	R\$ 49.646,82	R\$ 9.404,56
EFETIVO	R\$ 6.440.645,30	R\$ 6.911.830,89	R\$ 7.254.859,72
FEDERAL	R\$ 1.786.422,91	R\$ 1.666.754,66	R\$ 1.648.419,75
TOTAL	R\$ 9.920.102,11	R\$ 9.563.600,52	R\$ 9.823.581,93

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

O valor da despesa referente ao vínculo de natureza contratual no montante de R\$ 9.404,56 (nove mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos) no ano de 2021, corresponde às indenizações dos contratos administrativos do ano de 2020, que foi extinto da SEPLAN a partir de fevereiro daquele ano.

c) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

O controle de servidores estaduais inativos e pensionistas é realizado pela SEAD. Quanto aos Servidores Federais do Ex-Território, a responsabilidade é da GRH (Gerência de Gestão de Recursos Humanos). Contudo, em 2021 foi registrado 01 (um) caso de aposentadoria no quadro de servidores do Estado e 02 (dois) casos de falecimentos de servidores federais, conforme levantamento realizado pela Atividade de Pessoal/SEPLAN.

d) Providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos;

Embora o controle concernente a Gestão de Pessoal nos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo esteja centralizado na SEAD, quando se trata de servidores Estaduais, e na GRH quando se trata dos Federais, a Atividade de Pessoal (RH) da SEPLAN analisa, acompanha e corrige a folha de pagamento, antes de ser homologada pela SEAD ou GRH.

Ademais, o gerenciamento de recursos humanos da SEPLAN está vinculado ao sistema SIGRH que tem como uma de suas finalidades a inclusão de novos servidores na folha de pagamento, sendo verificado em tempo real se a pessoa já possui cadastro ou vínculo em algum Órgão Estadual, em caso positivo, sua inclusão é impossibilitada.

e) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 135 da Lei nº 066/1993

No ano de 2021 a SEPLAN não detectou nenhum servidor que tenha acumulado cargos ou funções públicas, conforme preconiza a Lei 066/1993. Caso houvesse alguma qualquer eventual acumulação irregular seria informada aos Órgãos competentes.

f) Informações sobre a gestão de pessoas praticadas na unidade, indicando as iniciativas ou atividades relacionadas à seleção, capacitação, remuneração motivação e avaliação de pessoal;

Quanto a Gestão de Pessoas realizada por esta Secretaria, as atividades relacionadas à seleção e avaliação de servidores efetivos são realizadas de acordo com as orientações e recomendações da Secretaria Estadual de Administração – SEAD, conforme o que rege a Lei 066/1993. Quanto as iniciativas de capacitação e motivação foram adequadas à nova realidade em decorrência da pandemia, sendo realizadas de forma virtual, em decorrência das disposições previstas nos Decretos abaixo:

Quadro 6 – Decretos de Pandemia

Ordem	Decreto	Período	DOE	Data de Publicação
1	4391/2020	01/01 a 15/01/2021	7324	31/12/2020
2	0132/2021	16/01 a 19/01/2021	7334	15/01/2021
3	0154/2021	20/01 a 26/01/2020	7336	19/01/2021
4	0217/2021	27/01 a 02/02/2021	7340	25/01/2021
5	0328/2021	03/02 a 10/02/2021	7346	02/02/2021
6	0415/2021	10/02 a 16/02/2021	7350	09/02/2021
7	0469/2021	16/02 a 22/02/2021	7354	15/02/2021
8	0563/2021	23/02 a 01/03/2021	7359	22/02/2022
9	0662/2021	02/03 a 08/03/2021	7364	01/03/2021
10	0775/2021	09/03 a 15/03/2021	7370	09/03/2021
11	0907/2021	11/03 a 24/03/2021	7375	16/03/2021
12	0990/2021	25/03 a 31/03/2021	7382	25/03/2021
13	1070/2021	01/04 a 07/04/2021	7386	31/03/2021
14	1112/2021	08/04 a 11/04/2021	7391	07/04/2021
15	1133/2021	12/04 a 19/04/2021	7394	10/04/2021
16	1313/2021	20/04 a 26/04/2021	7400	19/04/2021
17	1392/2021	27/04 a 10/05/2021	7404	26/04/2021
18	1629/2021	11/05 a 24/05/2021	7414	10/05/2021
19	1803/2021	24/05 a 07/06/2021	7424	24/05/2021
20	1932/2021	08/06 a 21/06/2021	7433	07/06/2021
21	2120/2021	22/06 a 06/07/2021	7442	21/06/2021
22	2261/2021	06/07 a 19/07/2021	7453	05/07/2021
23	2498/2021	20/07 a 02/08/2021	7463	19/07/2021
24	2710/2021	03/08 a 16/08/2021	7473	02/08/2021
25	2878/2021	17/08 a 30/08/2021	7484	16/08/2021
26	3520/2021	28/09 a 25/10/2021	7513	28/09/2021
27	3933/2021	26/10 a 22/11/2021	7530	25/10/2021
28	4344/2021	23/11 a 06/12/2021	7548	22/11/2021
29	4559/2021	07/12 a 20/12/2021	7557	06/12/2021
30	4761/2021	21/12 a 03/01/2022	7567	20/12/2021

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

Os decretos mencionados no quadro acima dispõem sobre medidas restritivas de aglomeração de pessoas, com a finalidade de reduzir os riscos de transmissão do novo Coronavírus (COVID-19) e adota outras providências.

g) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos;

A SEPLAN criou uma comissão interna objetivando elaborar os POP's (Procedimento Operacional Padrão) para a definição de processos com os indicadores de Recursos Humanos. Ademais, a SEAD realiza estudo de indicadores, a qual possui total controle dos servidores dos órgãos e entidades do Executivo Estadual.

h) Informações mensais das retenções previdenciárias e fiscais sobre a folha de pagamento.

Tabela 17 – Retenções Previdenciárias e Fiscais

Mês/2021	Amprev	Regime Geral De Prev. Social	Imposto De Renda	IR - Férias
Janeiro	R\$ 61.214,07	R\$ 8.259,72	R\$ 74.416, 48	R\$ 662,48
Fevereiro	R\$ 62.170,37	R\$ 5.996,52	R\$ 78.639,22	R\$ 95,78
Março	R\$ 61.342,46	R\$ 5.996,52	R\$ 73.264,26	0
Abril	R\$ 61.457,21	R\$ 6.078,99	R\$ 73.865,97	0
Maio	R\$ 61.457,21	R\$ 5.996,52	R\$ 73.641,56	R\$ 14,47
Junho	R\$ 61.457,21	R\$ 5.996,52	R\$ 73.584,73	R\$ 2.435,84
Julho	R\$ 61.488,58	R\$ 5.996,52	R\$ 73.740,75	R\$ 55,94
Agosto	R\$ 62.018,13	R\$ 5.996,52	R\$ 74.555,80	0
Setembro	R\$ 62.018,13	R\$ 5.996,52	R\$ 85.196,59	R\$ 86,74
Outubro	R\$ 62.018,13	R\$ 5.996,52	R\$ 78.997,69	R\$ 173,48
Novembro	R\$ 62.018,13	R\$ 5.996,52	R\$ 80.019,97	R\$ 176,65
Dezembro	R\$ 62.113,80	R\$ 5.804,23	R\$ 79.647,51	R\$ 2.940,49
Total Geral	R\$ 740.773,43	R\$ 74.111,62	R\$ 919.570,53	R\$ 6.641,87

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

6.2. Contratos Administrativos, Terceirização de mão de obra e Estagiários

No ano de 2021, a SEPLAN não utilizou Contratos Administrativos em seu quadro de pessoal, somente o pagamento de indenizações de férias de contratos anteriores.

6.3. Informações sobre a Necessidade de Realização de Concurso Público

A SEPLAN foi recentemente contemplada com 08 (oito) servidores efetivos do Grupo Gestão Governamental, aprovados no concurso realizado pelo GEA em 2018. O concurso realizado encontra-se com prazo de validade suspenso conforme a Lei 2.533 de 06 de janeiro de 2021, porém o ato não impede a nomeação dos aprovados. A suspensão do prazo é encerrada a partir do término do período de calamidade pública.

7. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1. Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos

A Gestão de frota de veículos automotores da SEPLAN segue as normas regulamentadas pela Secretaria de Administração do Estado-SEAD e adotadas por todos os órgãos públicos do Estado, a saber: Decreto nº 0001 de 02 de janeiro de 2019, Decreto nº 0422 de 30 de janeiro de 2019 e Instrução Normativa nº 001 de 12 de abril de 2019.

O setor de transporte é o responsável pelo gerenciamento da frota de veículos, auxiliando nas atividades administrativas, tais como, circulação de materiais, de pessoas e documentos. Para atender as demandas institucionais contamos com uma frota composta por 02 (dois) veículos terrestres automotores, ambos movidos a combustível Diesel S-10 e apresentam bom estado de conservação.

Segue a tabela abaixo com as informações detalhadas dos veículos:

Tabela 18 – Frota de Veículos Automotores

VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES A SEPLAN									
Nº	MARCA/MODELO	PLACA	Nº PATRIMÔNIO	CHASSI	ANO	COMBUSTÍVEL	KM RDD	COR	RENAVAN
01	PICK-UP MMC/L200 TRITON 3.2 MITSUBISHI	NEM 4332	762563	93XJNKB8TDCD76023	2013	DIESEL S-10	111.210	PRATA RHODIUM	00567683362
02	PICK-UP MMC/L200 TRITON 3.2 MITSUBISHI	NEM 4312	762561	93XJNKB8TDCD75081	2013	DIESEL S-10	113.018	PRATA	00567684695
Ambos os veículos estão em bom estado de conservação									

Fonte: Setor de Transporte /NAF

A SEPLAN não contou com veículos alugados ou cedido por terceiros durante o exercício de 2021.

Quanto a aquisição de combustíveis a compra é centralizada a nível de Estado, cada órgão faz a destinação de recursos para a SEAD afim de que esta adquira os combustíveis junto a Petrobrás e posteriormente, conforme informação dos setores de transporte de cada órgão, sobre a quantidade de veículos e demanda de cada Secretaria, seja definido a cota anual de combustível. O consumo de combustível durante o exercício de 2021 concernentes aos veículos da SEPLAN está demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 19 – Consumo de Combustível

Consumo de combustível biodiesel tipo S10		
Cota Estimada	Cota Consumida	Média de Consumo Km/L
6.600	7.055 Litros	4,5 km
Consumo de Gasolina Comum		
Inicialmente sem previsão	680 Litros	-

Fonte: Setor de Transporte /NAF

Ressaltamos que a cota anual de Biodiesel S-10 foi extrapolada devido à cooperação técnica firmada entre a SEPLAN e demais Órgãos que participam do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE, bem como o consumo de gasolina comum, inicialmente não previsto, foi necessário para abastecer o veículo aquático utilizado para as atividades do ZEE.

O gasto anual com o fornecimento de combustível foi no valor de R\$ 44.713,03 (Quarenta e Quatro Mil Setecentos e Treze Reais e Três centavos) Conforme Planilha do ano 2021 (abaixo):

Tabela 20 – Despesa com Combustível em 2021

MÊS	Gasolina	Diesel S10	Total
Janeiro		R\$ 443,00	R\$ 443,00
Fevereiro		R\$ 571,85	R\$ 571,85
Março		R\$ 889,95	R\$ 889,95
Abril		R\$ 1.664,25	R\$ 1.664,25
Maio		R\$ 1.470,00	R\$ 1.470,00
Junho		R\$ 1.060,74	R\$ 1.060,74
Julho		R\$ 1.192,90	R\$ 1.192,90

Agosto		R\$ 1.076,00	R\$ 1.076,00
Setembro		R\$ 10.041,02	R\$ 10.041,02
Outubro		R\$ 10.672,62	R\$ 10.672,62
Novembro	R\$ 524,00	R\$ 9.592,85	R\$ 10.116,85
Dezembro	R\$ 4.050,00	R\$ 1.463,85	R\$ 5.513,85
TOTAL	R\$ 4.574,00	R\$ 40.139,03	R\$ 44.713,03

Fonte: Setor de Transporte /NAF

7.2. Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário

A SEPLAN conta com seu prédio próprio, onde funcionam as suas atividades, com dois pavimentos, medindo na sua totalidade 1.660m², situado na Av. FAB nº 083 no Centro, estando programada uma reforma para melhor adequação das suas instalações.

7.3. Relação de Prédios Alugados

A SEPLAN não possui prédio alugados e/ou cedido por terceiros

7.4. Relação de Controle de Aquisição dos Bens Patrimoniais

O Grupo de Atividade de Material e Patrimônio da SEPLAN concluiu o inventário de Bens Móveis em 21 de Dezembro de 2021 através do SIGA com todas as informações inerentes a Gestão de Bens Móveis e Imóveis do Estado. Por meio de perfil criado para esta finalidade, os dados podem ser acessados em: <http://siga.ap.gov.br/sigapatrimonio/protegido/principal.jsf>.

7.5. Relação de Bens de Natureza Permanente

Durante o exercício de 2021 não houve incorporação ou baixa de Bens móveis ou imóveis.

8. Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

8.1 Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

a) Planejamento da área;

Quadro 7 – Planejamento da área

Aquisição de equipamentos de TI como Servidores, Desktop e Notebooks, projetor multimídia, pontos de acessos, cliente de rede wi-fi.
Contratação de serviços de licenciamento de software para rede wireless
Implementação dos Serviços do Governo Digital
Implantação do novo Sistema de Captação de Recursos - CAPTA+

Fonte: TI/SEPLAN

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;

Quadro 8 – Perfil dos recursos humanos envolvidos

SERVIDOR	CARGO/FUNÇÃO	MANHÃ	TARDE
Tarabey Gomes Brito	Analista de Tecnologia da Informação	X	
Celso Rafael Albuquerque dos Santos	Analista de Tecnologia da Informação – Análise de Sistemas e Banco de Dados	X	
Richard Dias da Costa	Analista de Tecnologia da Informação – Análise de Sistemas	X	
Alan Gemaque da Silva	Analista de Tecnologia da Informação – Suporte de Sistemas e Suporte ao Usuário	X	
Celso Brito Nascimento	Analista de Tecnologia da Informação – Análise e Suporte de Sistemas	X	
Carlos Alexandre Monteiro da Silva	Técnico em Informática – Assessor Técnico Nível I / ADMINIS -Redes de Computadores	X	X
Cristian Socorro da Silva Guerreiro	Técnico em Informática – Análise, desenvolvedor/Programador	X	
Denys Vieira Campos	Técnico em Informática – Suporte ao usuário e manutenção	X	
Juliano Del Castilo Ferreira	Técnico em Informática – Suporte ao usuário e manutenção	X	
Rafael Macedo	Assistente Administrativo	X	X
Russevel Marcos Carvalho Monteiro	Técnico em Informática – Desenvolvedor/Programador		X
Tadeu Bonfim Salgado	Técnico em Informática – Federal – Suporte	X	X
Waldir Cabral Santiago	Técnico em Informática – Suporte ao usuário e manutenção	X	

Fonte: TI/SEPLAN

c) Segurança da informação;

Atividades e políticas de segurança:

- Conscientizar as responsabilidades dos colaboradores em relação aos limites de uso, bem como às responsabilizações em caso de má utilização dos recursos de TI.

- Prover informações sobre websites de acesso proibido, recomendações de preservação do uso dos equipamentos e suprimentos de TI.
- Organizar a logística da TI da SEPLAN, configurar os equipamentos, instalar softwares e implementar os controles necessários para cumprir os requerimentos de segurança da informação.

Tudo o que for relacionado à implementação da infraestrutura da TI na organização como a gestão de aplicações, organização física dos ativos de rede, recomendações de procedimentos e integração de toda a equipe de TI para ajudar na conscientização de que segurança da informação é responsabilidade de todos para evitar a violação de dados.

- Implementação da LGPD - Lei geral de Proteção aos Dados.

Algumas das atividades e políticas de segurança estão ligadas diretamente às políticas do PRODAP, como o controle de criação das contas de correio eletrônico, padronização da criação de contas de e-mail.

As regras de filtros conteúdo e controle de acesso a internet e feita pelo Centro de Gestão da Tecnologia da Informação – PRODAP.

Possuímos um IDS (Intrusion Prevention System) /IPS (Intrusion Detection System) e Firewall Freebsd.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;

Quadro 9 - Sistema de outros órgãos do Estado em funcionamento na SEPLAN

Sistema	Descrição	Status
SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Licitação, Material e Patrimônio)	Sistemas Cooperativo com módulos para Licitação, Controle de Material e Patrimônio, Contratos e Convênios.	- Módulo Patrimônio implantado - Módulo de Material implantado - Modulo Contrato e Convênio implantado
PRODOC-Gerenciador Eletrônico de Documentos	Sistema Cooperativo para envio e recebimento de memorandos e ofícios entre os Órgãos do Governo do Estado.	- Implantado e em constante aprimoramento
SIGRH – Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Produção de Relatórios de Gestão e planejamento da SEPLAN, conforme perfil de acesso as informações do Sistema.	- Em produção, suporte ao setor de RH; - Extração de Relatórios para o Gabinete.

Fonte: TI/SEPLAN

Quadro 10 - Desenvolvimento e produção de sistemas na SEPLAN ou de sua responsabilidade

Sistema	Descrição	Status
SISPC - Sistema de Controle de Pagamentos de Crédito (BNDES e Bancos)	Sistema de Gestão de Operações de crédito. Realiza controle dos pagamentos relacionados a contratos de financiamentos como os de obras.	- Em desenvolvimento. - Aguardando ajustes no SIAFE para integração dos sistemas e posterior implantação.

IPC Atual – Sistema de Índices de Preços (solução de terceiros com licença de uso)	Cálculo do Índices de Preços	- Suporte técnico ao usuário. -Pendente consultoria para atualização da versão do sistema (POF).
GEO – Base Cartográfica do Estado do Amapá (Projeto e sistema BDGEX instalado no PRODAP)	Criar estrutura organizacional para administrar, controlar e disseminar a Base Cartográfica do Estado do Amapá.	Já está em produção com uma nova versão.
SISGEP Gestão de Convênios	Gerenciador de Projetos para acesso a verbas federais para o Estado do Amapá, dentro de uma linha definida pelo PPA Federal, através do SICONV.	Em desenvolvimento de uma nova versão.
Sistema de Captação de Recursos CAPTA+	Gerenciador de Projetos para acesso a verbas federais para o Estado do Amapá, dentro de uma linha definida pelo PPA Federal, através do SINGOV.	Nova versão

Fonte: TI/SEPLAN

- **Suporte ao Usuário**

Serviços:

- Atendimento ao usuário.
- Orientação Técnica.
- Manutenção de computadores.
- Instalação de software.

- **Redes de Computadores**

Serviços:

- Planejamento da Infraestrutura de Rede cabeada e WIFI.
- Configuração e Instalação de Equipamentos de Rede.
- Manutenção da Rede Lógica.
- Monitoramento da Rede.
- Política de Segurança e controle de acesso à rede
- Política de Backup (pendente devido à falta de equipamentos).

- **Site SEPLAN**

Serviços:

- Planejamento da estrutura do Site conforme padrões de Governo.
- Manutenção do Site junto ao PRODAP.
- Inserção de informações e documentos no Site, conforme demanda das Coordenadorias.

- **Serviço de videoconferência**

Serviços:

- Configuração das permissões de acesso à Internet junto ao PRODAP.
- Testes e estabelecimento de conexão entre os equipamentos
- Gerenciamento e agendamento das videoconferências junto ao Gabinete - SEPLAN.

- **E-mail corporativo da SEPLAN**

Serviços:

- Criação e exclusão de e-mails para os usuários da SEPLAN.
- Administração e manutenção dos e-mails.
- Suporte ao usuário.

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Aquisição de equipamentos para rede wireless através de Ata de Registro de Preço (28.2021) e Contratação de Serviço de Licenciamento de Software para gerenciamento e emissão de relatório de uso da rede.

9.Gestão dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

9.1. Informações Quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

A Secretaria de Planejamento não instituiu nenhum plano de sustentabilidade ambiental formalmente estruturado na aquisição de bens, material de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras. Está em desenvolvimento, em conjunto com PRODAP, SEAD, CGE e SEFAZ, para discussão de aplicação de modelo para todo o GEA, conforme art. 3º da Lei nº 8.666/93, mais recentemente, discutido com a equipe do TCE durante auditoria operacional em andamento.

No entanto, há uma série de iniciativas que comporão o plano em questão, a exemplo das iniciativas integradas ao Governo Digital, e o piloto para exigência do Selo Sustentabilidade do Programa Tesouro Verde para as licitações do GEA, através da Central de Licitações – CLC/PGE (https://www.instagram.com/p/CLNDSUopBWx/?utm_source=ig_web_copy_link), em observância à Lei nº 2.450/2019:

Art. 4º-B Fica autorizada a exigência do Selo Sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços pela Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Amapá, inclusive através de consórcios públicos.

Parágrafo único. Para a promoção do desenvolvimento estadual sustentável, sem prejuízo da seleção da proposta mais vantajosa para a administração, nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos estaduais vinculados à Administração Pública submetidos a processos licitatórios, o Selo Sustentabilidade reconhecido pelo Estado do Amapá, inclusive de empresas que tenham sede em outras unidades da Federação, em observância ao Decreto Federal nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, poderá ser estabelecido como:

I - critério de desempate, com previsão no respectivo edital;

II - condição para a contratação, especialmente nos casos de dispensa e inexigibilidade, na forma do art. 5º do Decreto Federal nº 7.746, de 05 de junho de 2012.

Neste sentido, exemplifica-se o impacto das iniciativas para a sustentabilidade do GEA através do PRODOC, como demonstrado no caso específico da SEPLAN (<https://seplan.portal.ap.gov.br/noticia/1609/sustentabilidade-prodoc>):

Implantado desde janeiro de 2019 na SEPLAN para todas as tramitações (documentos internos e externos), foram movimentados no PRODOC 2961 documentos e 680 despachos, num total de 3641. Considerando o período (Janeiro – Agosto/19), obtêm-se uma média mensal de 455 documentos que, de acordo com a calculadora de sustentabilidade da QualiSign (www.documentoeletronico.com.br/), estima-se que durante o período de um ano:

- 8,19 árvores deixarão de ser cortadas
- 1.092,00 Kwh de energia deixarão de ser consumidos
- 6.142,50 litros de água serão economizados
- 11.073,64 Kg de CO₂e*/ano deixarão de ser emitidos.

9.2 Informações Sobre Medidas Adotadas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos

Durante o ano de 2021, devido a continuidade da pandemia, permaneceu o sistema híbrido de teletrabalho que ocasionou uma queda significativa nos consumos de material, energia elétrica e água. Além do mais, a SEPLAN utiliza o sistema PRODOC, SIGA, SIAFE, para comunicação interna e externa, contribuindo para a economia de papel nos setores.

Além disso, a SEPLAN tem buscado fortalecer as estratégias voltadas ao Governo Digital, a exemplo dos sistemas corporativos utilizados pela Administração Direta e Indireta do Estado do Amapá, que têm reduzido diversos custos.

b) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito da unidade

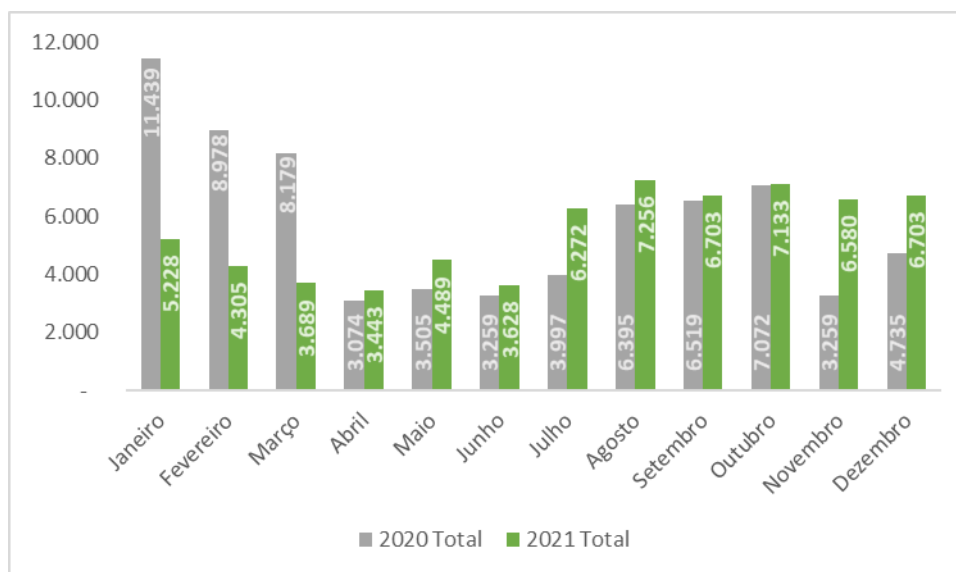
As despesas concernentes ao consumo de energia elétrica e água da SEPLAN são concentradas de forma corporativa pela Secretária de Estado da Administração – SEAD, que informou o histórico e os valores monetários referente ao consumo de energia elétrica conforme tabela abaixo.

Tabela 21 – Consumo de Energia – CEA

Período (2021)	Consumo (kWh)	Valor (R\$)
Janeiro	5.228	3.423,88
Fevereiro	4.305	6.208,74
Março	3.689	2.948,91
Abril	3.443	2.920,48
Maio	4.489	3.299,31
Junho	3.628	3.047,58
Julho	6.272	4.289,89
Agosto	7.256	4.540,83
Setembro	6.703	4.651,40
Outubro	7.133	4.842,20
Novembro	6.580	4.634,25
Dezembro	6.703	4.861,58
Total	65.429	49.669,05

Fonte: CEA

Figura 7 – Gráfico comparativo do consumo em Kwh nos anos de 2020 e 2021



Fonte: CEA

Quanto ao consumo de água, a SEAD informou que não tem como mensurar o consumo individual da SEPLAN em virtude de o abastecimento ser feito por um dispositivo que atende coletivamente o Centro Administrativo.

c) Informações a respeito do pagamento das faturas de energia elétrica e de água e esgoto

Sobre o pagamento, resgatando os esforços fiscais do Governo Federal e do GEA, com apoio do BNDES, para promoção das novas concessões para distribuição de energia e universalização de água e saneamento, especialmente por conta da insustentabilidade dos modelos atuais, registra-se que a SEAD efetua os pagamentos em favor da CAESA de forma consolidada, conforme mencionado no item anterior. Quanto à CEA, realiza-se o encontro de contas com amparo no Convênio CONFAZ nº 139/16.

9.3. Informações Sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010)

Em desenvolvimento, em conjunto com diversos órgãos, com destaque para a SEMA, para discussão de aplicação de modelo para todo o GEA. Cabe registrar ainda que o Estado do Amapá, Municípios, BNDES e MMA firmaram parceria para modelagem inédita para a modelagem de solução para gestão de resíduos sólidos:

“Depois de apoiar o Estado do Amapá no projeto de concessão de saneamento básico, concluído com sucesso em 2021 e que viabilizará investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões nos próximos anos, o BNDES se propõe agora a atuar em nova parceria com o Governo do Estado na busca por mais um importante marco de desenvolvimento: a universalização da coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, em projeto pioneiro no setor, que levará mais desenvolvimento aos 750 mil amapaense. Trata-se de um primeiro movimento em nova frente de projetos que estamos abrindo neste ano, conforme nosso

planejamento estratégico”, comenta Fábio Abrahão, Diretor de Concessões e Privatizações do BNDES. (Fonte: <https://www.bndes.gov.br/>)

O Amapá é o primeiro estado brasileiro a tomar a iniciativa de desenvolver um modelo de gestão para a destinação adequada de resíduos sólidos com reciclagem e outras destinações para reduzir os impactos ambientais e gerar emprego, renda e oportunidades. (Fonte: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0302/ppi-de-residuos-solidos-amapa-e-o-primeiro-estado-brasileiro-a-pactuar-universalizacao-do-servico>)

Em conjunto com Secretaria de Desenvolvimento das Cidades – SDC, Agência Amapá, entre outras unidades gestoras do GEA e representantes dos municípios, os trabalhos iniciaram em 2022, com previsão de contratação ainda no primeiro semestre, o que possibilitará desdobramentos relacionados ao plano de gerenciamento em questão.

10. Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

10.1 Cumprimento das Deliberações do TCE e do Controle Interno

Nos atendimentos de demandas que apontam falhas nos relatórios de auditoria, tanto o do Controle Interno como o do Controle Externo, estas são encaminhadas às coordenadorias para ciência e observância, sem prejuízo do exposto nos itens 3.1 e 3.2.

10.2 Tratamento das Recomendações pelo Controle Interno

Idem, para a resposta acima.

10.3 Cumprimento da Lei Complementar 010/1995 (art. 97)

Cumprido, conforme legislação vigente, com devido protocolo junto ao TCE.

10.4 Relação de Licitações, Dispensas e Inexigibilidades Iniciadas Durante o Exercício

Durante o exercício de 2021 a SEPLAN formalizou um aditivo e aderiu à três Atas de Processos Licitatórios realizados pela Procuradoria Geral do Estado. No Pregão Eletrônico nº 016.2021 atuou como Partícipe, conforme tabela abaixo:

Tabela 22 – Relação de Aditivos em 2021

Processo	Objeto	Modalidade	Data	Meio de Publicação	Valor	Dotação orçamentária
28810.0044/2020	3º Termo Aditivo ao Contrato 003/2019 – DIGIMAQ INFORMÁTICA LTDA-EPP	Pregão eletrônico n.º 028/2018	16/03/2021	Diário Oficial nº 7375	R\$ 65.897,52	Fonte: 101 Natureza de Despesa: 3390.39 Ação: 2303

Fonte: CLP/SEPLAN

Tabela 23 – Adesão de Ata de Registro de Preço

Processo	Objeto	Modalidade	Data	Meio de Publicação	Valor	Dotação orçamentária
00002/Seplan/2021 Ata nº 028/2021-CLC/PGE	Aquisição de equipamentos, licenças e softwares para expansão de redes sem fio existentes (wireless), incluindo planejamento, instalação, configuração e treinamento de solução de gerenciamento centralizado	Pregão eletrônico n.º 016/2021-CLC/PGE (Partícipe)	08/04/2021	Diário Oficial nº 7392	R\$ 80.541,40	Fonte recurso 101 Elemento despesa 339030 449040 449052
00003/seplan/2021 Ata nº 076/2020-CLC/PGE	Aquisição de água mineral	Pregão eletrônico nº 039/2020-CLC/PGE	17/12/2021	Diário Oficial nº 7315	R\$ 5.100,00	Fonte recurso 101 Elemento despesa 339030
00004/seplan/2021 Ata nº 102/2021-CLC/PGE	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, de natureza contínua, compreendendo a emissão, reserva, remarcação e cancelamento de bilhete passagens aéreas nacionais e internacionais	Pregão eletrônico nº 064/2021-CLC/PGE	13/08/2021	Diário Oficial nº 7483	R\$ 100.000,00	Fonte recurso 101 Elemento despesa 339033
00005/seplan/2021 Ata nº 063/2021-CLC/PGE	Aquisição de materiais de expediente e escritório	Pregão eletrônico n.º 049/2021-CLC/PGE	12/08/2021	Diário Oficial nº 7482	R\$ 99.631,00	Fonte recurso 101 Elemento despesa 339030

Fonte: CLP/SEPLAN



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO

EU, Adilton Gomes Araújo, CPF: [REDACTED], Presidente da CPL/SEPLAN, declaro junto ao órgão de controle interno e externo que todas as informações referentes aos procedimentos licitatórios e instrumentos congêneres do exercício financeiro de 2021, estão atualizados, conforme estabelece a legislação vigente.

Macapá-AP, 03 de Fevereiro de 2022

Adilton Gomes Araújo
Presidente da CPL/SEPLAN
Decreto 3386/2020



Cód. verificador: 71307076. Cód. CRC: 0719815

Documento assinado eletronicamente por **ADILTON GOMES ARAÚJO**, PRESIDENTE DA CPL (CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -CPL), em 03/02/2022 13:09, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador>



10.5 Relação de Contratos e Convênios

a) Relação de contratos e convênios firmados durante o exercício

Tabela 24 - Relação de contratos firmados durante o exercício

Nº do Instrumento	Empresa Contratada/Órgão Conveniente	Descrição do objeto	Valor Inicial	Vigência	Data de assinatura	Licitação/ Justificativa
3º Termo Aditivo Contrato nº 003/2019	Digimaq Informática Ltda	Prorrogação da vigência	65.897,52	28.03.2021 à 27.03.2022	16.03.2021	Artº 57, Inc.II §2º Lei 8.666/93 Justificativa 001/2021-CPL
Contrato 001/2021	DF Turismo e Eventos Ltda	Serviços de Agenciamento de Viagens, de natureza contínua, compreendendo a Emissão, Reserva, Remarcação e Cancelamento de Bilhete de Passagens Aéreas Nacionais e Internacionais	100.000,00	12.11.2021 à 11.11.2022	12.11.2021	Art.25 Inc.II c/c Art.13. Inc.III 8.666/93; Justificativa 001/2019
1º Termo Aditivo Convênio nº 001/2018	Departamento de Ciência e Tecnologia-DCT(Conveniente) e o 4º CGEO (Executor)	Promover as modificações da Vigência e do Plano de Trabalho	5.954.000,00	08.04.2021 à 08.01.2025	08.04.2021	§1º art.25 e no art.37 da Const.Federal Lei 8.666/93

Fonte: UCC/SIAFE/AP

b) Relação de contratos e convênios executados durante o exercício

A relação de contratos e convênios executados em 2021 consta da Tabela 31, Anexo I.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETARIA DE
ESTADO DO PLANEJAMENTO**

DECLARAÇÃO

Eu, Eliete Rodrigues de Oliveira do Rosário, CPF Nº [REDACTED], Chefe da Unidade de Contratos e Convênios-UCC/SEPLAN, Decreto nº 5145 de 10 de novembro de 2015, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres, firmados e vigentes no exercício de 2021 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá-SIAFE.

Macapá, 10 de fevereiro de 2022.

Eliete Rodrigues de O. do Rosário
Chefe da UCC/SEPLAN
Dec.5145/GEA



Cód. verificador: 72199897. Cód. CRC: CEFA41D

Documento assinado eletronicamente por **ELIETE RODRIGUES DE OLIVEIRA DO ROSÁRIO**, CHEFE DA UNIDADE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS ((NAF) U.C.C. - UNIDADES DE CONTRATOS E CONVÊNIOS), em 10/02/2022 10:13, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador>



10.6 Relação de Obras e Serviços de Engenharia

Esta Unidade Jurisdicionada durante o ano de 2020 executou as reformas para a implantação do coworking no PRODAP, com apoio da SEINF, nos moldes realizados durante o apagão, para viabilizar a migração temporária da SEPLAN com subsequente desocupação do prédio para manutenção predial, conforme informado no relatório do exercício anterior:

Figura 8 – Projeto Coworking



Fonte: SEINF

Com a mudança prevista ainda para o primeiro semestre de 2022, já se realizou levantamento também para a manutenção predial na sede da SEPLAN, que terá início na sequência, também através da SEINF.

10.7 Indicação de Sítio Eletrônico oficial em obediência a Lei Federal nº 12.527/11

Os processos licitatórios, contratos e outros instrumentos congêneres são publicados nos sítios eletrônicos <https://sead.portal.ap.gov.br/>, através do Diário Oficial do Estado, com exceção dos Convênios e Contratos oriundos da fonte 174, publicados também no Diário Oficial da União no sítio <http://www.impresanacional.gov.br/> e <http://siga.ap.gov.br/>.

10.8 Indicação de Sítio Eletrônico oficial em obediência a Lei Federal nº 12.527/11 (Art. 8º, parágrafo 1º)

O sítio Oficial Eletrônico é <https://seplan.portal.ap.gov.br/>

10.9 Informações sobre a Constituição das Comissões Permanentes e Especiais de Licitação

- **Portaria 007/2021- SEPLAN – Diário Oficial Nº 7.355 (16/02/2021)**

Membros: Adilton Gomes Araújo – Presidente

Elivaldo Cássio dos Santos Ribeiro – Membro Titular

Gabriel Moreira Merícias – Membro Titular

10.10 Cumprimento ao Tratamento Diferenciado das ME e EPP

A Secretaria de Estado de Planejamento não realizou nenhum processo licitatório durante o exercício financeiro de 2021, apenas formalizou um aditivo e aderiu à Atas oriundas de Processos Licitatório realizados pela Procuradoria Geral do Estado – PGE, sendo respeitada a legislação concernente ao tratamento diferenciados das ME e EPP na formalização dos referidos Processos.

11. Informações Contábeis

Referente aos subitens: 11.1, 11.2 e 11.3, esclarecemos que: em virtude da Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013 que altera a Lei nº 0811, de fevereiro de 2004, alterada pela Lei nº 1.558, de 09 de setembro de 2012 ficou estabelecido que as funções da Coordenadoria de Contabilidade do Estado seriam realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

A Secretaria da Fazenda tem por finalidade planejar, executar, acompanhar e avaliar a política tributária, financeira e contábil do Estado do Amapá, dirigir, superintender, orientar e coordenar as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização, controle financeiro e contábil.

Os procedimentos de avaliação e mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, são de responsabilidades da Coordenadoria de Contabilidade da SEFAZ, bem como quaisquer procedimentos técnicos de controle contábil e prestação de contas previstos, bem como a consolidação das informações das Demonstrações Contábeis de todas as Unidades Orçamentárias com a visão global do resultado.

12. Outras Informações Sobre a Gestão

12.1 Informações Sobre os Impactos Decorrentes da Pandemia Causada pelo Corona Vírus

Conforme exposto nos anos anteriores, a pandemia causada pelo Coronavírus acarretou reflexos ainda imensuráveis nas ordens social, econômica no sistema público e privado, assim como no ordenamento político-jurídico como um todo, de forma a desafiar as autoridades administrativas e a população a adotarem medidas inéditas de superação.

Destacamos, preliminarmente, em resposta aos desafios trazidos pela pandemia a adoção do teletrabalho, videoconferências, webinar, incorporação de novas ferramentas e possibilidades de inovação que impactaram diretamente na relação de trabalho e entregas de produtos para a sociedade.

Durante o ano de 2020 e até meados de 2021, devido à situação de pandemia do COVID-19, a COPESEF desenvolveu suas atividades em regime de teletrabalho sem deixar, porém, de cumprir os prazos legais estabelecidos, em especial: o Cálculo de 25% do ICMS para os municípios; a divulgação do PIB; o cálculo do IPVA, etc.

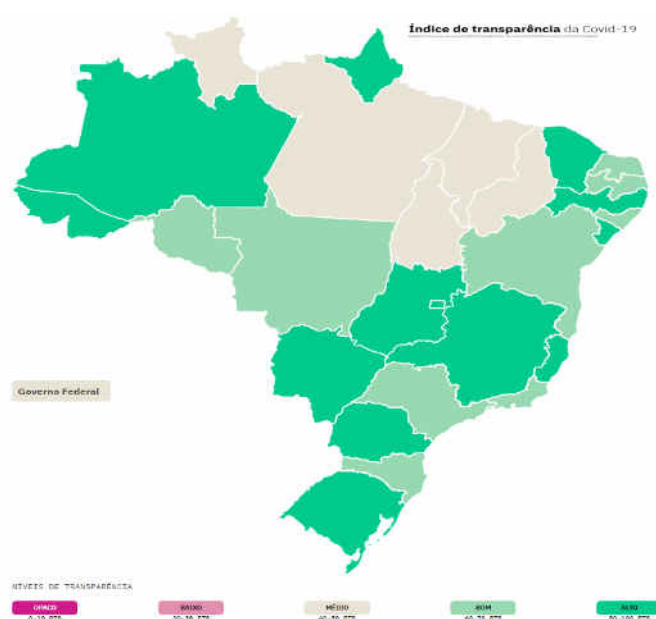
Inobstante, tratou um conjunto de informações de interesse da política de desenvolvimento estadual, subsidiando a divulgação dos produtos gerados, tais como a Cartilha do PIB Regional e dos Municípios, o IPC, Indicadores Socioeconômicos e Folders dos Municípios

As atividades voltadas para as pesquisas de Cestas Básicas Oficial e Regional, face ao consequente desligamento dos pesquisadores ao término do contrato administrativo no início de 2020, prejudicou a coleta de dados para a elaboração do IPC junto aos estabelecimentos comerciais de bens e serviços. Foi paralisada em março/2020, retornando a partir de agosto/2020 na modalidade de Consulta on-line na Base da Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor da Secretaria da Fazenda-SEFAZ, método otimizado e pelo qual foram produzidas todas as pesquisas relativas ao ano de 2021.

Outra atividade que ficou comprometida foi a divulgação do Anuário Estatístico, vez que a maioria dos dados depende de múltiplos setores da economia e da sociedade, o que tem retardado o seu fechamento e consequente divulgação, posto, também, estarem com acesso limitado.

Apesar do comprometimento do planejamento provocado pela pandemia, ressalta-se que o Estado do Amapá tem demonstrado resultados positivos acima da média, como comprovam as taxas de mortalidade – uma das menores do país, apesar de toda a vulnerabilidade – e avaliação da transparência das ações, conforme apontado por instituições independentes (<https://transparenciacovid19.ok.org.br/>), em 8ª posição no ranking nacional (classificação superior a 2020):

Figura 9 – Índice de Transparência COVID- 19



Fonte: Open Knowledge Brasil (OKBR)

12.2 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade

Dentre as inúmeras iniciativas relatadas ao longo do relatório, a exemplo do item 18, sobre a implantação de Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira aderente à atual redação da LRF, registra-se a importância de avanço em temas complexos, mas críticos para a sustentabilidade do Estado do Amapá: novas concessões (CEA e CAESA) e reforma da previdência, descartada em grande parte durante o processo legislativo e que, por conta da LC nº 178/21, foi novamente submetida para apreciação.

ENERGIA: para atração de investimentos privados – um desafio num contexto de insegurança energética, especialmente no contexto do apagão mais longo da história do país - além das alterações legislativas federais sobre o tema – a exemplo das Medidas Provisórias nº 557/2012 e 998/2020 – dada a competência do Governo Federal sobre a concessão, o GEA realizou relevante esforço fiscal para melhoria das condições patrimoniais da CEA no sentido de viabilizar a transferência, das quais destaca-se:

- a) a remissão de créditos tributários devidos pela CEA, no valor de R\$ 235,3 milhões, em 2012, através do Decreto nº 1679/2012;
- b) a contração da maior operação de crédito da história do Estado do Amapá, no valor de R\$ 1,4 bilhão, junto à Caixa Econômica Federal para quitação de passivos da CEA para que fosse *“transferido o controle acionário da CEA à Eletrobrás”* (mensagem nº 058/12-GEA), estratégia que restou frustrada por decisão da União de descartar a federalização e acionar o BNDES para realização direta da privatização;
- c) a transposição de 230 concursados da CEA para os quadros do GEA, com uma folha anual de R\$ 11.871,896,84 (incluindo 13º, férias e contribuição patronal), conforme Emenda Constitucional nº 55/2017;
- d) encontro de contas associado à compensação (Lei nº 2.206/2017) e remissão (Convênio nº 123/17), com quitação de faturas de consumo de energia pendentes, incluindo os 16 municípios, administração direta e indireta, reduzindo passivos e recuperando créditos em favor da CEA.

Um dos principais pontos que viabilizou o acordo de credores para redução de mais de R\$ 1 bilhão da dívida e subsequente equilíbrio entre o valor estimado da outorga, viabilizando de forma efetiva o sucesso do leilão, a remissão em questão – inserida neste esforço federativo e fundamentada após compartilhamento com o Conselho Estadual de Gestão Fiscal, análise e conclusão favorável do Comitê Estadual (Decreto nº 244/2021) e do TCE/AP (Decisão nº 130/2021) – foi uma das etapas construídas com apoio da AGU, e acompanhamento do MME, para redução de passivos e viabilização da concessão, conforme dispõe o convênio autorizado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ:

Cláusula primeira: Fica o Estado do Amapá autorizado a conceder, nos limites e condições estabelecidos na cláusula segunda deste convênio, remissão, à PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, inscrita no CAD/ICMS/AP sob o nº 03.009921-3, dos créditos tributários constituídos do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e

Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos em dívida ativa, inclusive ajuizados, referentes a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2010.

Cláusula segunda: A remissão de que trata a cláusula primeira é:

I - condicionada, cumulativamente:

a) à concessão de desconto de passivos devidos pela Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, inscrita no CAD/ICMS/AP sob o nº 03.002994-0, em valor equivalente ou superior ao crédito tributário alcançado pela remissão;

b) à desistência de qualquer processo administrativo ou judicial; (Convênio ICMS nº 44/20)

Em síntese, tratou-se de encontro de contas operacionalizado através de remissão de ICMS, para prevenção de uma liquidação estimada em R\$ 3 bilhões de reais, montante similar aos recursos totais do Tesouro Estadual disponíveis ao GEA durante todo um exercício para execução da integralidade das políticas públicas, atividades e serviços a cargo deste ente subnacional. Apenas a prevenção de uma liquidação desta magnitude já justificaria a remissão em questão. Mas o acordo em questão reforça ainda mais a vantajosidade para administração pública, ao viabilizar descontos adicionais de todos os credores que firmaram o instrumento, contribuindo para o sucesso do leilão. O trabalho foi concluído no dia 22 de novembro de 2021, com a transferência das ações.

Neste sentido, a Assessoria da COTEPE/SEFAZ, designada para atuar no âmbito do CONFAZ, manifestou-se confirmando o contexto e subsequente atendimento do Parecer Jurídico n. 54/2021 - PTRI/PGE/AP:

(...) a remissão concedida não é graciosa, pois está condicionada a concessão por parte da PETROBRÁS/SA de descontos em valor igual ou superior à remissão, reduzindo os passivos da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, de modo, que não há a renúncia das receitas propriamente dita, mas sim espécie de encontro de contas entre os créditos tributários inscritos em dívida ativa e questionados judicialmente em desfavor da PETROBRÁS/SA e os passivos da CEA para com a mesma, o que de forma mediata podem vir a configurar passivos, e é o que se pretende prevenir, a serem assumidos pelo GEA em caso de liquidação desta (OFÍCIO Nº 140101.0077.2639.0034/2021 COTEPE – SEFAZ).

Assim, evidenciados os esforços federativos no sentido de saneamento das contas da CEA para viabilizar a inserção da distribuição de energia elétrica do Amapá sob a lógica do Sistema Interligado Nacional – SIN, operado através de concessões em parceria com empresas privadas, com apoio (Eletrobrás) e fiscalização (ANEEL) da União.

Todo o processo – além da proteção dos empregos através da transposição e geração de novas oportunidades com a concessionária (p.ex. cooperação com o Amapá Jovem para capacitação e contratação de mais de 500 novas vagas de emprego - <https://globoplay.globo.com/v/10344904/>), preveniu ainda uma liquidação de mais de R\$ 3 bilhões em desfavor do Estado do Amapá.

SANEAMENTO: em conjunto com os 16 municípios e o BNDES, com apoio do Programa de Parceria para Investimentos - PPI do Ministério da Economia, realizou-se o leilão da concessão com resultados relevantes (destaque para os R\$ 930 milhões de outorga para os municípios, depositados regularmente no dia 23 de dezembro de 2021; e para os R\$ 880 milhões para fundo de investimento adicional que priorizará nos próximos 10 anos a universalização das áreas não urbanas), após consulta pública (<https://consultapublica.portal.ap.gov.br/>).

Os dados sobre o contrato, as etapas do processo licitatório, os instrumentos para o estabelecimento da gestão associada, destinação da outorga para os municípios, enfim, a integralidade das informações sobre o tema encontra-se disponíveis no portal <https://concessaosaneamento.portal.ap.gov.br/>. Um projeto que, junto com a nova concessão de energia e a modelagem em elaboração para resíduos sólidos e concessões florestais, compõe iniciativas voltadas para uma nova economia no Estado do Amapá (<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1402/governador-waldez-apresenta-a-nova-economia-do-amapa-um-salto-para-o-desenvolvimento>).

PREVIDÊNCIA: após duas tentativas para incorporação das regras previdenciárias da União através do encaminhamento pelo Poder Executivo – com o devido alinhamento no âmbito do Comitê Estadual de Gestão Fiscal – optou-se, principalmente pela pressão das entidades sindicais em função da discussão sobre o cálculo atuarial, de aprovar apenas três ajustes: alíquota mínima de 14%; atualização das regras de pensão; e a previsão da previdência complementar.

Os demais temas serão tratados por comissão mista – com representantes dos Poderes e entidades sindicais – nos próximos 2 anos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 0134, de 29/12/2021.

13. Análise Crítica, Destacando Pontos Positivos e Negativos, das Atividades Relacionadas a Coordenação de Planejamento e Monitoramento/Avaliação de Resultados das Políticas Públicas Estaduais.

No entendimento da SEPLAN, a coordenação do Planejamento das Políticas Públicas do Estado foi bastante amadurecida nos últimos PPA's (2016/2019 e 2020/2023), os quais foram elaborados e consolidados pelos (as) técnicos (as) do Governo do Estado, sem precisar incorrer em gastos com consultorias do ramo.

Em termos de acompanhamento das Políticas Públicas do Governo do Amapá (programas e ações), este processo tem avançado muito desde a sua implementação no segundo semestre de 2017.

Como dito em outras situações, desde o segundo semestre de 2017, foi implantado com resultados positivos, o acompanhamento mensal de programas e ações, pelos (as) gerentes, nomeados (as) por ato do (a) gestor (a) do órgão, visando inserir no SIAFE/GEA, os resultados efetivamente alcançados na execução das políticas públicas planejadas.

Em 2020, todos os indicadores de resultados dos programas de governo do PPA 2020 2023 foram alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS/ONU, inclusive, tornado lei, com a revisão do PPA vigente, realizada em setembro de 2021. Sendo meta da SEPLAN, até o final de 2022, a implantação do projeto Observatório das Políticas Públicas do Estado, o qual será integrado ao módulo de Acompanhamento.

Como salientamos anteriormente, e de acordo com a lei de Revisão do PPA, até o final de 2022, com a participação dos órgãos de governo, a SEPLAN realizará uma avaliação do principal instrumento de planejamento do Amapá, que é o seu Plano Plurianual vigente.

Em contrapartida, como ponto negativo, apontamos a necessidade de uma escolha mais qualificada pelos órgãos de governo, com referência aos responsáveis pela elaboração dessas políticas, decisivas para a vida do cidadão amapaense. Outra situação negativa, citamos a alta rotatividade dessas pessoas, que a cada substituição, ocorre uma quebra de sequência na atividade em questão.

Quanto aos pontos positivos do planejamento das Políticas Públicas Amapaenses, que são desdobradas nos programas e ações (atividades ou projetos), constantes do PPA 2020-2023, que avança para o seu terceiro ano de execução, a cada ano de sua elaboração, as equipes de governo, sob a coordenação da SEPLAN, contribuem de forma decisiva para o aperfeiçoamento deste instrumento de planejamento, visando torná-lo, o mais fiel possível da realidade econômica, social, financeira e política do Estado.

14. Informações Sobre o Controle da Execução Orçamentária, Destacando a Política de Liberação de Cotas Orçamentárias para o Exercício de 2021.

A política de execução orçamentária do Governo do Estado do Amapá referente ao Exercício Financeiro de 2021 teve amparo legal nos **Decretos nº 0068, de 08 de Janeiro de 2021**, que aprovou o Quadro de Detalhamento de Despesa dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, constante da Lei nº 2.536 de 08 de Janeiro de 2021, e **Decreto nº 0073, de 12 de janeiro de 2021**, que dispôs acerca da programação orçamentária e financeira, com destaque a liberação de cotas e alterações orçamentárias bem como outras providências.

Considerando a necessidade de assegurar a observância das medidas de controle e de qualificação dos gastos público, bem como a execução orçamentária e financeira, a compatibilidade entre as receitas e despesas, objetivando o equilíbrio fiscal, ficou estabelecido que a SEPLAN, por meio do SIAFE – AP, disponibilizaria mensalmente as cotas orçamentárias dos Órgãos e Entidades do Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

A liberação mensal das cotas orçamentárias ficou condicionada ao comportamento da receita e disponibilidade financeira apurado pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, e poderiam ser contingenciadas durante o exercício, de acordo com o comportamento da arrecadação, com exceção das despesas concernente à pessoal e encargos sociais; precatórios judiciais; contribuição para o PASEP; amortização e encargos da dívida pública estadual; despesas com fardamento e com ajuda de custo; as despesas de contratos corporativos da Administração Estadual; despesas com aquisição de combustíveis e lubrificantes; despesas com programas sociais e despesas do setores da educação, saúde, segurança pública e infraestrutura.

Quanto as solicitações de abertura de créditos adicionais suplementares, dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual, foram encaminhadas à SEPLAN, por meio do SIAFE-AP, através de ofício ao titular da SEPLAN.

Ademais as solicitações de abertura de créditos adicionais suplementar e especial, à conta de excesso de arrecadação ou superávit financeiro, ficaram condicionadas da seguinte forma:

I - para recursos oriundos do Tesouro Estadual, foi proposto pela SEPLAN para suprir as despesas com insuficiência de dotação orçamentária;

II - para recursos diretamente arrecadados, mediante a comprovação do excesso de arrecadação, através do registro contábil no SIAFE-AP; e

III - os pedidos de suplementação por conta de superávit financeiro dos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público, da Defensoria Pública, e da Administração Indireta, deveriam ser encaminhados até 30 de julho de 2021, acompanhados do Balanço Patrimonial, da entidade divulgado no Balanço Geral do Estado, que demonstrasse o Superávit Financeiro.

As alterações orçamentárias de elementos de despesas no mesmo grupo de despesa foram realizadas mediante registro contábil, diretamente no SIAFE-AP, pelo responsável da execução orçamentária dos Órgãos da Administração Direta e Indireta.

Na hipótese da insuficiência dos limites para absorção das despesas de caráter continuado e das prioridades estratégicas de Governo, as unidades responsáveis deveriam promover ações para redução das primeiras, a fim de garantir a execução das prioridades estabelecidas. Ficou estabelecido a prioridade de pagamento das seguintes despesas, na ordem adiante disposta, sem prejuízo da observância das demais regras da Instrução Normativa nº 0001, de 02 de maio de 2016, da Controladoria-Geral do Estado:

I - pessoal e encargos sociais;

II - serviços da dívida pública;

III - outras despesas correntes, em especial as despesas referentes a serviços terceirizados de: locação de mão de obra e programas sociais com transferência de renda.; e

IV - investimentos/inversões financeiras

15- Informações sobre a gestão das operações de crédito, esclarecendo as medidas adotadas para reduzir os impactos nas contas estaduais.

No exercício de 2021, embora não tenha ocorrido novos desembolsos do BNDES, todavia, foram executadas e pagas, com saldos remanescentes das obras abaixo relacionadas:

- A modernização e aparelhamento de unidades de segurança pública e da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá; e
- Obras de Infraestrutura Rodoviária do Amapá;
- Obras de mobilidade urbana de Macapá

16-Ações Promovidas para Modernização Administrativa do Estado, Racionalização dos Gastos e Monitoramento da Regularidade

A Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN realizou suas ações de Modernização Administrativa através das atividades realizadas pela Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado - CMG, que presta assessoramento e orientação as instituições (órgãos e entidades) do Poder Executivo Estadual relacionadas ao arranjo institucional, referente a estruturas organizacionais e suas regulamentações. Alguns dos produtos da Coordenadoria de Modernização são os Projetos de Lei de criação, transformação, alteração, extinção, bem como as minutas de regulamentos e estatutos dos órgãos e entidades estaduais, quando sancionadas e publicadas pelo Chefe do Poder Executivo, resultam em Leis e Decretos do Poder Executivo.

Dentre as atividades realizadas, destacamos:

- Reuniões com equipes de órgãos e entidades para prestar informações a respeito de possíveis reestruturações organizacionais, como as que tivemos com: Controladoria-Geral, SIAC, PRODAP, HEMOAP;
- Análise e parecer da Minuta de Projeto de Lei que cria a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual, contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência da Polícia Civil do Estado do Amapá;
- Modernização da Estrutura Organizacional da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá - ARSAP, no qual resultou a Lei nº 2.548, de 23.04.2021;
- Análise, orientação e formatação da Minuta de Decreto de Regulamentação da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, no qual resultou o Decreto nº 1.720, de 17.05.2021;
- Análise e parecer da Minuta de Projeto de Lei que criou o cargo de secretário adjunto da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá, no qual resultou a Lei nº 2.574, de 07.07.2021;
- Análise e parecer da Minuta de Projeto de Lei que dispõe sobre a extinção e reestruturação de cargos comissionados do Poder Executivo Estadual, no qual resultou a Lei nº 2.585, de 27.08.2021;

- Construção da primeira etapa do Projeto de Reorganização Administrativa do Governo do Estado do Amapá, com as definições preliminares de impactos de custos e organogramas das possíveis fusões de órgãos e entidades;
- Construção e Redesenho preliminar dos Procedimentos Operacionais e Fluxos de Processos na área de Recursos Humanos da SEPLAN realizada pelo grupo de trabalho formado pela CMG e ADINS;
- Análise, orientação e formatação da Minuta de Decreto de Regulamentação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Amapá - ARSAP, no qual resultou o Decreto nº 4.759, de 18.12.2021;
- Readequação e adaptação da Minuta de Projeto de Lei de criação da Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Amapá - FUNDAÇÃO MARABAIXO;
- Elaboração preliminar da Cartilha de Código de Ética de Conduta Profissional dos servidores da SEPLAN;
- Análise, orientação, formatação e parecer da Minuta de Projeto de Lei de Reestruturação Organizacional do Instituto de Hemoterapia e Hemodiagnóstico do Estado do Amapá - HEMOAP;
- Elaboração e adequação da Minuta de Regulamento do Sistema de Planejamento do Estado do Amapá - SIPLAN;
- Cadastro de Leis de Estruturas Organizacionais e Decretos de Regulamentação do Poder Executivo Estadual (em atualização);
- Relatórios Consolidados de Atualização e Acompanhamento do Quantitativo dos Cargos Comissionados referente a Estrutura Organizacional Formal e as Gerências de Projetos do Poder Executivo Estadual.

Para a elaboração de Minutas de Projetos de Lei dos órgãos e entidades referente as suas alterações de estruturas organizacionais e outros, obedecemos até o dia 31 de dezembro de 2021 a Lei Federal (Lei Complementar nº 173, de 27.05.2020), em especial o seu artigo 8º, que proibia projetos de lei que tivessem aumento de despesas (impacto financeiro), dos entes federativos, Estados e Municípios.

Quanto ao Monitoramento da Regularidade do Estado no Serviço Auxiliar das Informações para Transferências Voluntárias – CAUC e, demais Sistemas Federais (Tributário/Receita Federal do Brasil e Previdenciário/Ministério da Previdência), a CMRE adotou como estratégia de trabalho:

- Elaboração de Proposta/Minuta Decreto para Normatização do Monitoramento da Regularidade jurídica, Fiscal, Econômico-financeira e Administrativa do Estado;
- Monitoramento da regularidade de 73 CNPJS: 27 Administração Direta e GEA, 22 Administração Indireta, 15 Fundos Estaduais, 3 Sociedade de Economia Mista, 1 Serviço Social Autônomo (AMPREV) e 5 Demais Poderes;
- Monitoramento de 149 regularidades de Certidões e Certificados (CRF/FGTS; Tributária/Previdenciária e CRP) do Poder Executivo (Administração Direta, Administração Indireta e Fundos Estaduais) e Demais Poderes (Legislativo e Judiciário), com respectivos apontamentos das inconformidades e forma de regularização;

- Assessoramento (presencial/agendamento, e-mail, WhatsApp) aos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Fundos Estaduais quanto ao cumprimento dos prazos legais para lançamento de informações no Sistema Receita Federal do Brasil – RFB referentes à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF;
- Assessoramento (presencial/agendamento, e-mail, WhatsApp) aos órgãos da Administração Direta, Administração Indireta e Fundos Estaduais quanto ao cumprimento dos prazos legais para o encaminhamento de informações referentes a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP;
- Assessoramento (presencial/agendamento, e-mail, WhatsApp) aos órgãos pertencentes ao Poder Executivo (administração direta e indireta) quanto a elaboração/inclusão da prestação de contas de convênios federais na Plataforma +Brasil;
- Monitoramento de 43 (quarenta e três) registros de inadimplências no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC e assim distribuídas: **42 Inadimplências** referentes a Regularidade Fiscal, Econômico-financeira, Jurídica e Administrativa (40 inadimplências foram regularizadas) e **01 Inadimplência** de Convênio (inadimplência regularizada);
- Monitoramento de 165 (cento e sessenta e cinco) registros de inadimplências no Sistema da Receita Federal – ECAC/RFB, das quais **97 foram regularizadas**, restando o registro de **68 a regularizar** (Obs.: a Procuradoria Geral do Estado – PGE está conduzindo administrativamente e juridicamente a regularização dos débitos);
- Monitoramento da regularidade e execução de 99 convênios vigentes no âmbito do Poder Executivo estadual;
- Monitoramento de 54 convênios com prestações de contas encaminhadas, porém ainda não aprovadas em função de: não apresentação de documentação complementar; não devolução de recursos glosados; cumprimento parcial do objeto pactuado; não execução do objeto pactuado;
- Monitoramento da regularidade de 08 convênios federais que ainda não tiveram suas prestações de contas encaminhadas às concedentes dos recursos;
- Trabalho integrado com a Procuradoria Geral do Estado – PGE para regularização de pendências de inadimplências no CAUC vinculadas a débitos no CADIN, decorrente de dívida tributária, multa ambiental e aluguel do hangar.

17. Estatísticas e Indicadores que Demonstrem o Desenvolvimento Institucional, Econômico, Social e Ambiental do Estado do Amapá.

- **Anuário Estatístico** - Representa o conhecimento da realidade, no período indicado. Tal conhecimento consubstancia-se em estratégias e programas, de modo a conduzir a ação estadual na direção desejada, previamente planejada, por meio das estatísticas das informações relevantes dos diversos setores da administração pública (economia, sociedade, meio ambiente, território, geografia, transporte, infraestrutura, educação, saúde, trânsito, finanças públicas e mercado de trabalho) cujas bases-fontes de informações são as séries históricas disponibilizadas pelos órgãos responsáveis na geração de dados, no estado do Amapá. No ano de 2021, por motivo da continuidade da Pandemia de COVID-19, a

COPESSEF não concluiu o Anuário Estatístico, em razão da limitação da coleta de dados que os compõe.

- **IPC Macapá** - É um produto que tem como base o acompanhamento da variação de preços mensais de serviços e produtos, ofertados na capital do Estado. Reúne, também, informações que geram indicadores mensalmente, contendo as variações do IPC, IPCA, Cesta Básica Oficial e Cesta Básica Regional. Cada tópico aborda variáveis que compõem a pesquisa, demonstrando, de forma numérica e resumida, a perda ou o ganho do consumidor na aquisição de produtos vendidos, ou serviços prestados no mercado macapaense. Com o encerramento do Contrato Administrativo dos pesquisadores e as atividades passarem a ser na modalidade de teletrabalho, devido a pandemia, dificultou a busca por solução de pesquisa para o IPC, fato que foi iniciado como teste, pesquisa online na Base da Nota Fiscal Eletrônica, site da SEFAZ, em agosto de 2020. Houve certa demora, pois com a nova modalidade de pesquisa e a busca de entendimento para formatar os dados, tivemos uma lacuna de vários meses de atraso em gerar os indicadores, fato que culminou com a falta de divulgação dos indicadores das cestas gerados mensalmente por esta SEPLAN/COPESSEF, desde março de 2020 a novembro de 2021. Enfatizando que no ano de 2020, foram publicados só os meses de janeiro e fevereiro na página desta SEPLAN.
- **PIB Regional e dos Municípios** - Este indicador representa a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos, no Estado (regional), ou em cada Município (municipal). A COPESSEF calcula o PIB do Estado, utilizando a metodologia do IBGE. O resultado serve de fonte de orientação aos gestores públicos e de informação à sociedade em geral, interessada nos dados de produção e riquezas regionais. A publicação estadual ocorreu concomitantemente à do IBGE: no dia 12/11/2021, o PIB Regional e, no dia 17/12/2021, o PIB dos Municípios.
- **Análises Conjunturais Econômicas** - Publicação pertencente a SEPLAN, produzida na COPESSEF, apresenta os principais indicadores estatísticos em diversos setores, que acompanham o monitoramento da execução das ações do PPA 2020/2023.
- **Indicadores Socioeconômicos** - Publicados a cada dois anos, tem por finalidade a consolidação dos dados estatísticos do Estado, pesquisados nos diversos setores da economia e sociedade, em 2021, e disponibilizado na página da SEPLAN. A publicação foi efetuada no sítio da SEPLAN, no mês de outubro de 2021.
- **Indicadores PPA** - Retrata a indicação de pontos importantes dentro do PPA, servindo como base para o monitoramento e acompanhamento da sua execução, tendo como base os programas que reúnem um conjunto de ações orientadas, onde os dados expostos são analisados e reformulados de forma técnica, objetivando o melhor planejamento estratégico das ações de Governo.
- **Estatística dos Municípios (FOLDERS)** - Informativo estatístico contendo dados econômicos e sociais, enfatizando diretamente a potencialidade de cada município do

Estado do Amapá, contendo indicadores que auxiliam na tomada de decisões de gestores públicos. No mês de dezembro de 2021, foram publicados no sítio da SEPLAN os 16 folders referentes aos municípios amapaenses.

- **Cálculo de ICMS** - Tendo como princípio analisar as variáveis que compõem o mercado, dessa forma chegando à formulação de cálculo de imposto, que incide sobre a circulação de produtos e mercadorias, dando assim base para o planejamento das ações referentes à arrecadação Estadual, dados estes coletados a nível Estadual e Municipal, onde utilizamos o cálculo de 25% da arrecadação para fazer o real levantamento de participação entre os 16 municípios do Estado, incentivando assim a política de investimento do Governo do Estado em diferentes setores da economia e sociedade. Para a elaboração do cálculo dos 25% por esta SEPLAN, foi constituída uma equipe técnica e solicitado a órgãos, como: SDR, SEMA, SEED, IBGE e TCE, informações necessárias para atender os 04 (quatro) critérios da Lei Complementar 0120/2019, com prazo para publicação até 30/05, dos cálculos correspondentes aos 25%, de cada ano.
- **Divulgação de trabalhos no site da SEPLAN** - As informações, inerentes às atividades desta COPESEF, como: Anuário Estatístico, Índice de Preços ao Consumidor (janeiro e fevereiro), Produto Interno Bruto, todos produtos desta COPESEF, foram disponibilizados na página da SEPLAN: www.seplan.ap.gov.br, na aba Estatística do Estado.

18. Informações Sobre a Integração Orçamentária e Financeira dos Poderes e Administração Direta e Indireta do Estado, Bem como a Implantação e Implementação do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá – SIAFE:

Atendendo o que foi previsto no PPA 2020/2023 no objetivo do Programa de Governo 0048 – Gestão da Política de Planejamento e Orçamento Estadual e na finalidade da Ação 2296 – Gestão e Elaboração dos Instrumentos de Planejamento, bem como o objetivo estratégico do Eixo Desenvolvimento da Gestão e Finanças que é implantar “O Governo Digital voltado para Resultados” que tem como uma das suas diretrizes “Aprimorar a Governança do Estado” foi dado continuidade ao Projeto de Implantação do **SIAFE-AP** que substituiu, a partir do exercício de 2020, o sistema **SIPLAG** - Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo definidos os seguintes objetivos e metas para o exercício de 2021:

1- Customizar e configurar o módulo de Acompanhamento por Plano Orçamentário no PPA.

✓ **Resultados alcançados:** **Objetivo concluído**, já está disponível em produção o acompanhamento agora também por plano orçamentário, com fechamento mensal e tramitação com workflow com as seguintes instâncias definidas: Instância UO, Instância SEPLAN e Acompanhamento Finalizado, assim como a criação de Dashboard para facilitar o acompanhamento gerencial.

2- Configurar o SIAFE para os procedimentos de Revisão do PPA 2020/2023

✓ **Resultados alcançados: Objetivo concluído**, Configuramos e criamos um novo workflow acrescentando as instâncias: Revisão PPA e PPA Revisando, permitindo ter a visão evolutiva dos programas e ações de governo.

3- Adequar a base de dados do SIAFE para atender o Projeto ``Despesas Governamentais``

✓ **Resultados alcançados: Objetivo concluído**, Adequamos à base de dados do SIAFE com todas as informações detalhadas das despesas e receitas para atender o Projeto ``Despesas Governamentais``

4- Implantar o Módulo de Emendas Parlamentares

✓ **Resultados alcançados: Objetivo concluído**, O módulo implantado tem como objetivo promover a gestão e aplicação eficiente dos recursos destinados por Emendas Impositivas. Foi disponibilizando aos parlamentares e assessores a possibilidade de inserir e monitorar a execução orçamentária e financeira das emendas de forma tempestiva no sistema SIAFE-AP do GEA.

5- Treinamento dos assessores dos parlamentares Estaduais

✓ **Resultados alcançados: Objetivo concluído**, treinamento realizado no período de 04 a 08/10/2021, no laboratório da Universidade do Estado do Amapá – UEAP, com disponibilidade de 3 vagas por parlamentar, totalizando 80 vagas, e 15 vagas para a equipe de Orçamento da SEPLAN.

6- Implantar o SIAFE, a Assinatura Digital no Tribunal de Justiça do Estado Amapá e Integrar o SIAFE com o Sistema SIG do TJAP no módulo de indicadores Financeiros.

✓ **Resultados Alcançados: Objetivo concluído**, TJAP 100% na utilização do sistema unificado do ente da Federação Estado do Amapá na execução orçamentária e financeira, atendendo a **Lei complementar nº 156 de 28/12/2016 com a Matriz de Saldos Contábeis – MSC**, exigida pela União com fundamento no art. 48, §6º, da LRF. Foi realizada a customização, adequação e configuração do sistema para atender o TJAP que em janeiro de 2021 entrou em produção no SIAFE-AP. Assim como implantamos a **Assinatura Digital e integramos o SIAFE com o Sistema SIG do TJAP** no Módulo de Indicadores Financeiros.

✓

Figura 10 – Implantação SIAFE TJ

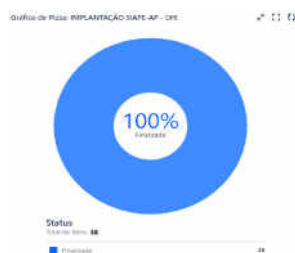


Fonte: TI/SIAFE

7- Adequar o SIAFE, Implantar a Assinatura Digital na Defensoria Pública do Estado do Amapá e Integrar com o Portal Transparência da DPE.

✓ **Resultados Alcançados:** **Objetivo concluído**, DPE 100% na utilização do sistema unificado do ente da federação Estado do Amapá na execução orçamentária e financeira, atendendo a **Lei complementar nº 156 de 28/12/2016** com a **Matriz de Saldos Contábeis – MSC**, exigida pela União com fundamento no art. 48, §6º, da LRF. Assim como implantamos a **Assinatura Digital (em fase de adaptação)** e integramos com o **Portal Transparência**.

Figura 11 – Implantação SIAFE DPE



Fonte: TI/SIAFE

8- Implantação do SIAFE no Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

✓ **Resultados Alcançados:** **Objetivo em andamento**, status do TCE/AP até 09.12.2021:

1. Foi concluído uma primeira simulação de implantação do TCE/AP no SIAFE-AP (ambiente de testes). Essa simulação foi feita com os dados de 2020 implantando em 2021.
2. Toda a extração de dados foi feita de forma manual pela Equipe do TCE/AP. Não foi utilizada a rotina que seria desenvolvida pela empresa GovBR prestadora de serviços do TCE.
3. Representantes da LOGUS juntamente com o TCE avaliaram os dados migrados (saldos e documentos de restos a pagar).

4. Treinamento realizado, para a Equipe do TCE no dia 09/12/2021 de forma online, conforme registrado na tarefa AP-3523.

5. **Próximos passos:** Aguardar o encerramento de exercício do TCE/AP para que eles possam levantar os dados de 2021 para preenchimento manual das planilhas. Lembrando que os dados que foram preenchidos neste último teste foi referem aos saldos de 2020.

6. **Riscos:** O preenchimento das planilhas deve ser feito rigorosamente conforme especificação já homologada no ambiente de teste. Tivemos alguns problemas no preenchimento dessas planilhas, sendo a demora no levantamento e informação dos dados considerados um risco. De forma que, assim que as planilhas estiverem completamente preenchidas e sem inconsistências, o SIAFE - AP estará apto a fazer a transferência dos dados para iniciar a execução de 2022.

Figura 12 – Implantação SIAFE TCE



Fonte: TI/SIAFE

9- Implantação do SIAFE na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá.

✓ **Resultado Alcançado:** **Objetivo não concluído (parado)**

✓ **Justificativas para objetivos ou metas não atingidos:** Finalizamos o ano e não tivemos retorno por parte da ALAP e nem resposta do OFÍCIO CIRCULAR Nº 150101.0009.0531.0026/2020 SEPLAN do dia 11/05/2020.

Figura 13 – Implantação SIAFE ALAP



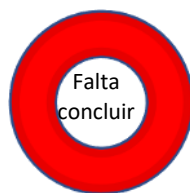
Fonte: TI/SIAFE

10- Implantar o SIAFE no Ministério Público do Estado do Amapá.

✓ **Resultado Alcançado:** **Objetivo não concluído (parado)**

✓ **Justificativas para objetivos ou metas não atingidos:** Finalizamos o ano e não tivemos retorno por parte do MP e nem resposta do OFÍCIO CIRCULAR Nº 150101.0009.0531.0026/2020 SEPLAN do dia 11/05/2020.

Figura 14 – Implantação SIAFE MPE



Fonte: TI/SIAFE

11- Implantação do SIAFE na AMPREV.

✓ **Resultado Alcançado:** **Objetivo não concluído (parado)**

✓ **Justificativas para objetivos ou metas não atingidos:** A AMPREV através do Ofício nº 130204.0076.1547.0551/2021/GAB/AMPREV manifestou interesse em utilizar o SIAFE-AP para sua execução orçamentária e financeira bem como indicou os técnicos focais para conduzir esta implantação. Iniciamos o processo com uma reunião em 22/09/2021, que após demonstração e explicação das dúvidas do SIAFE-AP pelo técnico da LOGUS, ficou definido que a equipe da SEFAZ-AP junto com a equipe da AMPREV iriam trabalhar no DE/PARA inicial (Tabela de comparação entre dados antes e depois), realizar os lançamentos e confirmar contas e estruturas.

Esse trabalho de elaboração do DE/PARA evoluiu muito pouco, sendo entregue apenas em novembro de 2021. Considerando que é uma das etapas iniciais do processo de implantação, ainda precisaríamos da disponibilização dos dados cadastrais e saldos contábeis para migração. Tornando-se um prazo extremamente curto e inviável para conclusão desta atividade de implantação da AMPREV no SIAFE - AP em 2021 para subir em produção em janeiro de 2022. Fatos registrados no sistema de acompanhamento de projeto (JIRA) na AP-3385.

Figura 15 – Implantação SIAFE AMPREV



Fonte: TI/SIAFE

12- Criar uma forma de acompanhar a execução do Consórcio Amazônia Legal

✓ **Resultados Alcançados: Objetivo concluído**, Criamos um Plano Orçamentário – PO das “Cadeias produtivas - Consórcio Amazônia Legal”, possibilitando o acompanhamento através de consultas ou dashboard (também conhecido como painel de informações ou painel de gestão) da execução orçamentária e financeira específica do Projeto prioritário, objetivando mapear valores que serão considerados contrapartidas do GEA. Devem estar inseridos apenas os valores relacionados ao açaí, piscicultura e sistemas integrados ABC.

13- Integrar o SIAFE com SIGRH – Folha de Pagamento.

✓ **Resultados Alcançados: Objetivo concluído**, a Integração entre os Sistemas SIAFE-AP e SIGRH (Folha de Pagamento) foi homologada para subir em produção na contabilização da folha de janeiro de 2022 da Unidade Gestora 130101 SEAD. Definição adotada logo após a reunião do dia 16/12/2021 de apresentação do módulo de configuração, geração e contabilização da folha no SIAFE feita pela equipe da LOGUS para os colaboradores indicados pela SEAD, SEFAZ, CGE, PRODAP e SEPLAN (através do OFÍCIO CIRCULAR Nº 150101.0009.0531.0005/2020 SEPLAN) e suas equipes e gestores. Nesta reunião foi demonstrada como é feita a configuração das rubricas, configuração das regras de mapeamento, geração das folhas, fechamento e geração de documentos, contabilização dos documentos (de forma manual ou agendada), conferência e etc. Definimos também que vamos iniciar com a folha da SEAD, e após a experiência operacional, iremos incorporar as configurações nas outras folhas mais específicas. Ato registrado no OFÍCIO CIRCULAR Nº 150101.0079.0531.0050/2021 GABINETE – SEPLAN.

14- Integrar o SIAFE com SIGA

✓ **Resultados Alcançados: Objetivo em andamento**, em julho de 2021 através do OFÍCIO CIRCULAR Nº 150101.0079.0531.0021/2021 GABINETE – SEPLAN, foi dado continuidade a implantação do projeto SIAFE-AP. Os colaboradores indicados pela SEAD, SEFAZ, PGE, CGE, PRODAP, SEPLAN através do OFÍCIO CIRCULAR Nº 150101.0009.0531.0005/2020 SEPLAN e suas equipes construíram em conjunto com as empresas LOGUS e AZ, prestadoras de serviços de suporte nos sistemas SIAFE-AP e

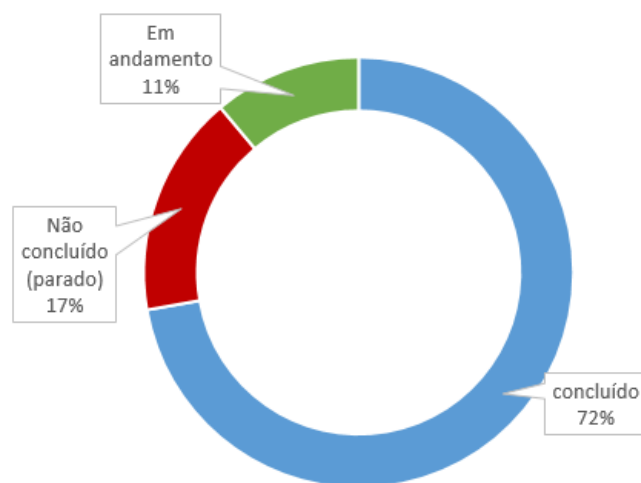
SIGA, cinco (05) fluxogramas de integração entre os sistemas nos módulos: Compras e Licitação, Contrato, Almoxarifado e Patrimônio. Desta forma, encaminhamos em anexo os citados fluxos para conhecimento e as devidas providências de tratativas de implementações por parte da empresa AZ.

Informamos, ainda, que as implementações concernentes ao sistema SIAFE já foram oficializadas pela SEPLAN para a empresa LOGUS e já estão em desenvolvimento, apenas aguardando o retorno do desenvolvimento por parte da Empresa AZ com relação ao SIGA.

Figura 16 – Objetivos e Metas SIAFE

Objetivos e metas definidas para implantação do SIAFE em 2021 e resultados alcançados

Total	18
concluído	13
Não concluído (parado)	3
Em andamento	2



Fonte: TI/SIAFE

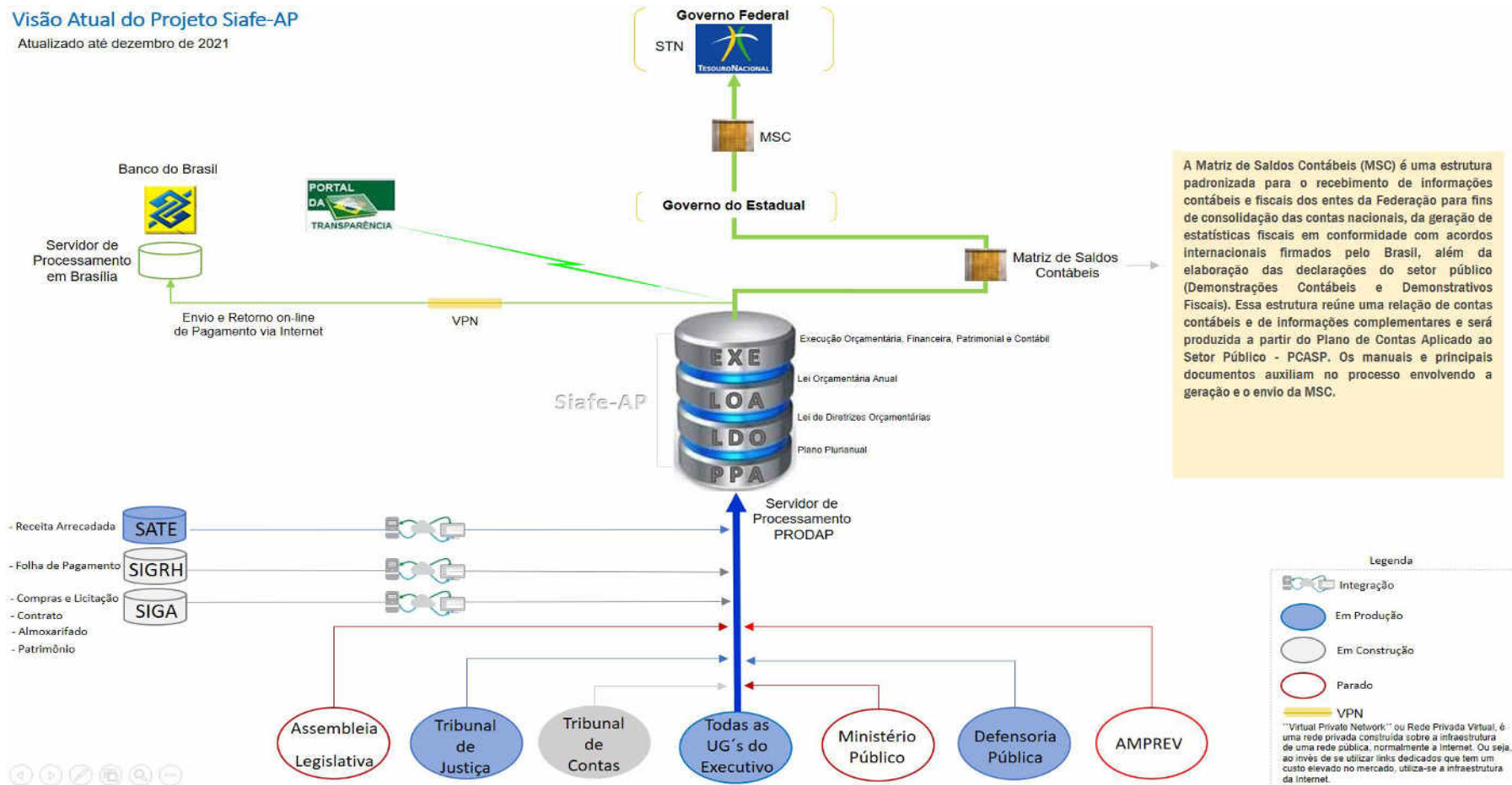
Fiscais do Contrato:

A portaria com assinatura compartilhada entre a SEPLAN e SEFAZ nº. 054/2019/SEPLAN, designa os servidores Sileno Silva dos Santos - SEPLAN, Antônia Nascimento da Silva -SEPLAN e Rosa de Almeida Guterres – SEFAZ para atuarem como fiscais do contrato 001/2019 SEPLAN com a Empresa LOGUS com o objetivo de implantar e manter o SIAFE-AP no ente da federação Governo do Estado do Amapá.

Figura 17 – Visão Atual do Projeto SIAFE-AP

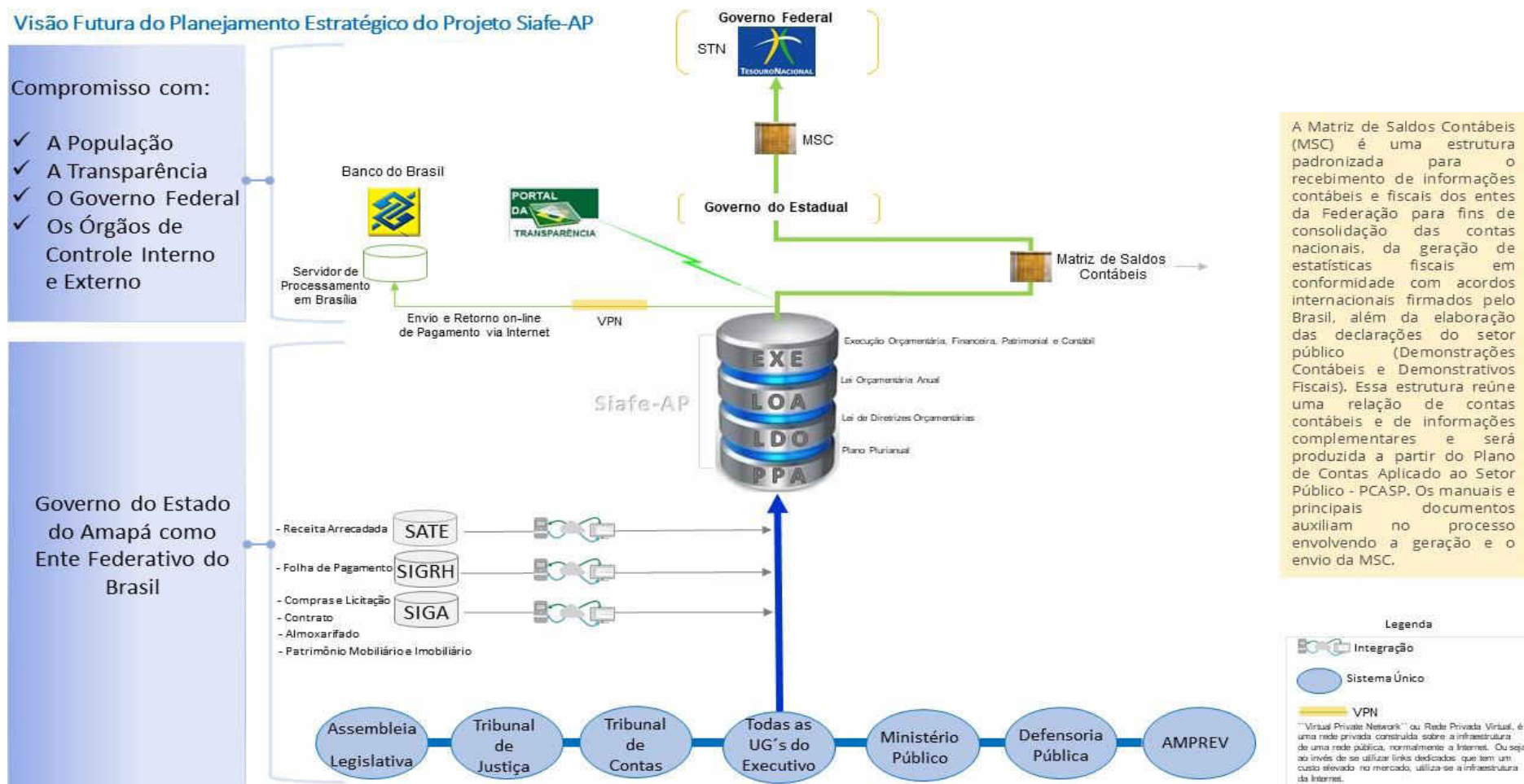
Visão Atual do Projeto SIAFE-AP

Atualizado até dezembro de 2021



Fonte: TI/SIAFE

Figura 18 – Visão Futura do Planejamento Estratégico SIAFE-AP



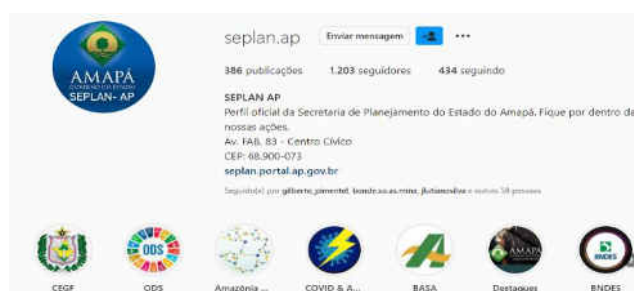
Fonte: TI/SIAFE

Resultados e conclusões

A Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, como Órgão Central do Sistema de Planejamento do Governo, vem cumprindo sua missão institucional, apesar dos desafios impostos nos últimos anos, a exemplo da crise fiscal nacional, apagão, pandemia da COVID 19, entre outros impostos ao Estado do Amapá.

Dentre as inúmeras ações empreendidas para fomentar a retomada responsável e mitigar as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos da SEPLAN em 2021, a atuação junto ao Conselho Estadual de Gestão Fiscal – CEGF, início da execução dos projetos prioritários do planejamento estratégico, discussões com o Controle Interno sobre indicadores, a realização com sucesso dos leilões para concessão de energia (prevenindo uma liquidação estimada em mais de R\$ 3 BI) e saneamento (que gerou receitas de R\$ 930 milhões aos municípios, um fundo de investimentos adicionais para universalização das áreas não abrangidas de R\$ 880 milhões, além dos R\$ 3 BI para universalização urbana), entre outros avanços e evoluções que continuarão sendo trabalhadas em 2022. Aprimoramentos que poderão ser realizados inclusive em parceria com o TCE, a exemplo da estruturação do Plano de Gestão de Logística Sustentável, pauta com crescente importância, especialmente pela atuação do Consórcio da Amazônia Legal.

Destacam-se ainda o apoio para o avanço em projetos de grande impacto socioeconômico, a exemplo da regularização fundiária, que resultou no recebimento das primeiras glebas no início de 2022 e que tornará viável uma nova realidade no âmbito da governança territorial e ambiental, criando oportunidades inéditas de licenciamento e acesso a crédito para promoção do desenvolvimento sustentável. Registra-se ainda os avanços na parceria transversal, capitaneada pelo PRODAP, do Governo Digital, a exemplo do projeto com a Polícia Federal e POLITEC, e da contínua evolução de canais alternativos para comunicação com a população, a exemplo do Instagram da SEPLAN (seplan.ap):



Buscando cumprir sua missão institucional com respeito o ordenamento vigente, a exemplo da Mensagem de Governo, o Plano Anual de Trabalho – PAT, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual - LOA, Relatórios de Gestão, de Avaliação, Anuários Estatísticos, Estudos Macroeconômicos (PIB), Captação de Recursos por emendas parlamentares e estudos de Regulamentos de órgãos de governo, apresentamos o presente relatório, reiterando a disponibilidade da SEPLAN e sua equipe de prestar os esclarecimentos adicionais porventura necessários e o compromisso de apoio integral ao Controle Externo.

ANEXO I

Tabela 25 – Ordem Cronológica de Pagamento

Governo do Estado do Amapá
ORDEM CRONOLOGICA - Exercício 2021DPE

Exercício: 2021

Programação de Desembolso	Data PD	Ordem Bancária	Data OB	CPF/CNPJ	Credor	Natureza Despesa	Tipo (OB)	Despesas Pagas
Total								R\$ 7.271.187,14
150101 - 2021PD00001	05/02/2021	150101 - 2021OB00001	10/02/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Restos a pagar não processados	R\$ 187.735,64
150101 - 2021PD00002	10/02/2021	150101 - 2021OB00005	22/02/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Restos a pagar não processados	R\$ 136.390,00
150101 - 2021PD00003	12/01/2021	150101 - 2021OB00002	12/01/2021	02929977000113	AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S/A AFAP	459065	Restos a pagar processados	R\$ 3.000.000,00
150101 - 2021PD00004	12/01/2021	150101 - 2021OB00003	11/02/2021	02929977000113	AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S/A AFAP	459065	Restos a pagar processados	R\$ 650.000,00
150101 - 2021PD00005	16/02/2021	150101 - 2021OB00004	16/02/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339039	Orçamentária	R\$ 4.000,00
150101 - 2021PD00006	16/02/2021	150101 - 2021OB00006	22/02/2021	41556917287	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	339014	Orçamentária	R\$ 3.047,31
150101 - 2021PD00007	19/02/2021	150101 - 2021OB00007	22/02/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00008	04/03/2021	150101 - 2021OB00008	09/03/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$ 741,20
150101 - 2021PD00009	07/03/2021	150101 - 2021OB00009	09/03/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00010	11/03/2021	150101 - 2021OB00010	26/03/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00011	08/04/2021	150101 - 2021OB00011	09/04/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 4.942,36
150101 - 2021PD00012	08/04/2021	150101 - 2021OB00012	09/04/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00013	07/05/2021	150101 - 2021OB00013	10/05/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 549,10
150101 - 2021PD00014	07/05/2021	150101 - 2021OB00014	10/05/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00015	19/05/2021	150101 - 2021OB00015	28/05/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00016	10/06/2021	150101 - 2021OB00016	11/06/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00017	23/06/2021	150101 - 2021OB00019	09/07/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00018	25/06/2021	150101 - 2021OB00017	28/06/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$ 801,93

150101 - 2021PD00019	25/06/2021	150101 - 2021OB00018	28/06/2021	41556917287	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	339014	Orçamentária	R\$ 1.071,68
150101 - 2021PD00020	30/06/2021	150101 - 2021OB00020	09/07/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	447170	Restos a pagar não processados	R\$ 22.000,00
150101 - 2021PD00021	30/06/2021	150101 - 2021OB00021	09/07/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	317170	Restos a pagar não processados	R\$ 55.000,00
150101 - 2021PD00022	30/06/2021	150101 - 2021OB00022	09/07/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	337170	Restos a pagar não processados	R\$ 143.000,00
150101 - 2021PD00023	07/07/2021	150101 - 2021OB00023	09/07/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	317170	Orçamentária	R\$ 100.000,00
150101 - 2021PD00024	07/07/2021	150101 - 2021OB00024	09/07/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	337170	Orçamentária	R\$ 230.000,00
150101 - 2021PD00025	07/07/2021	150101 - 2021OB00025	09/07/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	447170	Orçamentária	R\$ 20.000,00
150101 - 2021PD00026	09/07/2021	150101 - 2021OB00026	13/07/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00027	04/08/2021	150101 - 2021OB00035	10/09/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00028	09/08/2021	150101 - 2021OB00036	10/09/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00029	09/08/2021	150101 - 2021OB00037	10/09/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00031	20/08/2021	150101 - 2021OB00027	26/08/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339039	Orçamentária	R\$ 4.000,00
150101 - 2021PD00032	21/08/2021	150101 - 2021OB00028	26/08/2021	93180039272	ADILTON GOMES ARAÚJO	339014	Orçamentária	R\$ 1.786,13
150101 - 2021PD00033	21/08/2021	150101 - 2021OB00029	26/08/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$ 1.037,68
150101 - 2021PD00034	27/08/2021	150101 - 2021OB00030	02/09/2021	06673090200	ONEIDE DA CRUZ PINHEIRO	339014	Orçamentária	R\$ 1.071,68
150101 - 2021PD00035	27/08/2021	150101 - 2021OB00031	02/09/2021	01259552276	TAILANE KELLY COSTA DRAGO	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00036	27/08/2021	150101 - 2021OB00032	02/09/2021	00006446256	LARIANA TEKA BARRA DE MEDEIROS	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00037	27/08/2021	150101 - 2021OB00033	02/09/2021	79168825234	ANDERSON MAYCON TAVARES LAMEIRA	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00038	27/08/2021	150101 - 2021OB00034	02/09/2021	06689825272	ANTONIO DOS SANTOS LEITE	339014	Orçamentária	R\$ 885,00

150101 - 2021PD00039	06/09/2021	150101 - 2021OB00038	10/09/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$ 5.491,46
150101 - 2021PD00040	06/09/2021	150101 - 2021OB00039	10/09/2021	79168825234	ANDERSON MAYCON TAVARES LAMEIRA	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00041	06/09/2021	150101 - 2021OB00040	10/09/2021	06689825272	ANTONIO DOS SANTOS LEITE	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00042	06/09/2021	150101 - 2021OB00041	10/09/2021	00006446256	LARIANA TEKA BARRA DE MEDEIROS	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00043	08/09/2021	150101 - 2021OB00042	10/09/2021	01370655231	SYANNE BAIA DA COSTA	339014	Orçamentária	R\$ 885,00
150101 - 2021PD00044	17/09/2021	150101 - 2021OB00043	23/09/2021	90552997234	TIAGO DE SOUZA PEREIRA	339014	Orçamentária	R\$ -
150101 - 2021PD00045	22/09/2021	150101 - 2021OB00044	23/09/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$ 186.750,00
150101 - 2021PD00046	22/09/2021	150101 - 2021OB00045	23/09/2021	04175999272	FERNANDO AUGUSTO MAGALHÃES ROMANY	339014	Orçamentária	R\$ 907,20
150101 - 2021PD00047	22/09/2021	150101 - 2021OB00046	23/09/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$ 1.185,92
150101 - 2021PD00048	22/09/2021	150101 - 2021OB00047	23/09/2021	05555833253	JOCELEVI DE SOUZA DIAS	339014	Orçamentária	R\$ 828,00
150101 - 2021PD00049	23/09/2021	150101 - 2021OB00048	28/09/2021	14437830210	JOSÉ FERNANDES CUNHA NUNES	339014	Orçamentária	R\$ 468,00
150101 - 2021PD00050	24/09/2021	150101 - 2021OB00049	28/09/2021	79168825234	ANDERSON MAYCON TAVARES LAMEIRA	339014	Orçamentária	R\$ 1.416,00
150101 - 2021PD00051	24/09/2021	150101 - 2021OB00050	28/09/2021	01370655231	SYANNE BAIA DA COSTA	339014	Orçamentária	R\$ 1.416,00
150101 - 2021PD00052	24/09/2021	150101 - 2021OB00051	28/09/2021	01259552276	TAILANE KELLY COSTA DRAGO	339014	Orçamentária	R\$ 1.416,00
150101 - 2021PD00053	24/09/2021	150101 - 2021OB00052	28/09/2021	06689825272	ANTONIO DOS SANTOS LEITE	339014	Orçamentária	R\$ 1.416,00
150101 - 2021PD00054	27/09/2021	150101 - 2021OB00053	28/09/2021	90552997234	TIAGO DE SOUZA PEREIRA	339014	Orçamentária	R\$ 1.232,08
150101 - 2021PD00055	28/09/2021	150101 - 2021OB00054	29/09/2021	41556917287	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	339014	Orçamentária	R\$ 918,59
150101 - 2021PD00056	30/09/2021	150101 - 2021OB00055	01/10/2021	79168825234	ANDERSON MAYCON TAVARES LAMEIRA	339014	Orçamentária	R\$ 708,00
150101 - 2021PD00057	30/09/2021	150101 - 2021OB00056	01/10/2021	74458590200	MILENE MIRANDA LUZ	339014	Orçamentária	R\$ 708,00
150101 - 2021PD00058	30/09/2021	150101 - 2021OB00057	01/10/2021	00006446256	LARIANA TEKA BARRA DE MEDEIROS	339014	Orçamentária	R\$ 708,00
150101 - 2021PD00059	30/09/2021	150101 - 2021OB00058	01/10/2021	06689825272	ANTONIO DOS SANTOS LEITE	339014	Orçamentária	R\$ 708,00
150101 - 2021PD00060	05/10/2021	150101 - 2021OB00059	07/10/2021	04175999272	FERNANDO AUGUSTO MAGALHÃES ROMANY	339014	Orçamentária	R\$ 129,60

150101 - 2021PD00061	06/10/2021	150101 - 2021OB00060	07/10/2021	04175999272	FERNANDO AUGUSTO MAGALHÃES ROMANY	339014	Orçamentária	R\$	561,60
150101 - 2021PD00062	06/10/2021	150101 - 2021OB00061	07/10/2021	04175999272	FERNANDO AUGUSTO MAGALHÃES ROMANY	339014	Orçamentária	R\$	907,20
150101 - 2021PD00063	08/10/2021	150101 - 2021OB00062	08/10/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$	5.491,46
150101 - 2021PD00064	20/10/2021	150101 - 2021OB00063	21/10/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$	412,41
150101 - 2021PD00065	20/10/2021	150101 - 2021OB00066	10/11/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$	193.360,00
150101 - 2021PD00066	26/10/2021	150101 - 2021OB00067	10/11/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	317170	Orçamentária	R\$	25.000,00
150101 - 2021PD00067	26/10/2021	150101 - 2021OB00068	10/11/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	447170	Orçamentária	R\$	30.000,00
150101 - 2021PD00068	28/10/2021	150101 - 2021OB00064	28/10/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$	23.812,99
150101 - 2021PD00069	04/11/2021	150101 - 2021OB00065	05/11/2021	04175999272	FERNANDO AUGUSTO MAGALHÃES ROMANY	339014	Orçamentária	R\$	993,60
150101 - 2021PD00070	08/11/2021	150101 - 2021OB00069	10/11/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$	5.491,46
150101 - 2021PD00071	08/11/2021	150101 - 2021OB00070	10/11/2021	41556917287	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	339014	Orçamentária	R\$	801,93
150101 - 2021PD00072	08/11/2021	150101 - 2021OB00071	10/11/2021	41556917287	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	339014	Orçamentária	R\$	1.667,05
150101 - 2021PD00073	11/11/2021	150101 - 2021OB00072	12/11/2021	26741466215	ANTONIO CARLOS BRITO LIMA JUNIOR	339014	Orçamentária	R\$	568,65
150101 - 2021PD00074	12/11/2021	150101 - 2021OB00073	16/11/2021	00006446256	LARIANA TEKA BARRA DE MEDEIROS	339014	Orçamentária	R\$	2.124,00
150101 - 2021PD00075	12/11/2021	150101 - 2021OB00074	16/11/2021	79168825234	ANDERSON MAYCON TAVARES LAMEIRA	339014	Orçamentária	R\$	2.124,00
150101 - 2021PD00076	12/11/2021	150101 - 2021OB00075	16/11/2021	74458590200	MILENE MIRANDA LUZ	339014	Orçamentária	R\$	2.124,00
150101 - 2021PD00077	12/11/2021	150101 - 2021OB00076	16/11/2021	06689825272	ANTONIO DOS SANTOS LEITE	339014	Orçamentária	R\$	2.124,00
150101 - 2021PD00078	24/11/2021	150101 - 2021OB00080	13/12/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$	186.750,00
150101 - 2021PD00079	24/11/2021	150101 - 2021OB00084	20/12/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$	186.750,00
150101 - 2021PD00080	24/11/2021	150101 - 2021OB00085	20/12/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$	41.089,00
150101 - 2021PD00081	25/11/2021	150101 - 2021OB00077	26/11/2021	57669392215	CARLOS ALEXANDRE MONTEIRO SILVA	339014	Orçamentária	R\$	1.071,68

150101 - 2021PD00082	25/11/2021	150101 - 2021OB00078	26/11/2021	27872050200	RICHARD DIAS DA COSTA	339014	Orçamentária	R\$	852,98
150101 - 2021PD00083	25/11/2021	150101 - 2021OB00079	26/11/2021	56115210291	TARABEY GOMES BRITO	339014	Orçamentária	R\$	852,98
150101 - 2021PD00084	25/11/2021	150101 - 2021OB00086	20/12/2021	18025604000158	PREMIERE & COMERCIO LTDA - ME	339030	Orçamentária	R\$	5.100,00
150101 - 2021PD00085	02/12/2021	150101 - 2021OB00081	15/12/2021	00735723907	EDUARDO CORREA TAVARES	339014	Orçamentária	R\$	741,20
150101 - 2021PD00086	03/12/2021	150101 - 2021OB00087	20/12/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$	5.491,46
150101 - 2021PD00087	03/12/2021	150101 - 2021OB00088	20/12/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$	186.750,00
150101 - 2021PD00088	06/12/2021	150101 - 2021OB00082	15/12/2021	15129063287	CARLOS ALBERTO MADUREIRA DE BRITO	339014	Orçamentária	R\$	756,00
150101 - 2021PD00089	06/12/2021	150101 - 2021OB00083	15/12/2021	38842742287	REINALDO VAZ DOS SANTOS	339014	Orçamentária	R\$	756,00
150101 - 2021PD00090	10/12/2021	150101 - 2021OB00089	20/12/2021	34941930000161	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	339039	Orçamentária	R\$	5.491,46
150101 - 2021PD00091	10/12/2021	150101 - 2021OB00090	20/12/2021	72624679000109	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	339039	Orçamentária	R\$	186.750,00
150101 - 2021PD00092	20/12/2021	150101 - 2021OB00091	22/12/2021	33733453000186	CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL	337170	Orçamentária	R\$	95.000,00
150101 - 2021PD00093	20/12/2021	150101 - 2021OB00092	22/12/2021	01021577000142	OFFICE PAPELARIA EIRELI	339030	Orçamentária	R\$	99.631,00
150101 - 2021PD00094	20/12/2021	150101 - 2021OB00093	22/12/2021	08768532000185	CONSEPLAN-CONS.NACIONAL DE SEC. EST. DE PLANEJA	335041	Orçamentária	R\$	25.000,00
150101 - 2021PD00095	23/12/2021	150101 - 2021OB00094	28/12/2021	07832586000108	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	339033	Orçamentária	R\$	8.907,47
150101 - 2021PD00096	29/12/2021	150101 - 2021OB00095	30/12/2021	07832586000108	DF TURISMO E EVENTOS LTDA	339033	Orçamentária	R\$	1.771,24

Fonte: SIAFE/AP/Financeiro

Tabela 26 – Quadro de Detalhamento de Despesa Inicial

Exercício: 2021

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Função	Sub-função	Fonte	Identificador de Uso	Natureza	Município	Valor
Total						21.204.021,00
15101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO						21.204.021,00
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS						2.099.003,00
2300 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SEPLAN						2.099.003,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	122 - Administração Geral	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	80.000,00
				339030 - Material de Consumo	160000 - Estado do Amapá	240.000,00
				339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	160000 - Estado do Amapá	400.000,00
				339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	160000 - Estado do Amapá	50.000,00
				339037 - Locação de Mão-de-Obra	160000 - Estado do Amapá	420.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	620.000,00
				339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	160000 - Estado do Amapá	40.000,00
				339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	160000 - Estado do Amapá	100.000,00
				339093 - Indenizações e Restituições	160000 - Estado do Amapá	20.000,00
				449052 - Equipamentos e Material Permanente	160000 - Estado do Amapá	129.003,00
0007 - AMAPÁ EMPREENDEDOR						5.874.264,00
0004 - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA AFAP						5.874.264,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	694 - Serviços Financeiros	107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPQ, RI, RVM, ORP, RS, MUM, OI, OR e RDAT)	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	459065 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	160000 - Estado do Amapá	4.327.383,00
		130 - Recursos do Tesouro Verde - RTV	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	459065 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	160000 - Estado do Amapá	1.546.881,00
0048 - GESTÃO DA POLÍTICA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ESTADUAL						11.139.500,00
2014 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS DO ESTADO DO AMAPÁ						60.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	10.000,00
				339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	160000 - Estado do Amapá	25.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	25.000,00
2015 - REALIZAR PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS.						60.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	10.000,00
				339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	160000 - Estado do Amapá	25.000,00

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Função	Sub-função	Fonte	Identificador de Uso	Natureza	Município	Valor
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	25.000,00
2016 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL						60.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	10.000,00
				339035 - Serviços de Consultoria	160000 - Estado do Amapá	25.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	25.000,00
2017 - GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS						10.300.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	20.000,00
				339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	160000 - Estado do Amapá	30.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	2.250.000,00
		174 - Operações de Crédito Internas - BNDES	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	8.000.000,00
2018 - GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA O AMAPÁ						60.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	15.000,00
				339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	160000 - Estado do Amapá	20.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	25.000,00
2073 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO						190.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	126 - Tecnologia da Informação	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	10.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	30.000,00
				339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	30.000,00
				449052 - Equipamentos e Material Permanente	160000 - Estado do Amapá	120.000,00
2296 - GESTÃO E ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO						409.500,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	20.000,00
				339035 - Serviços de Consultoria	160000 - Estado do Amapá	249.500,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	140.000,00
0049 - ZONEAMENTO ECONÔMICO E ECOLÓGICO DO AMAPÁ						430.000,00
2703 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ						430.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	127 - Ordenamento Territorial	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	335041 - Contribuições	160000 - Estado do Amapá	200.000,00
				339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	30.000,00

Unidade Orçamentária / Programa / Ação / Função	Sub-função	Fonte	Identificador de Uso	Natureza	Município	Valor
04 - ADMINISTRAÇÃO	127 - Ordenamento Territorial	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	445041 - Contribuições	160000 - Estado do Amapá	200.000,00
0071 - TESOIRO VERDE - EIXO GESTÃO E FINANÇAS						1.031.254,00
2000 - OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA TESOIRO VERDE - SEPLAN						1.031.254,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	130 - Recursos do Tesouro Verde - RTV	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	531.254,00
				449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	500.000,00
0072 - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA LEGAL						500.000,00
2032 - APOIO AO PROGRAMA CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL						500.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	160000 - Estado do Amapá	125.000,00
				337170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	160000 - Estado do Amapá	325.000,00
				447170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	160000 - Estado do Amapá	50.000,00
0073 - GESTÃO DE INFORMAÇÕES ESPECIALIZADAS DO AMAPÁ						130.000,00
2033 - ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA BASE CARTOGRÁFICA DO AMAPÁ						130.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	121 - Planejamento e Orçamento	101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	0 - Recursos não comprometidos com contrapartida	339014 - Diárias - Civil	160000 - Estado do Amapá	10.000,00
				339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160000 - Estado do Amapá	40.000,00
				449052 - Equipamentos e Material Permanente	160000 - Estado do Amapá	80.000,00

Fonte: SIAFE/AP

Tabela 27 - Quadro de Detalhamento de Despesa Final

Exercício: 2021

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte / Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada	Crédito disponível
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO		21.204.021,00	945.763,00	22.149.784,00	10.667.461,10
1151010412100482014 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS DO ESTADO DO AMAPÁ		60.000,00	-58.928,00	1.072,00	0,32
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		60.000,00	-58.928,00	1.072,00	0,32
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		60.000,00	-58.928,00	1.072,00	0,32
339014 - Diárias - Civil	Amapá	10.000,00	-8.928,00	1.072,00	0,32
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
1151010412100482015 - REALIZAR PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS E FISCAIS.		60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	Amapá	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
1151010412100482016 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL		60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		60.000,00	-60.000,00	0,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	Amapá	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00
339035 - Serviços de Consultoria	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
1151010412100482017 - GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS		10.300.000,00	1.140.539,00	11.440.539,00	8.000.000,69
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		10.300.000,00	1.140.539,00	11.440.539,00	8.000.000,69
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		2.300.000,00	202.569,00	2.502.569,00	0,69
339014 - Diárias - Civil	Amapá	20.000,00	7.120,00	27.120,00	0,69
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	2.250.000,00	225.449,00	2.475.449,00	0,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI, RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)		0,00	937.970,00	937.970,00	0,00
332041 - Contribuições	Amapá	0,00	354.000,00	354.000,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
442041 - Contribuições	Amapá	0,00	583.970,00	583.970,00	0,00

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte / Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada	Crédito disponível
174 - Operações de Crédito Internas - BNDES		8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00
449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00
1151010412100482018 - GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA O AMAPÁ		60.000,00	-54.972,00	5.028,00	0,10
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		60.000,00	-54.972,00	5.028,00	0,10
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		60.000,00	-54.972,00	5.028,00	0,10
339014 - Diárias - Civil	Amapá	15.000,00	-9.972,00	5.028,00	0,10
339030 - Material de Consumo	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	25.000,00	-25.000,00	0,00	0,00
1151010412100482296 - GESTÃO E ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO		409.500,00	-408.267,00	1.233,00	0,92
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		409.500,00	-408.267,00	1.233,00	0,92
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		409.500,00	-408.267,00	1.233,00	0,92
339014 - Diárias - Civil	Amapá	20.000,00	-18.767,00	1.233,00	0,92
339035 - Serviços de Consultoria	Amapá	249.500,00	-249.500,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	140.000,00	-140.000,00	0,00	0,00
1151010412100712000 - OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA TESOUREIRO VERDE - SEPLAN		1.031.254,00	0,00	1.031.254,00	1.031.254,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		1.031.254,00	0,00	1.031.254,00	1.031.254,00
130 - Recursos do Tesouro Verde - RTV		1.031.254,00	0,00	1.031.254,00	1.031.254,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	531.254,00	0,00	531.254,00	531.254,00
449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00
1151010412100722032 - APOIO AO PROGRAMA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA AMAZÔNIA LEGAL		500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	Amapá	125.000,00	0,00	125.000,00	0,00
337170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	Amapá	325.000,00	0,00	325.000,00	0,00
447170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	Amapá	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00
1151010412100732033 - ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA BASE CARTOGRÁFICA DO AMAPÁ		130.000,00	-130.000,00	0,00	0,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		130.000,00	-130.000,00	0,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		130.000,00	-130.000,00	0,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	Amapá	10.000,00	-10.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	80.000,00	-80.000,00	0,00	0,00
1151010412200052300 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SEPLAN		2.099.003,00	-1.764.854,00	334.149,00	89.322,31

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte / Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada	Crédito disponível
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		2.099.003,00	-1.764.854,00	334.149,00	89.322,31
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		2.099.003,00	-1.764.854,00	334.149,00	89.322,31
335041 - Contribuições	Amapá	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	Amapá	80.000,00	-49.480,00	30.520,00	0,54
339030 - Material de Consumo	Amapá	240.000,00	-135.269,00	104.731,00	0,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	Amapá	400.000,00	-300.000,00	100.000,00	89.321,29
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Amapá	50.000,00	-50.000,00	0,00	0,00
339037 - Locação de Mão-de-Obra	Amapá	420.000,00	-420.000,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	620.000,00	-546.102,00	73.898,00	0,48
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	Amapá	40.000,00	-40.000,00	0,00	0,00
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	Amapá	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00
339093 - Indenizações e Restituições	Amapá	20.000,00	-20.000,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	129.003,00	-129.003,00	0,00	0,00
1151010412600482073 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		190.000,00	-106.680,00	83.320,00	0,96
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		190.000,00	-106.680,00	83.320,00	0,96
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		190.000,00	-106.680,00	83.320,00	0,96
339014 - Diárias - Civil	Amapá	10.000,00	-7.222,00	2.778,00	0,36
339030 - Material de Consumo	Amapá	0,00	15.800,00	15.800,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Amapá	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00
339040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00
449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	Amapá	0,00	12.619,40	12.619,40	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	Amapá	120.000,00	-67.877,40	52.122,60	0,60
1151010412700492703 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ		430.000,00	-423.692,00	6.308,00	0,80
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		430.000,00	-423.692,00	6.308,00	0,80
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		430.000,00	-423.692,00	6.308,00	0,80
335041 - Contribuições	Amapá	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00
339014 - Diárias - Civil	Amapá	30.000,00	-23.692,00	6.308,00	0,80
445041 - Contribuições	Amapá	200.000,00	-200.000,00	0,00	0,00
104 - Outras Transferências da União - OTU (FUNDO PETROBRAS, EMENDAS IND. IMPOSITIVAS)		0,00	0,00	0,00	0,00
335041 - Contribuições	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)		0,00	0,00	0,00	0,00
335041 - Contribuições	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
445041 - Contribuições	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade Gestora / Programa de Trabalho / Identificador de Uso / Fonte / Natureza	Município	Dotação Inicial	Alterações	Dotação Atualizada	Crédito disponível
1151012369400070004 - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA AFAP		5.874.264,00	2.872.617,00	8.746.881,00	1.546.881,00
0 - Recursos não comprometidos com contrapartida		5.874.264,00	2.872.617,00	8.746.881,00	1.546.881,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).		0,00	0,00	0,00	0,00
459065 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)		4.327.383,00	2.872.617,00	7.200.000,00	0,00
459065 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	Amapá	4.327.383,00	2.872.617,00	7.200.000,00	0,00
130 - Recursos do Tesouro Verde - RTV		1.546.881,00	0,00	1.546.881,00	1.546.881,00
459065 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	Amapá	1.546.881,00	0,00	1.546.881,00	1.546.881,00

Fonte: SIAFE/AP

Tabela 28 – Balancete 12

Unidade Gestora			Mês	Saldos Zerados	Valor
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			12/2021	Não	Acumulado
Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
100000000 - ATIVO	542.388.220,98	7.381.686,27	4.000,00	549.765.907,25	D
110000000 - ATIVO CIRCULANTE	385.670.947,51	181.686,27	4.000,00	385.848.633,78	D
111000000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.524,25	0,00	0,00	17.524,25	D
111100000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	17.524,25	0,00	0,00	17.524,25	D
111110000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	17.524,25	0,00	0,00	17.524,25	D
111111900 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	9.795,34	0,00	0,00	9.795,34	D
111111916 - DEMAIS CONTAS - BANCO SANTANDER S/A	3.476,02	0,00	0,00	3.476,02	D
111111917 - DEMAIS CONTAS - BANCO HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	6.319,32	0,00	0,00	6.319,32	D
111115000 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	7.728,91	0,00	0,00	7.728,91	D
111115003 - FUNDOS DE INVESTIMENTO	7.728,91	0,00	0,00	7.728,91	D
113000000 - DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	384.254.367,15	82.055,27	4.000,00	384.332.422,42	D
113100000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	361.803.076,54	82.055,27	4.000,00	361.881.131,81	D
113110000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	64.184.873,05	82.055,27	4.000,00	64.262.928,32	D
113110100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	34.413.839,59	74.055,27	0,00	34.487.894,86	D
113110101 - SALÁRIOS E ORDENADOS - ADIANTAMENTOS	34.261.307,43	0,00	0,00	34.261.307,43	D
113110105 - VIAGENS - ADIANTAMENTO	152.532,16	74.055,27	0,00	226.587,43	D
113110200 - SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.000,00	8.000,00	4.000,00	8.000,00	D
113110201 - SUPRIMENTOS DE FUNDOS	4.000,00	8.000,00	4.000,00	8.000,00	D
113119900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	29.767.033,46	0,00	0,00	29.767.033,46	D
113119901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	29.767.033,46	0,00	0,00	29.767.033,46	D
113120000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTRA OFSS	62.920.158,80	0,00	0,00	62.920.158,80	D
113120100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	5.503.517,23	0,00	0,00	5.503.517,23	D

113120101 - SALÁRIOS E ORDENADOS - ADIANTAMENTOS	5.503.517,23	0,00	0,00	5.503.517,23	D
113129900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	57.416.641,57	0,00	0,00	57.416.641,57	D
113129901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	57.416.641,57	0,00	0,00	57.416.641,57	D
113130000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO	232.698.044,69	0,00	0,00	232.698.044,69	D
113139900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	232.698.044,69	0,00	0,00	232.698.044,69	D
113139901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	232.698.044,69	0,00	0,00	232.698.044,69	D
113150000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	D
113159900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	D
113159901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	D
113400000 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	5.036.245,06	0,00	0,00	5.036.245,06	D
113410000 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO-CONSOLIDAÇÃO	5.036.245,06	0,00	0,00	5.036.245,06	D
113410100 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO DECORRENTES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	5.036.245,06	0,00	0,00	5.036.245,06	D
113410101 - CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	241.222,53	0,00	0,00	241.222,53	D
113410199 - OUTROS CRÉDITOS POR DANO AO PATRIMÔNIO - CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	4.795.022,53	0,00	0,00	4.795.022,53	D
113500000 - DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	64.150,51	0,00	0,00	64.150,51	D
113510000 - DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	64.150,51	0,00	0,00	64.150,51	D
113510100 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RELATIVOS A CONTRATOS OU CONVENCÕES	769,05	0,00	0,00	769,05	D
113510101 - DEPOSITOS E CAUCOES	769,05	0,00	0,00	769,05	D
113519900 - OUTROS DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	63.381,46	0,00	0,00	63.381,46	D
113519901 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	63.381,46	0,00	0,00	63.381,46	D
113800000 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	17.350.895,04	0,00	0,00	17.350.895,04	D
113810000 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	17.328.695,04	0,00	0,00	17.328.695,04	D
113810600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	17.328.695,04	0,00	0,00	17.328.695,04	D

113810618 - DEPOSITOS JUDICIAIS	6.075.677,13	0,00	0,00	6.075.677,13	D
113810697 - VALORES EM TRANSITO A REGULARIZAR - SALDOS ANTERIORES - P	14.256,16	0,00	0,00	14.256,16	D
113810698 - VALORES EM TRANSITO A REGULARIZAR - SALDOS ANTERIORES - F	11.238.761,75	0,00	0,00	11.238.761,75	D
113850000 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	22.200,00	0,00	0,00	22.200,00	D
113850600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	22.200,00	0,00	0,00	22.200,00	D
113850609 - OUTROS VALORES EM TRANSITO	22.200,00	0,00	0,00	22.200,00	D
115000000 - ESTOQUES	1.399.056,11	99.631,00	0,00	1.498.687,11	D
115600000 - ALMOXARIFADO	1.399.056,11	99.631,00	0,00	1.498.687,11	D
115610000 - ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	1.399.056,11	99.631,00	0,00	1.498.687,11	D
115610100 - MATERIAL DE CONSUMO	1.089.319,60	0,00	0,00	1.089.319,60	D
115610101 - MATERIAL DE CONSUMO	1.089.319,60	0,00	0,00	1.089.319,60	D
115610200 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	148.024,41	0,00	0,00	148.024,41	D
115610201 - GENEROS ALIMENTICIOS	148.024,41	0,00	0,00	148.024,41	D
115610700 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	99.631,00	0,00	99.631,00	D
115610701 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	99.631,00	0,00	99.631,00	D
115619900 - OUTROS - ALMOXARIFADO	161.712,10	0,00	0,00	161.712,10	D
115619901 - OUTROS MATERIAL DE CONSUMO	161.712,10	0,00	0,00	161.712,10	D
120000000 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	156.717.273,47	7.200.000,00	0,00	163.917.273,47	D
121000000 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.917.087,17	0,00	0,00	8.917.087,17	D
121200000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	7.917.087,17	0,00	0,00	7.917.087,17	D
121210000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	7.916.272,30	0,00	0,00	7.916.272,30	D
121219800 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	7.916.272,30	0,00	0,00	7.916.272,30	D
121219899 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	7.916.272,30	0,00	0,00	7.916.272,30	D
121230000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - INTER OFSS - UNLÃO	814,87	0,00	0,00	814,87	D
121239800 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	814,87	0,00	0,00	814,87	D
121239899 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	814,87	0,00	0,00	814,87	D
121300000 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D

121310000 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
121310100 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
121310199 - OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
122000000 - INVESTIMENTOS	107.106.370,13	7.200.000,00	0,00	114.306.370,13	D
122100000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	107.106.370,13	7.200.000,00	0,00	114.306.370,13	D
122110000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	102.456.370,13	0,00	0,00	102.456.370,13	D
122110100 - PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	102.456.370,13	0,00	0,00	102.456.370,13	D
122110101 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS	102.456.370,13	0,00	0,00	102.456.370,13	D
122140000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTER OFSS - ESTADO	4.650.000,00	7.200.000,00	0,00	11.850.000,00	D
122140200 - PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	4.650.000,00	7.200.000,00	0,00	11.850.000,00	D
122140206 - ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	4.650.000,00	7.200.000,00	0,00	11.850.000,00	D
123000000 - IMOBILIZADO	40.693.816,17	0,00	0,00	40.693.816,17	D
123100000 - BENS MOVEIS	14.901.656,98	0,00	0,00	14.901.656,98	D
123110000 - BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	14.901.656,98	0,00	0,00	14.901.656,98	D
123110100 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.238.684,53	0,00	0,00	3.238.684,53	D
123110102 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	73.423,43	0,00	0,00	73.423,43	D
123110105 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.463,00	0,00	0,00	2.463,00	D
123110106 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2.970.683,23	0,00	0,00	2.970.683,23	D
123110107 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	38.914,84	0,00	0,00	38.914,84	D
123110109 - MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	249,00	0,00	0,00	249,00	D
123110114 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	238,00	0,00	0,00	238,00	D
123110119 - MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	1.698,50	0,00	0,00	1.698,50	D
123110121 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	330,00	0,00	0,00	330,00	D
123110199 - OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	150.684,53	0,00	0,00	150.684,53	D

123110200 - BENS DE INFORMÁTICA	1.650.623,48	0,00	0,00	1.650.623,48	D
123110201 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.328.967,19	0,00	0,00	1.328.967,19	D
123110202 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	321.656,29	0,00	0,00	321.656,29	D
123110300 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.092.994,32	0,00	0,00	3.092.994,32	D
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMESTICOS	38.689,02	0,00	0,00	38.689,02	D
123110302 - MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	130.430,42	0,00	0,00	130.430,42	D
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	2.923.874,88	0,00	0,00	2.923.874,88	D
123110400 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	294.611,85	0,00	0,00	294.611,85	D
123110401 - BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	1.264,00	0,00	0,00	1.264,00	D
123110402 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	282.113,85	0,00	0,00	282.113,85	D
123110404 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	1.363,00	0,00	0,00	1.363,00	D
123110405 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.431,00	0,00	0,00	1.431,00	D
123110406 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	8.440,00	0,00	0,00	8.440,00	D
123110500 - VEÍCULOS	2.136.224,44	0,00	0,00	2.136.224,44	D
123110501 - VEÍCULOS EM GERAL	282.000,00	0,00	0,00	282.000,00	D
123110503 - VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	1.826.878,87	0,00	0,00	1.826.878,87	D
123110505 - AERONAVES	5.405,47	0,00	0,00	5.405,47	D
123110506 - EMBARCAÇÕES	21.940,10	0,00	0,00	21.940,10	D
123110900 - ARMAMENTOS	184.506,09	0,00	0,00	184.506,09	D
123110901 - ARMAMENTOS	184.506,09	0,00	0,00	184.506,09	D
123119900 - DEMAIS BENS MÓVEIS	4.304.012,27	0,00	0,00	4.304.012,27	D
123119999 - OUTROS BENS MÓVEIS	4.304.012,27	0,00	0,00	4.304.012,27	D
123200000 - BENS IMÓVEIS	25.792.159,19	0,00	0,00	25.792.159,19	D
123210000 - BENS IMÓVEIS- CONSOLIDAÇÃO	25.792.159,19	0,00	0,00	25.792.159,19	D
123210100 - BENS DE USO ESPECIAL	25.792.159,19	0,00	0,00	25.792.159,19	D
123210101 - IMÓVEIS RESIDENCIAIS	268.165,59	0,00	0,00	268.165,59	D
123210103 - EDIFÍCIOS	9.210.555,03	0,00	0,00	9.210.555,03	D
123210104 - TERRENOS/GLEBAS	16.313.438,57	0,00	0,00	16.313.438,57	D
200000000 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	428.671.486,07	7.272.419,22	10.822.419,22	432.221.486,07	C
210000000 - PASSIVO CIRCULANTE	63.317.512,75	7.272.419,22	10.822.419,22	66.867.512,75	C

213000000 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213100000 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213110000 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213110100 - FORNECEDORES NACIONAIS	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213110101 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
218000000 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	58.667.511,75	83.287,35	83.287,35	58.667.511,75	C
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	12.506.377,35	0,00	0,00	12.506.377,35	C
218810000 - VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	6.861.213,07	0,00	0,00	6.861.213,07	C
218810300 - DEPOSITOS JUDICIAIS	19.716,95	0,00	0,00	19.716,95	C
218810301 - DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	19.716,95	0,00	0,00	19.716,95	C
218810400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	5.201.112,77	0,00	0,00	5.201.112,77	C
218810402 - DEPOSITOS ESPECIAIS	2.366.921,60	0,00	0,00	2.366.921,60	C
218810499 - OUTROS DEPOSITOS	2.834.191,17	0,00	0,00	2.834.191,17	C
218819900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.640.383,35	0,00	0,00	1.640.383,35	C
218819901 - CHEQUES SALARIOS /CREDITOS A COMPENSAR	71.848,66	0,00	0,00	71.848,66	C
218819902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	21.305,04	0,00	0,00	21.305,04	C
218819903 - VENCIMENTOS E SALARIOS NÃO RECLAMADOS	232.559,66	0,00	0,00	232.559,66	C
218819904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	1.314.669,99	0,00	0,00	1.314.669,99	C
218820000 - VALORES RESTITUÍVEIS ? INTRA OFSS	5.492.465,69	0,00	0,00	5.492.465,69	C
218820400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	5.328.959,89	0,00	0,00	5.328.959,89	C
218820499 - OUTROS DEPOSITOS	5.328.959,89	0,00	0,00	5.328.959,89	C
218829900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	163.505,80	0,00	0,00	163.505,80	C
218829902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	1.420,86	0,00	0,00	1.420,86	C
218829903 - VENCIMENTOS E SALARIOS NÃO RECLAMADOS	317,00	0,00	0,00	317,00	C
218829904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	161.767,94	0,00	0,00	161.767,94	C
218830000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	101.315,95	0,00	0,00	101.315,95	C
218839900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	101.315,95	0,00	0,00	101.315,95	C

218839902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	44,00	0,00	0,00	44,00	C
218839904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	101.271,95	0,00	0,00	101.271,95	C
218850000 - VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	51.382,64	0,00	0,00	51.382,64	C
218850400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	51.330,24	0,00	0,00	51.330,24	C
218850499 - OUTROS DEPOSITOS	51.330,24	0,00	0,00	51.330,24	C
218859900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	52,40	0,00	0,00	52,40	C
218859902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	20,00	0,00	0,00	20,00	C
218859904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	32,40	0,00	0,00	32,40	C
218900000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	46.161.134,40	83.287,35	83.287,35	46.161.134,40	C
218910000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	46.161.134,40	83.287,35	83.287,35	46.161.134,40	C
218919800 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	46.161.134,40	0,00	0,00	46.161.134,40	C
218919802 - RECEITAS A CLASSIFICAR	46.161.134,40	0,00	0,00	46.161.134,40	C
230000000 - PATRIMÔNIO LIQUIDO	365.353.973,32	0,00	0,00	365.353.973,32	C
237000000 - RESULTADOS ACUMULADOS	365.353.973,32	0,00	0,00	365.353.973,32	C
237100000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	365.353.973,32	0,00	0,00	365.353.973,32	C
237110000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	356.601.262,41	0,00	0,00	356.601.262,41	C
237110200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	356.601.262,41	0,00	0,00	356.601.262,41	C
237110201 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	356.601.262,41	0,00	0,00	356.601.262,41	C
237120000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	8.752.710,91	0,00	0,00	8.752.710,91	C
237120200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.752.710,91	0,00	0,00	8.752.710,91	C
237120201 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.752.710,91	0,00	0,00	8.752.710,91	C
300000000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	3.443.500,87	0,00	3.443.500,87	D
330000000 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.698.500,87	0,00	2.698.500,87	D
331000000 - USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331100000 - CONSUMO DE MATERIAL	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331110000 - CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D

331119900 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331119901 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
332000000 - SERVIÇOS	0,00	2.693.400,87	0,00	2.693.400,87	D
332300000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.693.400,87	0,00	2.693.400,87	D
332310000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.693.400,87	0,00	2.693.400,87	D
332315600 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	10.678,71	0,00	10.678,71	D
332315699 - OUTRAS DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	10.678,71	0,00	10.678,71	D
332319900 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.682.722,16	0,00	2.682.722,16	D
332319901 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.682.722,16	0,00	2.682.722,16	D
350000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	745.000,00	0,00	745.000,00	D
353000000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353100000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353110000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353110200 - AUXÍLIOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353110203 - OUTROS AUXÍLIOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
357000000 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357200000 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357210000 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357210700 - DEMAIS VPD COM DELEGAÇÃO	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357210701 - DEMAIS VPD COM DELEGAÇÃO	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
400000000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
450000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451000000 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451100000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451120000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C

451120200 - REPASSE RECEBIDO	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451120201 - REPASSE RECEBIDO	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
500000000 - CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.221.583,92	57.735.920,12	23.165.843,22	39.791.660,82	D
520000000 - ORÇAMENTO APROVADO	0,00	57.735.920,12	23.165.843,22	34.570.076,90	D
522000000 - FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00	57.735.920,12	23.165.843,22	34.570.076,90	D
522100000 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	45.225.475,40	23.075.691,40	22.149.784,00	D
522110000 - DOTAÇÃO INICIAL	0,00	21.204.021,00	0,00	21.204.021,00	D
522110100 - CREDITO INICIAL	0,00	21.204.021,00	0,00	21.204.021,00	D
522110101 - CREDITO INICIAL	0,00	21.204.021,00	0,00	21.204.021,00	D
522120000 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	0,00	8.296.266,00	0,00	8.296.266,00	D
522120100 - CREDITO ADICIONAL ? SUPLEMENTAR	0,00	8.296.266,00	0,00	8.296.266,00	D
522120101 - CREDITO SUPLEMENTAR	0,00	8.296.266,00	0,00	8.296.266,00	D
522130100 - SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	555.326,00	0,00	555.326,00	D
522130101 - SUPERAVIT FINANCEIRO - SUPLEMENTAR	0,00	555.326,00	0,00	555.326,00	D
522130200 - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	D
522130201 - EXCESSO DE ARRECADACAO - SUPLEMENTAR	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	D
522130300 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	0,00	7.240.940,00	0,00	7.240.940,00	D
522130301 - ANULACAO DE DOTACAO - SUPLEMENTAR	0,00	7.240.940,00	0,00	7.240.940,00	D
522130900 - (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522130901 - (-) CANCELAMENTO DE DOTACOES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522139900 - VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00	7.350.503,00	8.296.266,00	-945.763,00	D
522139901 - VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE	0,00	7.350.503,00	8.296.266,00	-945.763,00	D
522190000 - CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00	78.419,40	7.428.922,40	-7.350.503,00	D
522190101 - ACRESCIMO	0,00	78.419,40	0,00	78.419,40	D
522190109 - (-) REDUÇÃO	0,00	0,00	78.419,40	78.419,40	C
522190400 - (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522190401 - (-)CANCELAMENTO DE DOTACOES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522300000 - DETALHAMENTO DE CREDITO	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D

522310000 - CREDITOS A DETALHAR	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522310100 - CREDITOS A DETALHAR	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522310101 - CREDITOS A DETALHAR	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522900000 - OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	11.572.474,72	90.151,82	11.482.322,90	D
522920000 - EMPENHOS POR EMISSÃO	0,00	11.572.474,72	90.151,82	11.482.322,90	D
522920100 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	0,00	11.572.474,72	90.151,82	11.482.322,90	D
522920101 - EMISSAO DE EMPENHOS	0,00	11.572.474,72	0,00	11.572.474,72	D
522920103 - (-) ANULAÇÃO DE EMPENHOS	0,00	0,00	90.151,82	90.151,82	C
530000000 - INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	5.221.583,92	0,00	0,00	5.221.583,92	D
531000000 - INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	571.582,92	0,00	0,00	571.582,92	D
531100000 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	571.582,92	0,00	0,00	571.582,92	D
531110000 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	571.582,92	0,00	0,00	571.582,92	D
531110100 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	571.582,92	0,00	0,00	571.582,92	D
531110101 - RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	571.582,92	0,00	0,00	571.582,92	D
532000000 - INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	4.650.001,00	0,00	0,00	4.650.001,00	D
532100000 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	0,00	4.650.000,00	D
532110000 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	0,00	4.650.000,00	D
532110100 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	0,00	4.650.000,00	D
532110101 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	0,00	4.650.000,00	D
532200000 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532210000 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532210100 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532210101 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
600000000 - CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.221.583,92	66.339.559,64	100.909.636,54	39.791.660,82	C
620000000 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	61.573.851,08	96.143.927,98	34.570.076,90	C
622000000 - EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	61.573.851,08	96.143.927,98	34.570.076,90	C
622100000 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	0,00	48.127.112,10	70.276.896,10	22.149.784,00	C
622110000 - CREDITO DISPONÍVEL	0,00	27.309.870,12	37.977.331,22	10.667.461,10	C
622110100 - CREDITO DISPONÍVEL	0,00	27.309.870,12	37.977.331,22	10.667.461,10	C
622110101 - CREDITO DISPONÍVEL	0,00	27.309.870,12	37.977.331,22	10.667.461,10	C
622130000 - CREDITO UTILIZADO	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C

622130100 - CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	10.367.213,32	11.572.474,72	1.205.261,40	C
622130101 - CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	10.367.213,32	11.572.474,72	1.205.261,40	C
622130300 - CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	3.078.293,58	10.278.293,58	7.200.000,00	C
622130301 - CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	3.078.293,58	10.278.293,58	7.200.000,00	C
622130400 - CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	1.232,08	3.078.293,58	3.077.061,50	C
622130401 - CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	1.232,08	3.078.293,58	3.077.061,50	C
622300000 - DETALHAMENTO DE CREDITO	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622310000 - CREDITOS DETALHADOS	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622310100 - CREDITOS DETALHADOS	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622310101 - CREDITOS DETALHADOS	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622900000 - OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C
622920000 - EMISSAO DE EMPENHO	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C
622920100 - EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C
622920101 - EMPENHOS A LIQUIDAR	0,00	10.367.213,32	11.572.474,72	1.205.261,40	C
622920103 - EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	3.078.293,58	10.278.293,58	7.200.000,00	C
622920104 - EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	0,00	1.232,08	3.078.293,58	3.077.061,50	C
630000000 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	5.221.583,92	4.765.708,56	4.765.708,56	5.221.583,92	C
631000000 - EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	571.582,92	1.115.708,56	1.115.708,56	571.582,92	C
631400000 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	544.125,64	544.125,64	C
631410000 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	544.125,64	544.125,64	C
631410100 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	544.125,64	544.125,64	C
631410101 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	544.125,64	544.125,64	C
631900000 - RP NÃO PROCESSADOS CANCELADOS	0,00	0,00	27.457,28	27.457,28	C
631990000 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	27.457,28	27.457,28	C
631990100 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	27.457,28	27.457,28	C
631990101 - OUTROS CANCELAMENTOS DE RP	0,00	0,00	27.457,28	27.457,28	C
632000000 - EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	4.650.001,00	3.650.000,00	3.650.000,00	4.650.001,00	C
632100000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632110000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632110100 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C

632110101 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632200000 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00	C
632210000 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00	C
632210100 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00	C
632210101 - RP PROCESSADOS PAGOS	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00	C
700000000 - CONTROLES DEVEDORES	4.121.789.632,15	4.386.500.308,32	461.305.155,93	8.046.984.784,54	D
710000000 - ATOS POTENCIAIS	6.174.000,00	1.916.030,00	0,00	8.090.030,00	D
712000000 - ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.174.000,00	1.916.030,00	0,00	8.090.030,00	D
712200000 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712210000 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712210100 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712210101 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712300000 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	220.000,00	500.000,00	0,00	720.000,00	D
712310000 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CONSOLIDAÇÃO	220.000,00	500.000,00	0,00	720.000,00	D
712310200 - CONTRATOS DE SERVIÇOS	220.000,00	500.000,00	0,00	720.000,00	D
712310201 - CONTRATOS DE SERVIÇOS	220.000,00	500.000,00	0,00	720.000,00	D
720000000 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.105.505.827,99	4.371.263.773,83	461.303.923,85	8.015.465.677,97	D
721000000 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	7.272.419,22	1.232,08	4.112.777.015,13	D
721100000 - CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	4.105.505.827,99	7.272.419,22	1.232,08	4.112.777.015,13	D
721110000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.105.505.827,99	7.272.419,22	1.232,08	4.112.777.015,13	D
721110100 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	7.272.419,22	1.232,08	4.112.777.015,13	D
721110101 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	7.272.419,22	1.232,08	4.112.777.015,13	D
722000000 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	0,00	16.478.121,24	1.055.326,00	15.422.795,24	D
722100000 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	0,00	16.478.121,24	1.055.326,00	15.422.795,24	D
722110000 - CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	0,00	16.478.121,24	1.055.326,00	15.422.795,24	D
722110100 - CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	16.478.121,24	1.055.326,00	15.422.795,24	D
722110101 - CONTROLE DAS COTAS FINANCEIRAS POR LIQUIDACAO	0,00	16.478.121,24	1.055.326,00	15.422.795,24	D
723000000 - INSCRIÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	4.347.513.233,37	460.247.365,77	3.887.265.867,60	D
723100000 - INSCRICAO DO LIMITE ORCAMENTARIO	0,00	4.347.513.233,37	460.247.365,77	3.887.265.867,60	D

723110000 - CONTROLE COTA ORÇAMENTÁRIA	0,00	4.317.934.526,97	452.818.443,37	3.865.116.083,60	D
723110200 - COTA ORÇAMENTÁRIA LIBERADA	0,00	4.317.934.526,97	452.818.443,37	3.865.116.083,60	D
723110201 - COTA ORÇAMENTÁRIA LIBERADA	0,00	4.317.934.526,97	452.818.443,37	3.865.116.083,60	D
723130000 - CONTROLE DA EXECUCAO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.578.706,40	7.428.922,40	22.149.784,00	D
723130100 - CONTROLE DA EXECUCAO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.578.706,40	7.428.922,40	22.149.784,00	D
723130199 - CONTROLE DAS COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.578.706,40	7.428.922,40	22.149.784,00	D
790000000 - OUTROS CONTROLES	10.109.804,16	13.320.504,49	1.232,08	23.429.076,57	D
791000000 - RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	201.833,16	83.287,35	1.232,08	283.888,43	D
791100000 - RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791130000 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791130100 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791130101 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791200000 - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	156.532,16	83.287,35	1.232,08	238.587,43	D
791210000 - CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	156.532,16	83.287,35	1.232,08	238.587,43	D
791210100 - CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	156.532,16	83.287,35	1.232,08	238.587,43	D
791210101 - CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	156.532,16	83.287,35	1.232,08	238.587,43	D
795000000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.416.030,00	0,00	7.674.000,00	D
795100000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.416.030,00	0,00	7.674.000,00	D
795110000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.416.030,00	0,00	7.674.000,00	D
795110100 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	720.000,00	1.000.000,00	0,00	1.720.000,00	D
795110101 - CONTRATOS EMPENHADOS	220.000,00	500.000,00	0,00	720.000,00	D
795110102 - CONTRATOS DE DESPESA ASSINADOS	500.000,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	D
795110200 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS DE DESPESA	4.537.970,00	1.416.030,00	0,00	5.954.000,00	D
795110201 - CONVÊNIOS REGISTRADOS DE DESPESA	4.537.970,00	1.416.030,00	0,00	5.954.000,00	D

799000000 - DEMAIS CONTROLES	4.650.001,00	10.821.187,14	0,00	15.471.188,14	D
799100000 - OUTROS CONTROLES DIVERSOS	4.650.001,00	10.821.187,14	0,00	15.471.188,14	D
799120000 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	4.650.001,00	10.821.187,14	0,00	15.471.188,14	D
799120100 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	4.650.001,00	10.821.187,14	0,00	15.471.188,14	D
799120101 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	4.650.001,00	10.821.187,14	0,00	15.471.188,14	D
800000000 - CONTROLES CREDORES	4.121.789.632,15	614.097.228,11	4.539.292.380,50	8.046.984.784,54	C
810000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	6.174.000,00	720.000,00	2.636.030,00	8.090.030,00	C
812000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.174.000,00	720.000,00	2.636.030,00	8.090.030,00	C
812200000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.954.000,00	0,00	1.416.030,00	7.370.030,00	C
812210000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	5.954.000,00	0,00	1.416.030,00	7.370.030,00	C
812210100 - EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	5.954.000,00	0,00	1.416.030,00	7.370.030,00	C
812210102 - CONVÊNIOS A COMPROVAR	4.537.970,00	0,00	1.416.030,00	5.954.000,00	C
812210103 - CONVÊNIOS A APROVAR	1.416.030,00	0,00	0,00	1.416.030,00	C
812300000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	220.000,00	720.000,00	1.220.000,00	720.000,00	C
812310000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	220.000,00	720.000,00	1.220.000,00	720.000,00	C
812310200 - CONTRATOS DE SERVIÇOS	220.000,00	720.000,00	1.220.000,00	720.000,00	C
812310202 - EXECUTADOS	0,00	0,00	720.000,00	720.000,00	C
820000000 - EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.105.505.827,99	567.642.723,43	4.477.602.573,41	8.015.465.677,97	C
821000000 - EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	29.786.154,34	37.057.341,48	4.112.777.015,13	C
821100000 - EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	4.105.505.827,99	29.786.154,34	37.057.341,48	4.112.777.015,13	C
821110000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	4.222.967.015,26	11.573.706,80	7.390.028,32	4.218.783.336,78	C
821110100 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	4.222.967.015,26	11.573.706,80	7.390.028,32	4.218.783.336,78	C
821110101 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	4.222.967.015,26	11.573.706,80	7.390.028,32	4.218.783.336,78	C
821120000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	703.013,48	10.938.796,24	11.572.474,72	1.336.691,96	C

821120100 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	703.013,48	10.938.796,24	11.572.474,72	1.336.691,96	C
821120101 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	703.013,48	10.938.796,24	11.572.474,72	1.336.691,96	C
821130000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-118.164.200,75	7.272.419,22	10.822.419,22	-114.614.200,75	C
821130100 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	-118.164.200,75	7.272.419,22	10.822.419,22	-114.614.200,75	C
821130101 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	-118.164.200,75	7.272.419,22	10.822.419,22	-114.614.200,75	C
821140000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
821140100 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
821140101 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
822000000 - EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	0,00	37.128.977,30	52.551.772,54	15.422.795,24	C
822100000 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	0,00	37.128.977,30	52.551.772,54	15.422.795,24	C
822110000 - EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	0,00	37.128.977,30	52.551.772,54	15.422.795,24	C
822110300 - COTAS FINANCEIRAS A PAGAR	0,00	22.727.745,22	30.879.353,32	8.151.608,10	C
822110301 - COTAS FINANCEIRAS A PAGAR	0,00	22.727.745,22	30.879.353,32	8.151.608,10	C
822110400 - COTAS FINANCEIRAS PAGAS	0,00	14.401.232,08	21.672.419,22	7.271.187,14	C
822110401 - COTAS FINANCEIRAS PAGAS	0,00	14.401.232,08	21.672.419,22	7.271.187,14	C
823000000 - EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	500.727.591,79	4.387.993.459,39	3.887.265.867,60	C
823100000 - EXEC DO ORGAO CENTRAL DA PROGR ORCAMENTARIA	0,00	500.727.591,79	4.387.993.459,39	3.887.265.867,60	C
823110000 - LIBERAÇÃO COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	452.818.443,37	4.317.934.526,97	3.865.116.083,60	C
823110200 - COTA ORÇAMENTARIA LIBERADA	0,00	452.818.443,37	4.317.934.526,97	3.865.116.083,60	C
823110201 - COTA ORÇAMENTARIA LIBERADA	0,00	452.818.443,37	4.317.934.526,97	3.865.116.083,60	C
823130000 - EXECUCAO DAS COTAS ORCAMENTÁRIAS	0,00	47.909.148,42	70.058.932,42	22.149.784,00	C
823130100 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A LIBERAR	0,00	27.623.546,64	38.201.681,64	10.578.135,00	C

823130101 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A LIBERAR	0,00	27.623.546,64	38.201.681,64	10.578.135,00	C
823130200 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A EMPENHAR	0,00	12.824.946,96	12.914.273,06	89.326,10	C
823130201 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A EMPENHAR	0,00	12.824.946,96	12.914.273,06	89.326,10	C
823130600 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	0,00	90.151,82	11.572.474,72	11.482.322,90	C
823130601 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	0,00	90.151,82	11.572.474,72	11.482.322,90	C
890000000 - OUTROS CONTROLES	10.109.804,16	45.734.504,68	59.053.777,09	23.429.076,57	C
891000000 - EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	201.833,16	9.232,08	91.287,35	283.888,43	C
891100000 - EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891130000 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891130100 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS - EM CAUÇÃO	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891130101 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS - EM CAUÇÃO	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891200000 - EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	156.532,16	9.232,08	91.287,35	238.587,43	C
891210000 - EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	156.532,16	9.232,08	91.287,35	238.587,43	C
891210100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	156.532,16	5.232,08	83.287,35	234.587,43	C
891210101 - CONTROLE DE DIÁRIAS A COMPROVAR	152.532,16	1.232,08	75.287,35	226.587,43	C
891210102 - CONTROLE DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS A COMPROVAR	4.000,00	4.000,00	8.000,00	8.000,00	C
891210300 - ADIANTAMENTOS APROVADOS	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	C
891210302 - CONTROLE DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS APROVADO	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00	C
895000000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.377.970,00	4.794.000,00	7.674.000,00	C
895100000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.377.970,00	4.794.000,00	7.674.000,00	C
895110000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.377.970,00	4.794.000,00	7.674.000,00	C
895110100 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	720.000,00	1.440.000,00	2.440.000,00	1.720.000,00	C

895110103 - CONTRATOS PAGOS	0,00	0,00	720.000,00	720.000,00	C
895110104 - CONTRATOS ASSINADOS	500.000,00	0,00	500.000,00	1.000.000,00	C
895110200 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS DE DESPESA	4.537.970,00	937.970,00	2.354.000,00	5.954.000,00	C
895110201 - CONVÊNIOS REGISTRADOS DE DESPESA	4.537.970,00	937.970,00	1.416.030,00	5.016.030,00	C
895110202 - CONVÊNIOS EMPENHADOS DE DESPESA	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
899000000 - DEMAIS CONTROLES	4.650.001,00	43.347.302,60	54.168.489,74	15.471.188,14	C
899100000 - CONTROLES DIVERSOS	4.650.001,00	43.347.302,60	54.168.489,74	15.471.188,14	C
899120000 - CONTROLES DE PDS	4.650.001,00	43.347.302,60	54.168.489,74	15.471.188,14	C
899120100 - CONTROLES DE PDS	4.650.001,00	43.347.302,60	54.168.489,74	15.471.188,14	C
899120101 - PDS A EMITIR	4.650.001,00	21.672.419,22	25.222.419,22	8.200.001,00	C
899120105 - PDS PAGAS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C

Fonte: SIAFE/AP

Tabela 29 – Balancete 13

Identificação						
Unidade Gestora		Mês		Saldos Zerados?	Valor	
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO		13/2021		Não	Acumulado	
Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C	
100000000 - ATIVO	542.388.220,98	7.381.686,27	4.000,00	549.765.907,25	D	
110000000 - ATIVO CIRCULANTE	385.670.947,51	181.686,27	4.000,00	385.848.633,78	D	
111000000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.524,25	0,00	0,00	17.524,25	D	
111100000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	17.524,25	0,00	0,00	17.524,25	D	
111110000 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	17.524,25	0,00	0,00	17.524,25	D	
111111900 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	9.795,34	0,00	0,00	9.795,34	D	
111111916 - DEMAIS CONTAS - BANCO SANTANDER S/A	3.476,02	0,00	0,00	3.476,02	D	
111111917 - DEMAIS CONTAS - BANCO HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	6.319,32	0,00	0,00	6.319,32	D	
111115000 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	7.728,91	0,00	0,00	7.728,91	D	
111115003 - FUNDOS DE INVESTIMENTO	7.728,91	0,00	0,00	7.728,91	D	
113000000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	384.254.367,15	82.055,27	4.000,00	384.332.422,42	D	
113100000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	361.803.076,54	82.055,27	4.000,00	361.881.131,81	D	
113110000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDAÇÃO	64.184.873,05	82.055,27	4.000,00	64.262.928,32	D	
113110100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	34.413.839,59	74.055,27	0,00	34.487.894,86	D	
113110101 - SALÁRIOS E ORDENADOS - ADIANTAMENTOS	34.261.307,43	0,00	0,00	34.261.307,43	D	
113110105 - VIAGENS - ADIANTAMENTO	152.532,16	74.055,27	0,00	226.587,43	D	
113110200 - SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.000,00	8.000,00	4.000,00	8.000,00	D	
113110201 - SUPRIMENTOS DE FUNDOS	4.000,00	8.000,00	4.000,00	8.000,00	D	
113119900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	29.767.033,46	0,00	0,00	29.767.033,46	D	
113119901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	29.767.033,46	0,00	0,00	29.767.033,46	D	
113120000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTRA OFSS	62.920.158,80	0,00	0,00	62.920.158,80	D	
113120100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	5.503.517,23	0,00	0,00	5.503.517,23	D	
113120101 - SALÁRIOS E ORDENADOS - ADIANTAMENTOS	5.503.517,23	0,00	0,00	5.503.517,23	D	
113129900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	57.416.641,57	0,00	0,00	57.416.641,57	D	
113129901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	57.416.641,57	0,00	0,00	57.416.641,57	D	
113130000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - UNIÃO	232.698.044,69	0,00	0,00	232.698.044,69	D	
113139900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	232.698.044,69	0,00	0,00	232.698.044,69	D	
113139901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	232.698.044,69	0,00	0,00	232.698.044,69	D	

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
113150000 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	D
113159900 - ADIANTAMENTOS DIVERSOS CONCEDIDOS	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	D
113159901 - PENDÊNCIAS A REGULARIZAR - OBRIGAÇÃO	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	D
113400000 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	5.036.245,06	0,00	0,00	5.036.245,06	D
113410000 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO- CONSOLIDAÇÃO	5.036.245,06	0,00	0,00	5.036.245,06	D
113410100 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO DECORRENTES DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	5.036.245,06	0,00	0,00	5.036.245,06	D
113410101 - CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	241.222,53	0,00	0,00	241.222,53	D
113410199 - OUTROS CRÉDITOS POR DANO AO PATRIMÔNIO - CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	4.795.022,53	0,00	0,00	4.795.022,53	D
113500000 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	64.150,51	0,00	0,00	64.150,51	D
113510000 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO	64.150,51	0,00	0,00	64.150,51	D
113510100 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES RELATIVOS A CONTRATOS OU CONVENÇÕES	769,05	0,00	0,00	769,05	D
113510101 - DEPOSITOS E CAUCOES	769,05	0,00	0,00	769,05	D
113519900 - OUTROS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	63.381,46	0,00	0,00	63.381,46	D
113519901 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	63.381,46	0,00	0,00	63.381,46	D
113800000 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	17.350.895,04	0,00	0,00	17.350.895,04	D
113810000 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	17.328.695,04	0,00	0,00	17.328.695,04	D
113810600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	17.328.695,04	0,00	0,00	17.328.695,04	D
113810618 - DEPOSITOS JUDICIAIS	6.075.677,13	0,00	0,00	6.075.677,13	D
113810697 - VALORES EM TRANSITO A REGULARIZAR -SALDOS ANTERIORES - P	14.256,16	0,00	0,00	14.256,16	D
113810698 - VALORES EM TRANSITO A REGULARIZAR -SALDOS ANTERIORES - F	11.238.761,75	0,00	0,00	11.238.761,75	D
113850000 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTER OFSS - MUNICÍPIO	22.200,00	0,00	0,00	22.200,00	D
113850600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	22.200,00	0,00	0,00	22.200,00	D
113850609 - OUTROS VALORES EM TRANSITO	22.200,00	0,00	0,00	22.200,00	D
115000000 - ESTOQUES	1.399.056,11	99.631,00	0,00	1.498.687,11	D
115600000 - ALMOXARIFADO	1.399.056,11	99.631,00	0,00	1.498.687,11	D
115610000 - ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	1.399.056,11	99.631,00	0,00	1.498.687,11	D
115610100 - MATERIAL DE CONSUMO	1.089.319,60	0,00	0,00	1.089.319,60	D
115610101 - MATERIAL DE CONSUMO	1.089.319,60	0,00	0,00	1.089.319,60	D
115610200 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	148.024,41	0,00	0,00	148.024,41	D
115610201 - GENEROS ALIMENTICIOS	148.024,41	0,00	0,00	148.024,41	D
115610700 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	99.631,00	0,00	99.631,00	D
115610701 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	99.631,00	0,00	99.631,00	D
115619900 - OUTROS - ALMOXARIFADO	161.712,10	0,00	0,00	161.712,10	D
115619901 - OUTROS MATERIAL DE CONSUMO	161.712,10	0,00	0,00	161.712,10	D
120000000 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	156.717.273,47	7.200.000,00	0,00	163.917.273,47	D
121000000 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.917.087,17	0,00	0,00	8.917.087,17	D
121200000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	7.917.087,17	0,00	0,00	7.917.087,17	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
121210000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	7.916.272,30	0,00	0,00	7.916.272,30	D
121219800 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	7.916.272,30	0,00	0,00	7.916.272,30	D
121219899 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	7.916.272,30	0,00	0,00	7.916.272,30	D
121230000 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - INTER OFSS - UNIÃO	814,87	0,00	0,00	814,87	D
121239800 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	814,87	0,00	0,00	814,87	D
121239899 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	814,87	0,00	0,00	814,87	D
121300000 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
121310000 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
121310100 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
121310199 - OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00	D
122000000 - INVESTIMENTOS	107.106.370,13	7.200.000,00	0,00	114.306.370,13	D
122100000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	107.106.370,13	7.200.000,00	0,00	114.306.370,13	D
122110000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - CONSOLIDAÇÃO	102.456.370,13	0,00	0,00	102.456.370,13	D
122110100 - PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	102.456.370,13	0,00	0,00	102.456.370,13	D
122110101 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS	102.456.370,13	0,00	0,00	102.456.370,13	D
122140000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES - INTER OFSS - ESTADO	4.650.000,00	7.200.000,00	0,00	11.850.000,00	D
122140200 - PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	4.650.000,00	7.200.000,00	0,00	11.850.000,00	D
122140206 - ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	4.650.000,00	7.200.000,00	0,00	11.850.000,00	D
123000000 - IMOBILIZADO	40.693.816,17	0,00	0,00	40.693.816,17	D
123100000 - BENS MOVEIS	14.901.656,98	0,00	0,00	14.901.656,98	D
123110000 - BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	14.901.656,98	0,00	0,00	14.901.656,98	D
123110100 - MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.238.684,53	0,00	0,00	3.238.684,53	D
123110102 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	73.423,43	0,00	0,00	73.423,43	D
123110105 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.463,00	0,00	0,00	2.463,00	D
123110106 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2.970.683,23	0,00	0,00	2.970.683,23	D
123110107 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	38.914,84	0,00	0,00	38.914,84	D
123110109 - MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	249,00	0,00	0,00	249,00	D
123110114 - EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	238,00	0,00	0,00	238,00	D
123110119 - MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	1.698,50	0,00	0,00	1.698,50	D
123110121 - EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	330,00	0,00	0,00	330,00	D
123110199 - OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	150.684,53	0,00	0,00	150.684,53	D
123110200 - BENS DE INFORMÁTICA	1.650.623,48	0,00	0,00	1.650.623,48	D
123110201 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.328.967,19	0,00	0,00	1.328.967,19	D
123110202 - EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	321.656,29	0,00	0,00	321.656,29	D
123110300 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS	3.092.994,32	0,00	0,00	3.092.994,32	D
123110301 - APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	38.689,02	0,00	0,00	38.689,02	D
123110302 - MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	130.430,42	0,00	0,00	130.430,42	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
123110303 - MOBILIÁRIO EM GERAL	2.923.874,88	0,00	0,00	2.923.874,88	D
123110400 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	294.611,85	0,00	0,00	294.611,85	D
123110401 - BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	1.264,00	0,00	0,00	1.264,00	D
123110402 - COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	282.113,85	0,00	0,00	282.113,85	D
123110404 - INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	1.363,00	0,00	0,00	1.363,00	D
123110405 - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.431,00	0,00	0,00	1.431,00	D
123110406 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	8.440,00	0,00	0,00	8.440,00	D
123110500 - VEÍCULOS	2.136.224,44	0,00	0,00	2.136.224,44	D
123110501 - VEÍCULOS EM GERAL	282.000,00	0,00	0,00	282.000,00	D
123110503 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	1.826.878,87	0,00	0,00	1.826.878,87	D
123110505 - AERONAVES	5.405,47	0,00	0,00	5.405,47	D
123110506 - EMBARCAÇÕES	21.940,10	0,00	0,00	21.940,10	D
123110900 - ARMAMENTOS	184.506,09	0,00	0,00	184.506,09	D
123110901 - ARMAMENTOS	184.506,09	0,00	0,00	184.506,09	D
123119900 - DEMAIS BENS MÓVEIS	4.304.012,27	0,00	0,00	4.304.012,27	D
123119999 - OUTROS BENS MÓVEIS	4.304.012,27	0,00	0,00	4.304.012,27	D
123200000 - BENS IMÓVEIS	25.792.159,19	0,00	0,00	25.792.159,19	D
123210000 - BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	25.792.159,19	0,00	0,00	25.792.159,19	D
123210100 - BENS DE USO ESPECIAL	25.792.159,19	0,00	0,00	25.792.159,19	D
123210101 - IMÓVEIS RESIDENCIAIS	268.165,59	0,00	0,00	268.165,59	D
123210103 - EDIFÍCIOS	9.210.555,03	0,00	0,00	9.210.555,03	D
123210104 - TERRENOS/GLEBAS	16.313.438,57	0,00	0,00	16.313.438,57	D
200000000 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	428.671.486,07	7.272.419,22	10.822.419,22	432.221.486,07	C
210000000 - PASSIVO CIRCULANTE	63.317.512,75	7.272.419,22	10.822.419,22	66.867.512,75	C
213000000 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213100000 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213110000 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213110100 - FORNECEDORES NACIONAIS	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
213110101 - FORNECEDORES NÃO PARCELADOS A PAGAR	4.650.001,00	7.189.131,87	10.739.131,87	8.200.001,00	C
218000000 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	58.667.511,75	83.287,35	83.287,35	58.667.511,75	C
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	12.506.377,35	0,00	0,00	12.506.377,35	C
218810000 - VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	6.861.213,07	0,00	0,00	6.861.213,07	C
218810300 - DEPOSITOS JUDICIAIS	19.716,95	0,00	0,00	19.716,95	C
218810301 - DEPOSITOS RECEBIDOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	19.716,95	0,00	0,00	19.716,95	C
218810400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	5.201.112,77	0,00	0,00	5.201.112,77	C
218810402 - DEPOSITOS ESPECIAIS	2.366.921,60	0,00	0,00	2.366.921,60	C
218810499 - OUTROS DEPOSITOS	2.834.191,17	0,00	0,00	2.834.191,17	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
218819900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	1.640.383,35	0,00	0,00	1.640.383,35	C
218819901 - CHEQUES SALARIOS /CREDITOS A COMPENSAR	71.848,66	0,00	0,00	71.848,66	C
218819902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	21.305,04	0,00	0,00	21.305,04	C
218819903 - VENCIMENTOS E SALARIOS NÃO RECLAMADOS	232.559,66	0,00	0,00	232.559,66	C
218819904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	1.314.669,99	0,00	0,00	1.314.669,99	C
218820000 - VALORES RESTITUIVEIS ? INTRA OFSS	5.492.465,69	0,00	0,00	5.492.465,69	C
218820400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	5.328.959,89	0,00	0,00	5.328.959,89	C
218820499 - OUTROS DEPOSITOS	5.328.959,89	0,00	0,00	5.328.959,89	C
218829900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	163.505,80	0,00	0,00	163.505,80	C
218829902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	1.420,86	0,00	0,00	1.420,86	C
218829903 - VENCIMENTOS E SALARIOS NÃO RECLAMADOS	317,00	0,00	0,00	317,00	C
218829904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	161.767,94	0,00	0,00	161.767,94	C
218830000 - VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	101.315,95	0,00	0,00	101.315,95	C
218839900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	101.315,95	0,00	0,00	101.315,95	C
218839902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	44,00	0,00	0,00	44,00	C
218839904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	101.271,95	0,00	0,00	101.271,95	C
218850000 - VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	51.382,64	0,00	0,00	51.382,64	C
218850400 - DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	51.330,24	0,00	0,00	51.330,24	C
218850499 - OUTROS DEPOSITOS	51.330,24	0,00	0,00	51.330,24	C
218859900 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	52,40	0,00	0,00	52,40	C
218859902 - FORNECEDORES\ CREDITORES PAGOS P\ OB	20,00	0,00	0,00	20,00	C
218859904 - ORDENS BANCARIAS NÃO RECLAMADAS	32,40	0,00	0,00	32,40	C
218900000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	46.161.134,40	83.287,35	83.287,35	46.161.134,40	C
218910000 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	46.161.134,40	83.287,35	83.287,35	46.161.134,40	C
218919800 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	46.161.134,40	0,00	0,00	46.161.134,40	C
218919802 - RECEITAS A CLASSIFICAR	46.161.134,40	0,00	0,00	46.161.134,40	C
230000000 - PATRIMÔNIO LIQUIDO	365.353.973,32	0,00	0,00	365.353.973,32	C
237000000 - RESULTADOS ACUMULADOS	365.353.973,32	0,00	0,00	365.353.973,32	C
237100000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	365.353.973,32	0,00	0,00	365.353.973,32	C
237110000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	356.601.262,41	0,00	0,00	356.601.262,41	C
237110200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	356.601.262,41	0,00	0,00	356.601.262,41	C
237110201 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	356.601.262,41	0,00	0,00	356.601.262,41	C
237120000 - SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	8.752.710,91	0,00	0,00	8.752.710,91	C
237120200 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.752.710,91	0,00	0,00	8.752.710,91	C
237120201 - SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.752.710,91	0,00	0,00	8.752.710,91	C
300000000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	3.443.500,87	0,00	3.443.500,87	D
330000000 - USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.698.500,87	0,00	2.698.500,87	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
331000000 - USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331100000 - CONSUMO DE MATERIAL	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331110000 - CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331119900 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
331119901 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00	D
332000000 - SERVIÇOS	0,00	2.693.400,87	0,00	2.693.400,87	D
332300000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.693.400,87	0,00	2.693.400,87	D
332310000 - SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.693.400,87	0,00	2.693.400,87	D
332315600 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	10.678,71	0,00	10.678,71	D
332315699 - OUTRAS DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	10.678,71	0,00	10.678,71	D
332319900 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.682.722,16	0,00	2.682.722,16	D
332319901 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00	2.682.722,16	0,00	2.682.722,16	D
350000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	745.000,00	0,00	745.000,00	D
353000000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353100000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353110000 - TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353110200 - AUXÍLIOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
353110203 - OUTROS AUXÍLIOS	0,00	25.000,00	0,00	25.000,00	D
357000000 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357200000 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357210000 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA A CONSÓRCIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357210700 - DEMAIS VPD COM DELEGAÇÃO	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
357210701 - DEMAIS VPD COM DELEGAÇÃO	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00	D
400000000 - VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
450000000 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451000000 - TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451100000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451120000 - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451120200 - REPASSE RECEBIDO	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
451120201 - REPASSE RECEBIDO	0,00	1.232,08	7.272.419,22	7.271.187,14	C
500000000 - CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.221.583,92	66.141.181,52	27.387.426,14	43.975.339,30	D
520000000 - ORÇAMENTO APROVADO	0,00	57.735.920,12	23.165.843,22	34.570.076,90	D
522000000 - FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00	57.735.920,12	23.165.843,22	34.570.076,90	D
522100000 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	45.225.475,40	23.075.691,40	22.149.784,00	D
522110000 - DOTAÇÃO INICIAL	0,00	21.204.021,00	0,00	21.204.021,00	D
522110100 - CREDITO INICIAL	0,00	21.204.021,00	0,00	21.204.021,00	D
522110101 - CREDITO INICIAL	0,00	21.204.021,00	0,00	21.204.021,00	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
522120000 - DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CREDITO	0,00	8.296.266,00	0,00	8.296.266,00	D
522120100 - CREDITO ADICIONAL ? SUPLEMENTAR	0,00	8.296.266,00	0,00	8.296.266,00	D
522120101 - CREDITO SUPLEMENTAR	0,00	8.296.266,00	0,00	8.296.266,00	D
522130100 - SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	555.326,00	0,00	555.326,00	D
522130101 - SUPERAVIT FINANCEIRO - SUPLEMENTAR	0,00	555.326,00	0,00	555.326,00	D
522130200 - EXCESSO DE ARRECADACÃO	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	D
522130201 - EXCESSO DE ARRECADACAO - SUPLEMENTAR	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	D
522130300 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	0,00	7.240.940,00	0,00	7.240.940,00	D
522130301 - ANULACAO DE DOTACAO - SUPLEMENTAR	0,00	7.240.940,00	0,00	7.240.940,00	D
522130900 - (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522130901 - (-) CANCELAMENTO DE DOTACOES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522139900 - VALOR GLOBAL DA DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	0,00	7.350.503,00	8.296.266,00	-945.763,00	D
522139901 - VALOR GLOBAL DA DOTACAO ADICIONAL POR FONTE	0,00	7.350.503,00	8.296.266,00	-945.763,00	D
522190000 - CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00	78.419,40	7.428.922,40	-7.350.503,00	D
522190101 - ACRESCIMO	0,00	78.419,40	0,00	78.419,40	D
522190109 - (-) REDUÇÃO	0,00	0,00	78.419,40	78.419,40	C
522190400 - (-) CANCELAMENTO DE DOTAÇÕES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522190401 - (-)CANCELAMENTO DE DOTACOES	0,00	0,00	7.350.503,00	7.350.503,00	C
522300000 - DETALHAMENTO DE CREDITO	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522310000 - CREDITOS A DETALHAR	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522310100 - CREDITOS A DETALHAR	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522310101 - CREDITOS A DETALHAR	0,00	937.970,00	0,00	937.970,00	D
522900000 - OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	11.572.474,72	90.151,82	11.482.322,90	D
522920000 - EMPENHOS POR EMISSÃO	0,00	11.572.474,72	90.151,82	11.482.322,90	D
522920100 - EXECUÇÃO DA DESPESA POR NOTA DE EMPENHO	0,00	11.572.474,72	90.151,82	11.482.322,90	D
522920101 - EMISSAO DE EMPENHOS	0,00	11.572.474,72	0,00	11.572.474,72	D
522920103 - (-) ANULAÇÃO DE EMPENHOS	0,00	0,00	90.151,82	90.151,82	C
530000000 - INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	5.221.583,92	8.405.261,40	4.221.582,92	9.405.262,40	D
531000000 - INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	571.582,92	1.205.261,40	571.582,92	1.205.261,40	D
531700000 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	1.205.261,40	0,00	1.205.261,40	D
531710000 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	1.205.261,40	0,00	1.205.261,40	D
531710100 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	1.205.261,40	0,00	1.205.261,40	D
531710101 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	1.205.261,40	0,00	1.205.261,40	D
532000000 - INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS	4.650.001,00	7.200.000,00	3.650.000,00	8.200.001,00	D
532100000 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	3.650.000,00	1.000.000,00	D
532110000 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	3.650.000,00	1.000.000,00	D
532110100 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	3.650.000,00	1.000.000,00	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
532110101 - RP PROCESSADOS - INSCRITOS	4.650.000,00	0,00	3.650.000,00	1.000.000,00	D
532200000 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532210000 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532210100 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532210101 - RP PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	1,00	0,00	0,00	1,00	D
532700000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	D
532710000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	D
532710100 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	D
532710101 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	7.200.000,00	0,00	7.200.000,00	D
600000000 - CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.221.583,92	78.966.403,96	117.720.159,34	43.975.339,30	C
620000000 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	69.979.112,48	104.549.189,38	34.570.076,90	C
622000000 - EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00	69.979.112,48	104.549.189,38	34.570.076,90	C
622100000 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	0,00	56.532.373,50	78.682.157,50	22.149.784,00	C
622110000 - CREDITO DISPONÍVEL	0,00	27.309.870,12	37.977.331,22	10.667.461,10	C
622110100 - CREDITO DISPONÍVEL	0,00	27.309.870,12	37.977.331,22	10.667.461,10	C
622110101 - CREDITO DISPONÍVEL	0,00	27.309.870,12	37.977.331,22	10.667.461,10	C
622130000 - CREDITO UTILIZADO	0,00	21.852.000,38	33.334.323,28	11.482.322,90	C
622130400 - CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	1.232,08	3.078.293,58	3.077.061,50	C
622130401 - CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00	1.232,08	3.078.293,58	3.077.061,50	C
622130500 - EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	0,00	1.205.261,40	1.205.261,40	C
622130501 - EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00	0,00	1.205.261,40	1.205.261,40	C
622130700 - EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00	C
622130701 - EMPENHOS LIQUIDADOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00	C
622300000 - DETALHAMENTO DE CREDITO	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622310000 - CREDITOS DETALHADOS	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622310100 - CREDITOS DETALHADOS	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622310101 - CREDITOS DETALHADOS	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
622900000 - OUTROS CONTROLES DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C
622920000 - EMISSAO DE EMPENHO	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C
622920100 - EMPENHOS POR NOTA DE EMPENHO	0,00	13.446.738,98	24.929.061,88	11.482.322,90	C
622920101 - EMPENHOS A LIQUIDAR	0,00	10.367.213,32	11.572.474,72	1.205.261,40	C
622920103 - EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	3.078.293,58	10.278.293,58	7.200.000,00	C
622920104 - EMPENHOS LIQUIDADOS PAGOS	0,00	1.232,08	3.078.293,58	3.077.061,50	C
630000000 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	5.221.583,92	8.987.291,48	13.170.969,96	9.405.262,40	C
631000000 - EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	571.582,92	1.687.291,48	2.320.969,96	1.205.261,40	C
631700000 - RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	1.205.261,40	1.205.261,40	C
631710000 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	1.205.261,40	1.205.261,40	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
631710100 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRICAO NO EXERCICIO	0,00	0,00	1.205.261,40	1.205.261,40	C
631710101 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRICAO NO EXERCICIO	0,00	0,00	1.205.261,40	1.205.261,40	C
632000000 - EXECUÇÃO DE RP PROCESSADOS	4.650.001,00	7.300.000,00	10.850.000,00	8.200.001,00	C
632100000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632110000 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632110100 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632110101 - RP PROCESSADOS A PAGAR	4.650.001,00	3.650.000,00	0,00	1.000.001,00	C
632700000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00	C
632710000 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00	C
632710100 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00	C
632710101 - RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00	C
700000000 - CONTROLES DEVEDORES	4.121.789.632,15	4.386.500.308,32	484.562.717,35	8.023.727.223,12	D
710000000 - ATOS POTENCIAIS	6.174.000,00	1.916.030,00	720.000,00	7.370.030,00	D
712000000 - ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.174.000,00	1.916.030,00	720.000,00	7.370.030,00	D
712200000 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712210000 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712210100 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
712210101 - OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	5.954.000,00	1.416.030,00	0,00	7.370.030,00	D
720000000 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.105.505.827,99	4.371.263.773,83	475.846.298,13	8.000.923.303,69	D
721000000 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	7.272.419,22	7.272.419,22	4.105.505.827,99	D
721100000 - CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	4.105.505.827,99	7.272.419,22	7.272.419,22	4.105.505.827,99	D
721110000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.105.505.827,99	7.272.419,22	7.272.419,22	4.105.505.827,99	D
721110100 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	7.272.419,22	7.272.419,22	4.105.505.827,99	D
721110101 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	7.272.419,22	7.272.419,22	4.105.505.827,99	D
722000000 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	0,00	16.478.121,24	8.326.513,14	8.151.608,10	D
722100000 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	0,00	16.478.121,24	8.326.513,14	8.151.608,10	D
722110000 - CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	0,00	16.478.121,24	8.326.513,14	8.151.608,10	D
722110100 - CONTROLE DE DESEMBOLSO MENSAL - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	16.478.121,24	8.326.513,14	8.151.608,10	D
722110101 - CONTROLE DAS COTAS FINANCEIRAS POR LIQUIDACAO	0,00	16.478.121,24	8.326.513,14	8.151.608,10	D
723000000 - INSCRIÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	4.347.513.233,37	460.247.365,77	3.887.265.867,60	D
723100000 - INSCRICAO DO LIMITE ORCAMENTARIO	0,00	4.347.513.233,37	460.247.365,77	3.887.265.867,60	D
723110000 - CONTROLE COTA ORÇAMENTÁRIA	0,00	4.317.934.526,97	452.818.443,37	3.865.116.083,60	D
723110200 - COTA ORÇAMENTÁRIA LIBERADA	0,00	4.317.934.526,97	452.818.443,37	3.865.116.083,60	D
723110201 - COTA ORÇAMENTÁRIA LIBERADA	0,00	4.317.934.526,97	452.818.443,37	3.865.116.083,60	D
723130000 - CONTROLE DA EXECUCAO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.578.706,40	7.428.922,40	22.149.784,00	D
723130100 - CONTROLE DA EXECUCAO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.578.706,40	7.428.922,40	22.149.784,00	D
723130199 - CONTROLE DAS COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	29.578.706,40	7.428.922,40	22.149.784,00	D

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
790000000 - OUTROS CONTROLES	10.109.804,16	13.320.504,49	7.996.419,22	15.433.889,43	D
791000000 - RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	201.833,16	83.287,35	5.232,08	279.888,43	D
791100000 - RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791130000 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791130100 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791130101 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	D
791200000 - RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	156.532,16	83.287,35	5.232,08	234.587,43	D
791210000 - CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	156.532,16	83.287,35	5.232,08	234.587,43	D
791210100 - CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	156.532,16	83.287,35	5.232,08	234.587,43	D
791210101 - CONTROLE DE ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	156.532,16	83.287,35	5.232,08	234.587,43	D
795000000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.416.030,00	720.000,00	6.954.000,00	D
795100000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.416.030,00	720.000,00	6.954.000,00	D
795110000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	2.416.030,00	720.000,00	6.954.000,00	D
795110100 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	720.000,00	1.000.000,00	720.000,00	1.000.000,00	D
795110102 - CONTRATOS DE DESPESA ASSINADOS	500.000,00	500.000,00	0,00	1.000.000,00	D
795110200 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS DE DESPESA	4.537.970,00	1.416.030,00	0,00	5.954.000,00	D
795110201 - CONVÊNIOS REGISTRADOS DE DESPESA	4.537.970,00	1.416.030,00	0,00	5.954.000,00	D
799000000 - DEMAIS CONTROLES	4.650.001,00	10.821.187,14	7.271.187,14	8.200.001,00	D
799100000 - OUTROS CONTROLES DIVERSOS	4.650.001,00	10.821.187,14	7.271.187,14	8.200.001,00	D
799120000 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	4.650.001,00	10.821.187,14	7.271.187,14	8.200.001,00	D
799120100 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	4.650.001,00	10.821.187,14	7.271.187,14	8.200.001,00	D
799120101 - CONTROLE DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSO	4.650.001,00	10.821.187,14	7.271.187,14	8.200.001,00	D
800000000 - CONTROLES CREDORES	4.121.789.632,15	637.354.789,53	4.539.292.380,50	8.023.727.223,12	C
810000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	6.174.000,00	1.440.000,00	2.636.030,00	7.370.030,00	C
812000000 - EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	6.174.000,00	1.440.000,00	2.636.030,00	7.370.030,00	C
812200000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.954.000,00	0,00	1.416.030,00	7.370.030,00	C
812210000 - EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES - CONSOLIDAÇÃO	5.954.000,00	0,00	1.416.030,00	7.370.030,00	C
812210100 - EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS	5.954.000,00	0,00	1.416.030,00	7.370.030,00	C
812210102 - CONVÊNIOS A COMPROVAR	4.537.970,00	0,00	1.416.030,00	5.954.000,00	C
812210103 - CONVÊNIOS A APROVAR	1.416.030,00	0,00	0,00	1.416.030,00	C
820000000 - EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.105.505.827,99	582.185.097,71	4.477.602.573,41	8.000.923.303,69	C
821000000 - EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	4.105.505.827,99	37.057.341,48	37.057.341,48	4.105.505.827,99	C
821100000 - EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	4.105.505.827,99	37.057.341,48	37.057.341,48	4.105.505.827,99	C
821110000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	4.222.967.015,26	11.573.706,80	7.390.028,32	4.218.783.336,78	C
821110100 - RECURSOS DISPONÍVEIS PARA O EXERCÍCIO	4.222.967.015,26	11.573.706,80	7.390.028,32	4.218.783.336,78	C
821110101 - DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	4.222.967.015,26	11.573.706,80	7.390.028,32	4.218.783.336,78	C
821120000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	703.013,48	10.938.796,24	11.572.474,72	1.336.691,96	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
821120100 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO - A LIQUIDAR	703.013,48	10.938.796,24	11.572.474,72	1.336.691,96	C
821120101 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EMPENHO	703.013,48	10.938.796,24	11.572.474,72	1.336.691,96	C
821130000 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO E ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-118.164.200,75	7.272.419,22	10.822.419,22	-114.614.200,75	C
821130100 - COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	-118.164.200,75	7.272.419,22	10.822.419,22	-114.614.200,75	C
821130101 - DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	-118.164.200,75	7.272.419,22	10.822.419,22	-114.614.200,75	C
822000000 - EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	0,00	44.400.164,44	52.551.772,54	8.151.608,10	C
822100000 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO	0,00	44.400.164,44	52.551.772,54	8.151.608,10	C
822110000 - EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL ORÇAMENTÁRIO	0,00	44.400.164,44	52.551.772,54	8.151.608,10	C
822110300 - COTAS FINANCEIRAS A PAGAR	0,00	22.727.745,22	30.879.353,32	8.151.608,10	C
822110301 - COTAS FINANCEIRAS A PAGAR	0,00	22.727.745,22	30.879.353,32	8.151.608,10	C
823000000 - EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	0,00	500.727.591,79	4.387.993.459,39	3.887.265.867,60	C
823100000 - EXEC DO ORGAO CENTRAL DA PROGR ORCAMENTARIA	0,00	500.727.591,79	4.387.993.459,39	3.887.265.867,60	C
823110000 - LIBERAÇÃO COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	452.818.443,37	4.317.934.526,97	3.865.116.083,60	C
823110200 - COTA ORÇAMENTÁRIA LIBERADA	0,00	452.818.443,37	4.317.934.526,97	3.865.116.083,60	C
823110201 - COTA ORÇAMENTÁRIA LIBERADA	0,00	452.818.443,37	4.317.934.526,97	3.865.116.083,60	C
823130000 - EXECUCAO DAS COTAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	47.909.148,42	70.058.932,42	22.149.784,00	C
823130100 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A LIBERAR	0,00	27.623.546,64	38.201.681,64	10.578.135,00	C
823130101 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A LIBERAR	0,00	27.623.546,64	38.201.681,64	10.578.135,00	C
823130200 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A EMPENHAR	0,00	12.824.946,96	12.914.273,06	89.326,10	C
823130201 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS A EMPENHAR	0,00	12.824.946,96	12.914.273,06	89.326,10	C
823130600 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	0,00	90.151,82	11.572.474,72	11.482.322,90	C
823130601 - COTAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS	0,00	90.151,82	11.572.474,72	11.482.322,90	C
890000000 - OUTROS CONTROLES	10.109.804,16	53.729.691,82	59.053.777,09	15.433.889,43	C
891000000 - EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	201.833,16	13.232,08	91.287,35	279.888,43	C
891100000 - EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE COM TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891130000 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891130100 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS - EM CAUÇÃO	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891130101 - OUTRAS RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS - EM CAUÇÃO	45.301,00	0,00	0,00	45.301,00	C
891200000 - EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	156.532,16	13.232,08	91.287,35	234.587,43	C
891210000 - EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	156.532,16	13.232,08	91.287,35	234.587,43	C
891210100 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR	156.532,16	5.232,08	83.287,35	234.587,43	C
891210101 - CONTROLE DE DIÁRIAS A COMPROVAR	152.532,16	1.232,08	75.287,35	226.587,43	C
891210102 - CONTROLE DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS A COMPROVAR	4.000,00	4.000,00	8.000,00	8.000,00	C
895000000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	3.097.970,00	4.794.000,00	6.954.000,00	C
895100000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	3.097.970,00	4.794.000,00	6.954.000,00	C
895110000 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS	5.257.970,00	3.097.970,00	4.794.000,00	6.954.000,00	C

Conta Contábil	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
895110100 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONTRATOS	720.000,00	2.160.000,00	2.440.000,00	1.000.000,00	C
895110104 - CONTRATOS ASSINADOS	500.000,00	0,00	500.000,00	1.000.000,00	C
895110200 - CONTROLE EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS DE DESPESA	4.537.970,00	937.970,00	2.354.000,00	5.954.000,00	C
895110201 - CONVÊNIOS REGISTRADOS DE DESPESA	4.537.970,00	937.970,00	1.416.030,00	5.016.030,00	C
895110202 - CONVÊNIOS EMPENHADOS DE DESPESA	0,00	0,00	937.970,00	937.970,00	C
899000000 - DEMAIS CONTROLES	4.650.001,00	50.618.489,74	54.168.489,74	8.200.001,00	C
899100000 - CONTROLES DIVERSOS	4.650.001,00	50.618.489,74	54.168.489,74	8.200.001,00	C
899120000 - CONTROLES DE PDS	4.650.001,00	50.618.489,74	54.168.489,74	8.200.001,00	C
899120100 - CONTROLES DE PDS	4.650.001,00	50.618.489,74	54.168.489,74	8.200.001,00	C
899120101 - PDS A EMITIR	4.650.001,00	21.672.419,22	25.222.419,22	8.200.001,00	C

Fonte: SIAFE/AP

Tabela 30 – Movimentação de Créditos Interna e Externa

UJ: 150101 - Secretaria de Estado do Planejamento										
Data	Decreto	Tipo de Crédito	Fonte	Ação/Natureza/Valor						Observação
				Decréscimo	Natureza	Valor	Acréscimo	Natureza	Valor	
15/06	2007	Suplementar	104	-	-	-	2703	335041	R\$555.326,00	Dotação oriunda de superávit financeiro referente aos recursos do fundo Petrobrás, visando atender despesas com o contrato firmado com a fundação de apoio Eliseu Alves, tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados para elaboração do zoneamento ecológico do estado do amapá.
12/07	2387	Suplementar	101	2640	339039	R\$1.000.000,00	2569	339039	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SECOM, com objetivo de divulgar as ações do GEA sobre a vacinação da pandemia covid-19, além das ações para minimizar os impactos da pandemia na economia local. (UG Deduzida 310301 - Fundo de Assistência Social -FAS)
12/07	2387	Suplementar	101	2640	339039	R\$1.000.000,00	2462	339040	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o PRODAP, com objetivo de custear despesas com o projeto identidade digital do governo do estado do amapá. (UG Deduzida 310301 - Fundo de Assistência Social - FAS)
12/07	2387	Suplementar	101	2640	339039	R\$783.200,00	2453	339048	R\$783.200,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEDEL, com objetivo de custear despesas com o programa bolsa esporte. (UG Deduzida 310301 - Fundo de Assistência Social - FAS)
12/07	2387	Suplementar	101	2640	339039	R\$1.000.000,00	2640	339048	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o FAS, com objetivo de custear despesas com o Programa Amapá Jovem. (UG Deduzida 310301 - Fundo de Assistência Social - FAS)

12/07	2387	Suplementar	101	2639	339048	R\$1.000.000,00	2324	449052	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a POLITEC, com objetivo de atender despesas com a nova identidade nacional.(UG Deduzida 310301 - Fundo de Assistência Social - FAS)
12/07	2387	Suplementar	101	0022	329021	R\$8.228.250,00	2662	339030	R\$1.878.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação, para atender a SETRAP. (UG Deduzida 140101 - SEFAZ)
							2262	339037	R\$1.090.851,00	
							2262	339039	R\$1.084.708,00	
							2662	449052	R\$851.100,00	
							1015	449051	R\$2.015.223,00	
							1001	449051	R\$1.276.763,00	
							1038	449051	R\$5.524.642,00	
							1038	449093	R\$3.972.623,00	
					469071	R\$10.265.660,00	2661	449051	R\$800.000,00	
12/07	2387	Suplementar	101	2639	339048	R\$1.006.090,00	1015	449051	R\$1.506.090,00	Solicitação de crédito adicional por anulação, para atender a SETRAP. (UGs Deduzidas: 310301 - Fundo de Assistência Social e 310303 - Fundo Estadual do Passe Social Estudantil)
				2642	339039	R\$500.000,00				
12/07	2387	Suplementar	107	0022	329021	R\$2.422.373,00	1044	449051	R\$2.422.373,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEINF, com o objetivo de custear despesas com a segunda etapa de obra e ampliação do Hospital de Emergência - HE. (UG Deduzida: 140101 - SEFAZ)
12/07	2387	Suplementar	101	2639	339048	R\$1.577.627,00	1044	449051	R\$1.577.627,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEINF, com o objetivo de custear despesas com a segunda etapa de obra e ampliação do Hospital de Emergência - HE. (UG Deduzida: 310301 - Fundo de Assistência Social)

21/07	2499	Suplementar	101	2296	339035	R\$240.000,00	2017	339039	R\$240.000,00	Solicitação de crédito para atender reforço com despesa concernente ao serviço de implantação da assinatura digital, Contrato nº 001/2019 - SEPLAN firmado com a empresa LOGUS Sistema de Gestão Pública LTDA, conforme solicitação contida no Ofício Interno nº 150101.0077.0729.0017/2021 - SIPLAG - SEPLAN. (UG Deduzida: 150101-SEPLAN)
21/07	2499	Suplementar	101	2640	339048	R\$1.000.000,00	2641	339048	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o Fundo de Assistência Social - FAS, com o objetivo de custear despesa com Programa Amapá Jovem. (UG Deduzida: 310301 - Fundo de Assistência Social)
21/07	2499	Suplementar	101	2639	339048	R\$300.000,00	2707	339048	R\$520.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEED com o objetivo de custear despesas com o Amapá Jovem. (UG Deduzida: 310301 - Fundo de Assistência Social - FAS)
				2640	339039	R\$220.000,00				
28/07	2632	Suplementar	104	2703	335041	R\$555.326,00	1005	339014	R\$343.680,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o IEPA. (UG Deduzida: 150101 - SEPLAN)
							1005	339020	R\$211.646,00	
28/07	2632	Suplementar	101	2400	319113	R\$1.000.000,00	2569	339039	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito suplementar por anulação para atender a SECOM. (UG Deduzida: 130101 - SEAD)
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$2.000.000,00	2641	339048	R\$2.000.000,00	Solicitação de crédito suplementar por anulação para atender o Fundo de Assistência Social - FAS. (UG Deduzida: 130101 - SEAD)
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$1.000.000,00	2360	335041	R\$1.000.000,00	Solicitação de crédito suplementar por anulação para atender a SEED. (UG Deduzida: 130101 - SEAD)

28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$5.000.000,00	2083	339030	R\$5.000.000,00	Solicitação de crédito suplementar por anulação para atender a SETRAP. (UG Deduzida: 130101 - SEAD)
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$10.000.000,00	1045	449051	R\$5.000.000,00	Solicitação de crédito suplementar por anulação para atender a SEINF. (UG Deduzida: 130101 - SEAD)
							1041	449051	R\$5.000.000,00	
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$1.102.572,00	2293	339039	R\$20.850,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o Gabinete do Governador. (UG Deduzida: 130101 - SEAD)
							2294	339037	R\$403.000,00	
							2294	339039	R\$578.722,00	
							2294	449052	R\$100.000,00	
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$498.000,00	2299	339014	R\$98.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o IEPA com objetivo de garantir o desenvolvimento das atividades administrativas do IEPA e do Museu Sacaca. Conforme solicitado através do ofício nº 250201.0076.0396.0094/2021 GAB - IEPA. (UG Deduzida: 130101 – SEAD).
							2299	339030	R\$100.000,00	
							2299	339036	R\$100.000,00	
							2299	339037	R\$200.000,00	
28/07	2632	Suplementar	101	2400	319113	R\$5.882.325,00	2658	339039	R\$2.410.657,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o Fundo Estadual de Saúde. (UG Deduzida: 130101 – SEAD).
			107	2400	319113	R\$14.117.675,00	2624	339039	R\$3.471.668,00	
							2658	339039	R\$2.117.675,00	
							2109	339039	R\$2.000.000,00	
							2110	339039	R\$2.000.000,00	
							2111	339039	R\$2.000.000,00	
							2622	339039	R\$2.000.000,00	
							2624	339039	R\$2.000.000,00	
							2633	339039	R\$2.000.000,00	
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$937.970,00	2017	339039	R\$937.970,00	Suplementação orçamentária para reforço de dotação na ação 2017 - Gestão de Contratos e Convênios, com recursos oriundos da Secretaria de Estado da Administração – SEAD. (UG Deduzida: 130101 – SEAD).

28/07	2632	Suplementar	107	1042	444042	R\$60.000,00	0002	459065	R\$60.000,00	Alteração orçamentária para retificação da Emenda Impositiva nº 065/2021 de autoria da Dep. Edna Auzier. Conforme Ofício nº 1429/21 – ALAP. (UG Deduzida: 200101 – SEINF).
28/07	2632	Suplementar	107	2400	319113	R\$6.339.870,00	2600	339039	R\$664.000,00	Solicitação de crédito adicional suplementar com acréscimo para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades - SDC e decréscimo para a SEAD em atendimento ao Ofício nº 420101.0076.1132.0060/2021 GAB – SDC; Ofício nº 420101.0076.1132.0077/2021 GAB - SDC; e um terceiro Ofício em anexo. (UG Deduzida: 130101 – SEAD).
							2600	339040	R\$151.000,00	
							2598	334041	R\$2.378.815,00	
							2591	334041	R\$3.146.055,00	
12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$500.000,00	2293	339015	R\$20.000,00	Suplementação orçamentária para atender a necessidade de adequação orçamentária do exercício de 2021, complementando reforço anteriormente realizado para execução de despesas administrativas. (UG Deduzida: 280101 – SEED. UG Acrescida: 06101 - Gabinete do Governador).
							2294	339014	R\$30.000,00	
							2294	339030	R\$200.000,00	
							2294	339039	R\$200.000,00	
							2294	449052	R\$50.000,00	
12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$148.000,00	2393	449052	R\$148.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEJUSP, objetivando atender despesas com contrapartida de convênios na aquisição de veículos para o BOPE-PM. (UG Deduzida: 280101 – SEED).
12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$2.000.000,00	2569	339039	R\$2.000.000,00	Solicitação de suplementação orçamentária para atender despesas com campanhas publicitárias do GEA. (UG Deduzida: 280101 – SEED. UG Acrescida: 09101 – SECOM).

12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$269.788,00	2323	449052	R\$269.788,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o CBM-AP. (UG Deduzida: 280101 – SEED).
12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$4.000.000,00	2621	335043	R\$4.000.000,00	Solicitado crédito adicional para atender termo de fomento com associação beneficente capuchinhos. (UG Deduzida: 280101 – SEED. UG Acrescida: 30301 – FAS).
12/08	2840	Suplementar	101	2333	319011	R\$10.000.000,00	1045	449051	R\$7.000.000,00	Solicitado crédito suplementar para atender obras de infraestrutura da cultura, desenvolvimento rural, educação, saúde, segurança pública, contempladas pela ata desta SEINF (pregão eletrônico nº 044/2020-CLC/PGE - ata de registro de preço 079/2020-CLC/PGE. Conforme solicitado através do ofício nº 200101.0076.2022.0635/2021 GAB – SEINF. (UG Deduzida: 280101 – SEED).
							1042	449051	R\$3.000.000,00	
12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$10.268.866,00	2640	339039	R\$4.500.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o Fundo de Assistência Social – FAS. (UG Deduzida: 280101 – SEED).
							2641	339048	R\$5.768.866,00	
12/08	2840	Suplementar	101	2333	319011	R\$10.000.000,00	2083	339030	R\$3.800.000,00	Suplementação orçamentária para viabilizar as ações da SETRAP no exercício de 2021. (UG Deduzida: 280101 – SEED)
							2083	339039	R\$600.000,00	
							2086	339039	R\$2.900.000,00	
							2661	449051	R\$900.000,00	
							2657	339039	R\$1.800.000,00	
12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$2.975.000,00	2642	339039	R\$2.975.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender o Fundo Estadual do Passe Social Estudantil – FEPE. (UG Deduzida: 280101 – SEED).

12/08	2840	Suplementar	101	2377	319011	R\$9.838.346,00	2598	334041	R\$9.838.346,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades – SDC. (UG Deduzida: 280101 – SEED).
24/08	-	Alteração QDD	101	2018	339036	R\$20.000,00	2018	339030	R\$10.000,00	Alteração de QDD conforme solicitação/autorização contida no Ofício nº 150101.0077.0654.0048/2021 GECAP – SEPLAN.
								339033	R\$10.000,00	
30/08	-	Alteração QDD	101	2073	339039	R\$15.800,00	2073	339030	R\$15.800,00	Alteração de QDD para atender despesas referente ao processo 00002/SEPLAN/2021 - SIGA. Concernente ao pedido 001/2021 da ata 28.2021 referente a aquisição de equipamentos, licenças e software para a expansão de rede sem fio existente (wirelles).
30/08	-	Alteração QDD	101	2073	449052	R\$12.619,40	2073	449040	R\$12.619,40	Alteração de QDD para atender despesas referente ao processo 00002/SEPLAN/2021 - SIGA. Concernente ao pedido 001/2021 da ata 28.2021 referente a aquisição de equipamentos, licenças e software para a expansão de rede sem fio existente (wirelles).
04/10	3539	Suplementar	107	2017	339039	R\$937.970,00	2017	332041	R\$354.000,00	Solicitação de alteração orçamentária para atender despesas concernentes ao Convênio nº 01/2018, conforme solicitação contida no Ofício Interno nº. 150101.0077.0531.0841/2021 GABINETE-SEPLAN.
							2017	442041	R\$583.970,00	
07/10	3597	Suplementar	107	-	-	-	2703	335041	R\$450.000,00	Solicitação de crédito adicional por excesso de arrecadação. (UG Acrescida: 150101 - SEPLAN).
							2703	445041	R\$50.000,00	
21/10	3863	Suplementar	107	2111	339039	R\$10.000,00	1056	449052	R\$200.000,00	Solicitação de reprogramação orçamentária de emendas impositivas 12

				2111	339039	R\$10.000,00				e 13, de autoria da Deputada Marília Góes, para atender o Fundo Estadual de Saúde - FES.
21/10	3863	Suplementar	107	1056	449052	R\$200.000,00	1056	444042	R\$200.000,00	Solicitação de reprogramação orçamentária de Emendas Impositivas nº 133 de autoria do Deputado Kaka Barbosa, para atender o fundo estadual de saúde – FES.
21/10	3863	Suplementar	107	2613	334041	R\$100.000,00	2613	339039	R\$100.000,00	Solicitação de reprogramação orçamentária de Emendas Impositivas nº 70 para atender a SECULT.
21/10	3863	Suplementar	101	1047	449051	R\$498.913,00	2621	335043	R\$498.913,00	Solicitação de reprogramação orçamentária de Emendas Impositivas nº 132 para atender o Fundo Estadual da Saúde - FES. (UG Deduzida: 200101 – SEINF).
21/10	3863	Suplementar	101	2453	339048	R\$174.728,00	2455	339036	R\$174.728,00	Solicitação de reprogramação orçamentária de Emendas Impositivas nº 20 de autoria do deputado pastor oliveira, para atender a SECULT.
21/10	3863	Suplementar	101	2635	335041	R\$120.000,00	2635	335043	R\$99.900,00	Solicitação de reprogramação de Emendas Impositivas nº 14,15,16,17 de autoria da deputada Marília Góes, para atender o FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - FAS.
				2638	335041	R\$100.000,00	2635	335043	R\$80.000,00	
				2638	335041	R\$98.913,00	2635	335043	R\$146.913,00	
				2638	335041	R\$40.000,00	2635	335043	R\$52.500,00	
				2638	445042	R\$100.000,00	2635	445041	R\$20.100,00	
				2638	445042	R\$40.000,00	2635	445041	R\$20.000,00	
							2635	445041	R\$52.000,00	
							2635	445041	R\$27.500,00	
21/10	3863	Suplementar	107	2637	444042	R\$124.000,00	1042	444042	R\$124.000,00	Alteração orçamentária para retificação da emenda impositiva nº 071/2021 de autoria da Dep. Edna Auzier. Conforme Ofício nº 1429/21 – ALAP. (UG Deduzida: 310301 – Fundo de Assistencial Social. UG Acrescida: 20101 - SEINF).

05/11	4055	Suplementar	107	2401	339020	R\$382.800,00	2039	319003	R\$382.800,00	Suplementação para a folha de pagamento dos ex guardas territoriais conforme Ofício nº 150101.0077.0531.0960/2021 Gabinete – SEPLAN (UG Deduzida: 250203 – Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado do Amapá. UG Acrescida: 13204 – Amapá Previdência).
05/11	4055	Suplementar	101	2300	309033	R\$200.000,00	2555	339039	R\$50.000,00	Suplementação orçamentária para viabilizar o pagamento das empresas. (UG Deduzida: 150101 – SEPLAN. UG Acrescida: 23101 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural).
				2300	339037	R\$200.000,00	2556	339039	R\$450.000,00	
				2300	339039	R\$100.000,00				
08/11	-	Alteração QDD	101	2017	339036	R\$30.000,00	2017	339014	R\$30.000,00	Alteração de QDD para atender despesas com diárias conforme Ofício nº 150101.0077.0656.0058/2021 UGP - SEPLAN.
16/11	4280	Extraordinário	107	2075	339020	R\$200.000,00	2107	336045	R\$1.000.000,00	Solicitação de Crédito Extraordinário para atender a SEINF. (UG Deduzida: 250213 – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amapá).
				2401	339020	R\$800.000,00				
18/11	4287	Suplementar	107	1056	444042	R\$200.000,00	2320	335041	R\$200.000,00	Reprogramação de Emenda de autoria do deputado Kaká Barbosa, do Fundo Estadual de Saúde - FES para Escola de Administração Pública do Amapá - EAP, com objetivo de garantir recursos para estágios remunerados.
			101	2621	335043	R\$298.913,00	2320	335041	R\$298.913,00	
18/11	4287	Suplementar	101	2621	335043	R\$12.000,00	2455	449052	R\$12.000,00	Reprogramação de emenda de autoria do Deputado Kaká Barbosa do Fundo Estadual de Saúde - FES para Secretaria de Estado do Desporto e do Lazer - SEDEL, para aquisição de 2 (duas) de cadeiras de rodas esportivas para basquete.

18/11	4287	Suplementar	107	2588	444042	R\$70.000,00	2320	335041	R\$118.913,00	Reprogramação de Emenda de autoria do deputado Jack JK, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades - SDC para Escola de Administração Pública do Amapá - EAP, com objetivo de garantir recursos para estágios remunerados
				2588	444042	R\$48.913,00				
18/11	4287	Suplementar	107	2009	339039	R\$65.000,00	2320	335041	R\$65.000,00	Reprogramação de emenda de autoria do deputado Diego Sênior, da SEED para EAP, com objetivo de garantir recursos para estágios remunerados.
18/11	4287	Suplementar	107	2331	445042	R\$50.000,00	1056	449052	R\$75.000,00	Reprogramação de emenda de autoria do Deputado Jack JK, da SEED para Fundo Estadual da Saúde - FES, destinado a aquisição de equipamentos para unidade mista de saúde do município de Calçoene e unidade mista de saúde do município de Pedra Branca do Amapari.
				2331	445042	R\$25.000,00	1056	449052	R\$75.000,00	
				2331	445042	R\$25.000,00				
				2331	445042	R\$50.000,00				
18/11	4287	Suplementar	101	2412	339039	R\$200.000,00	2412	449052	R\$200.000,00	Reprogramação de Emenda de autoria do deputado Jory Oeiras para o Instituto de Administração Penitenciária do Estado - IAPEN.
18/11	4287	Suplementar	107	2412	339039	R\$50.000,00	2412	449052	R\$50.000,00	Alteração orçamentária para retificação da Emenda Impositiva nº 027/2021 de autoria da Dep. Alliny serrão. Conforme Ofício nº 2533/21 – ALAP. (UG Deduzida/Acrescida: 330202 – Instituto de Administração Penitenciária do Estado – IAPEN).
18/11	4287	Suplementar	107	2412	339039	R\$50.000,00	2412	449052	R\$50.000,00	Alteração orçamentária para retificação da Emenda Impositiva nº 68/2021 de autoria da dep. Edna Auzier. Conforme Ofício nº 2532/21 – ALAP. (UG Deduzida/Acrescida: 330202 – Instituto de Administração Penitenciária do Estado – IAPEN).

18/11	4287	Suplementar	107	2621	445042	R\$30.000,00	1056	445042	R\$30.000,00	Alteração orçamentária para reprogramação da Emenda Impositiva nº 0103/2021 de autoria da Dep. Cristina Almeida. Conforme Ofício nº 86/21 – ALAP. (UG Deduzida/Acrescida: 300301 – Fundo Estadual de Saúde).
18/11	4287	Suplementar	101	0002	459065	R\$240.000,00	2320	335041	R\$240.000,00	Solicitação de reprogramação de Emenda Impositiva nº 152 da Deputada Telma Nery. (UG Deduzida: 200101 – SEINF. UG Acrescida: 13203 - EAP).
18/11	4287	Suplementar	107	1044	339039	R\$65.000,00	2320	335041	R\$420.000,00	Reprogramação de Emendas Impositivas de autoria do deputado Diogo Sênior, para EAP, com objeto atender despesas com estágios remunerados. (UG Deduzida: 200101 – SEINF).
				1044	339039	R\$65.000,00				
				0002	459065	R\$140.000,00				
				0002	459065	R\$150.000,00				
18/11	4287	Suplementar	101	2613	334041	R\$100.000,00	2613	339039	R\$100.000,00	Reprogramação de Emenda Impositiva de autoria do Deputado Jory Oieras. (UG Deduzida/Acrescida: 380101 – Secretaria de Estado da Cultura).
01/12	4468	Suplementar	107	1042	449052	R\$80.000,00	0002	459065	R\$80.000,00	Reprogramação de emendas de autoria da Deputada Aldilene Souza, que visa mudança na ação orçamentária. (UG Deduzida/Acrescida: 200101 – SEINF).
07/12	4580	Suplementar	101	2613	339036	R\$28.080,00	2503	339036	R\$18.000,00	Remanejamento orçamentário para atender despesa com a contratação de Curadoria para o edital da Lei Aldir Blanc, cuja seleção será efetivada pela EAP. Lançamento conforme Ofício nº 380101.0076.2292.0478/2021 GAB – SECULT. (UG Deduzida: 380101 – Secretaria de Estado da Cultura. UG Acrescida: 13203 – EAP).
							2503	339047	R\$10.080,00	

15/12	4691	Suplementar	101	2300	339039	R\$25.000,00	2300	335041	R\$25.000,00	Solicitação de crédito para atender despesa concernente ao pagamento de anuidade do conselho nacional de secretários de estado de planejamento - CONSEPLAN, conforme processo nº. 0011.0143.0531.0039/2021 – GAB - SEPLAN e parecer jurídico nº. 757/2021-PLCC/PGE/AP. (UG Deduzida/Acrescida: 150101 – SEPLAN).
15/12	4691	Suplementar	101	2598	444042	R\$131.046,00	2598	334041	R\$524.184,00	Reprogramação orçamentária para atender solicitação do ofício nº 2763/2021-ALAP. Alteração de Emenda Impositiva do Dep. Júnio Favacho. (UG Deduzida/Acrescida: 420101 – Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades - SDC).
				2598	444042	R\$131.046,00				
				2598	444042	R\$131.046,00				
				2598	444042	R\$131.046,00				
20/12	4760	Suplementar	107	1056	449052	R\$200.000,00	2111	339030	R\$200.000,00	Reprogramação de emenda de autoria da Deputada Marília Góes. (UG Deduzida/Acrescida: 300301 – Fundo Estadual de Saúde – FES).
29/12	4889	Suplementar	101	2014	339014	R\$8.928,00	2386	319012	R\$4.464.824,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEAD. (UG Deduzida: 150101 – SEPLAN).
			101	2014	339036	R\$25.000,00	2386	319012	R\$627.383,00	
			101	2014	339039	R\$25.000,00				
			101	2015	339014	R\$10.000,00				
			101	2015	339036	R\$25.000,00				
			101	2015	339039	R\$25.000,00				
			101	2016	339014	R\$10.000,00				
			101	2016	339035	R\$25.000,00				
			101	2016	339039	R\$25.000,00				
			101	2017	339014	R\$22.880,00				
			101	2017	339039	R\$14.551,00				
			101	2018	339014	R\$9.972,00				
			101	2018	339030	R\$10.000,00				
			101	2018	339033	R\$10.000,00				
			101	2018	339039	R\$25.000,00				

			101	2296	339014	R\$18.767,00				
			101	2296	339035	R\$9.500,00				
			101	2296	339039	R\$140.000,00				
			101	2033	339014	R\$10.000,00				
			101	2033	339039	R\$40.000,00				
			101	2033	449052	R\$80.000,00				
			101	2300	339014	R\$49.480,00				
			101	2300	339030	R\$135.269,00				
			101	2300	339033	R\$100.000,00				
			101	2300	339036	R\$50.000,00				
			101	2300	339037	R\$220.000,00				
			101	2300	339039	R\$421.102,00				
			101	2300	339047	R\$40.000,00				
			101	2300	339092	R\$100.000,00				
			101	2300	339093	R\$20.000,00				
			101	2300	449052	R\$129.003,00				
			101	2073	339014	R\$7.222,00				
			101	2073	339039	R\$14.200,00				
			101	2073	339040	R\$30.000,00				
			101	2073	449052	R\$55.258,00				
			101	2703	335041	R\$200.000,00				
			101	2703	339014	R\$23.692,00				
			101	2703	445041	R\$200.000,00				
			107	2703	335041	R\$450.000,00				
			107	2703	445041	R\$50.000,00				
			101	0004	459065	R\$2.100.000,00				
			107	0004	459065	R\$127.383,00				
29/12	4889	Suplementar	101	2069	339039	R\$168.000,00	2386	319012	R\$818.652,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEAD. (UGs Deduzidas: 240101 – Secretaria de Estado e Empreendedorismo; 280101 – SEED; 290101 – Secretaria de Estado do Desporto e do Lazer; 33202 – IAPEN; 340101 – PM; 360301 – Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FREBOM e 420101 - SDC).
			101	2331	335041	R\$79.500,00	2386	319012	R\$834.417,00	
			101	2455	449052	R\$12.000,00				
			101	2412	449052	R\$34.968,00				
			107	2412	449052	R\$7.782,00				
			107	2412	449052	R\$7.782,00				
			107	2311	449052	R\$20.000,00				

			107	2500	449052	R\$1.440,00				
			107	2588	444042	R\$150.000,00				
			107	2588	444042	R\$242.413,00				
			107	2588	444042	R\$25.000,00				
			101	2598	334041	R\$524.184,00				
			107	2598	444042	R\$380.000,00				
29/12	4889	Suplementar	101	2635	335043	R\$75.000,00	2386	319012	R\$75.000,00	Solicitação de crédito adicional por anulação para atender a SEAD. (UG Deduzida: 310301 – Fundo de Assistência Social – FAS).

Fonte: SIAFE/AP

Tabela 31 - Relação referentes a Contratos e Convênios executados durante o exercício

Nº do Instrumento	Empresa Contratada/Órgão Conveniente	Descrição do objeto	Valor Inicial	Vigência	Data de assinatura	Licitação/ Justificativa	Valor Atualizado ao término do exercício	Valor Pago no Exercício	Valor Pago Acumulado	Vigência Atualizada ao término do exercício
Contrato 001/2019	Logus Sistema de Gestão Pública Ltda	Serviços de uma Solução Tecnológica Unificada de Gestão de Planejamento, Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil	9.118.220,11	04.06.2019 à 03.06.2022	24.05.2019	Inexigibilidade Art.25 Inc.II, justificativa nº 002/2019-CPL/SEPLAN	9.118.220,11	2.612.824,64	5.427.970,28	24.05.2019 à 23.05.2022
Contrato 003/2019	Digimaq Informática Ltda	Locação de impressoras multifuncionais	79.200,00	27.03.2019 à 26.03.2020	27.03.2019	Adesão a Ata nº 28/2018-CLC/PGE, Pregão Eletrônico nº 28/2018-CLC/PGE	249.435,26	65.897,52	202.071,39	27.03.2020 à 26.03.2021
Contrato 001/2021	DF Turismo e Eventos ltda	Serviços de agenciamento de viagens de natureza contínua, compreendendo a emissão, reserva, marcação/remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais.	100.000,00	12.11.2021 À 11.11.2021	12.11.2021	Adesão a Ata nº 102/21-CLC/PGE Pregão Eletrônico nº 064/2021-CLC/PGE	100.000,00	10.678,71	10.678,71	12.11.2021 A 11.11.2022

Contrato 005/2019	Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica	A EMBRAPA em conjunto com a Fundação de Apoio, obriga-se a executar os trabalhos qualificados como serviços técnicos especializados denominados de "Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá - Escala 1:250.000"	5.459.548,55	03.12.2019 à 02.06.2022	03.12.2019	Art.20 Lei 10.973/2014; Dec 9.283/2018 Art.24 Inc.XXXI Lei 8.666/93	5.459.548,55	0,00	3.900.000,00	03.12.2019 à 02.06.2022
Contrato de Rateio nº 001/2020 (1)	Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal	Repasse de recursos financeiros dos Consorciados ao Consórcio para os programas finalísticos de apoio administrativo no Orçamento Anual de 2021.	4.500.000,00	01.01.2021 à 31.12.2021	21.12.2020	Lei Federal 11.107/2005 e Dec. Federal 6.017/2017	500.000,00	500.000,00	500.000,00	01.01.2021 à 31.12.2021
Convênio 001/2018	4º Centro de Geoinformação - 4º CGEO	Tem por finalidade o Georreferenciamento Fundiário do Estado do Amapá	5.954.000,00	14.12.2018 à 13.04.2021	14.12.2018	Decreto-Lei 200/67; Lei 8.666/93, etc...	5.954.000,00	0,00	5.016.030,00	08.04.2021 à 07.01.2025

Fonte: UCC/SIAFE/AP

Obs. (1) Considerando o Contrato de Rateio em sua Cláusula Terceira, cabe a execução a cada estado consorciado o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).